

VIOLÊNCIA MANICOMIAL: A PSIQUIATRIA NA REPRESSÃO DURANTE A
DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL

ALEXANDRE MACIEL GUEDES

NITERÓI

2019

ALEXANDRE MACIEL GUEDES

**Violência manicomial: a psiquiatria na repressão durante a ditadura civil-militar no
Brasil**

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal
Fluminense como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre
em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. SAMANTHA VIZ QUADRAT

NITERÓI

2019

FOLHA DE APROVAÇÃO

VIOLÊNCIA MANICOMIAL: A PSIQUIATRIA NA REPRESSÃO DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL

Alexandre Maciel Guedes

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense - UFF, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Aprovada em 06/06/2019 por:

_____ - Orientadora
Prof.^a. Dr.^a. Samantha VizQuadrat (UFF)

Prof.^a. Dr.^a. Juniele Rabelode Almeida (UFF)

Prof.^a. Dr.^a. Lucia Griberg (UniRio)

Suplentes:

Prof.^a. Dr.^a. Ana Maria Mauadde Sousa Andrade Essus(UFF)

Prof.^a. Dr.^a. Érica Sarmiento da Silva (UERJ)

Niterói

2019

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

G924v Guedes, Alexandre Maciel
Violência manicomial : A psiquiatria na repressão durante
a ditadura civil-militar no Brasil / Alexandre Maciel Guedes ;
Samantha Viz Quadrat, orientador. Niterói, 2019.
150 f. : il.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Niterói, 2019.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2019.m.14226519752>

1. Ditadura militar. 2. Loucura. 3. Manicômio. 4. Tortura.
5. Produção intelectual. I. Quadrat, Samantha Viz,
orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de
História. III. Título.

CDD -

Bibliotecária responsável: Thiago Santos de Assis - CRB7/6164

Agradecimentos

Gostaria de iniciar agradecendo a todos aqueles que de alguma forma lutaram pelo fim do regime ditatorial o qual fora imposto à nossa nação no dia de 31 de março de 1964. Que nestes tempos de retrocessos e distorções dos fatos, as memórias de suas lutas sigam sendo um lembrete de que juntos resistiremos e venceremos.

Agradeço imensamente à minha orientadora, a Prof^ª. Dr^ª. Samantha VizQuadrat, por ter aceitado me acolher e partilhar desta jornada comigo. Agradeço pela compreensão, pela solicitude, pela insistência e, sobretudo pela paciência e pelas palavras de incentivo e apoio nos mais diversos momentos.

Aos funcionários do Arquivo Nacional, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e das Comissões da Verdade de Petrópolis e do Rio de Janeiro, e ao Prof. Paulo Amarante pela disponibilidade, bem como às Profas. Dras. Juniele Rabelo de Almeida e Lucia Grinberg pela banca de qualificação e agora pela banca final, junto às suplentes Profas. Dras. Ana Mauad e Érica Sarmiento.

Aos meus pais, Alexandre Gois e Carla Maciel, eu agradeço por terem me aberto às portas que me possibilitaram ser quem sou e chegar onde eu estou. Independente de todo o meu esforço, nada disso estaria acontecendo se não fosse por vocês.

Agradeço às amigas Carolina Cabral e Pâmella Vieira por me apoiarem desde o início, quando este trabalho ainda era apenas uma vaga ideia. Agradeço pelas palavras de apoio, pelas broncas, pelas horas gastas me tirando dúvidas, indicando materiais de apoio e pelas trocas a respeito da vida na pós-graduação. Vocês foram um farol para mim. Participar de uma seleção de mestrado de fato não é nada fácil, ainda mais quando se arrisca a investir em uma área de formação completamente diferente da sua, logo me sinto mais do que seguro para afirmar que se eu cheguei até aqui, foi graças a vocês.

Estar na UFF foi uma oportunidade única, talvez o fato de ter concluído a minha graduação em um campus consideravelmente menor do que qualquer um daqueles encontrados em Niterói tenha o seu tido o seu impacto na minha percepção acerca da vida nesta instituição. Ou quem sabe seja apenas o fato da UFF ter sido um local de ótimos encontros e de momentos maravilhosos do qual agora eu me despeço, mas não sem levar comigo uma infundável carga afetiva por aqueles com quem eu tive o prazer de estar.

Marina Moraes, ao ingressar no Programa eu carregava muitas dúvidas e medos, dúvidas sobre o meu papel em um programa de mestrado em história e o medo de... que eu não fosse o suficiente. Entretanto no meio do furacão que foram estes dois anos, eu tive o prazer (e a sorte) de te encontrar, uma amiga com quem eu finalmente pude realmente me abrir sobre todas as questões que me afligiam e uma pessoa que, para a minha surpresa, também possuía tantas dúvidas e medos quanto eu. Agradeço pelos momentos de descontração, pelas discussões, pelo companheirismo durante os nossos processos de escrita, ainda que em muitos momentos as nossas conversas se desenvolvessem na velocidade de um pombo correio, nós sobrevivemos.

Não poderia falar da UFF sem citar o IFRJ, local onde iniciei a minha trajetória acadêmica, onde fui apresentado de fato ao campo da saúde mental e onde pude firmar a minha posição enquanto profissional e cidadão que crê nos preceitos do movimento da Luta Antimanicomial, sendo este trabalho, um grito de alerta sobre os perigos de uma sociedade manicomial, a qual é capaz de adaptar os seus discursos com enorme facilidade, no intuito de encontrar no tecido social, indivíduos e grupos sociais que uma vez marcados sob o estigma da loucura, são condenados a viver o resto de suas vidas em instituições que em vez de zelar pela integridade biopsicossocial destas pessoas, acabam por produzir mais sofrimentos e ferir os direitos mais básicos destes indivíduos em prol não da assistência em saúde, mas de um bem estar e da normalidade social.

Aos meus terapeutas ocupacionais preferidos de 2010.1, os quais me acompanham desde os meus primeiros passos como terapeuta ocupacional e que há anos sobrevivem às minhas piadas e a mim. Agradeço em especial a Amanda Del Rio, Andressa Carvalho, Ramon Façanha e Isabela Vieira pelos momentos de escuta, por suportarem os meus momentos de crise acadêmica e profissional, e por me ajudarem a me encontrar enquanto terapeuta ocupacional.

Acredito não poder falar da minha vida enquanto terapeuta ocupacional sem mencionar a importância da Prof^ª. Dr^ª. Marcia da Costa, quem ainda nos meus primeiros meses de graduação, me “capturou” para dentro da área de saúde mental, de onde eu nunca mais saí. Obrigado por me apresentar à reforma psiquiátrica e por, em conjunto à Prof^ª Marcia Dolores, me transmitir o ser terapeuta ocupacional.

Agradeço às amigas AnuskaBrandizzi, Rebeca Asafe e Vanessa Corrêa por todo o auxílio no “juridiquês” e pela paciência nos momentos em que eu insistia infinitas vezes nos mesmos devaneios e questionamentos.

Nunca havia cogitado morar em Niterói, de fato antes de ingressar na UFF, eu havia estado pouquíssimas vezes na cidade que rapidamente aprendi a chamar de lar. Durante este período, tive a chance de fazer boas amizades, ainda que algumas tenham sido tão duradouras quanto uma chuva de verão (ou um mestrado). No entanto eu não poderia deixar de citar o quanto tais encontros me foram importantes, por isso gostaria de agradecer aos amigos Gabriel Inchausp e Paolla Thomaz, com quem eu tive a chance de dividir essa experiência de ser mestrando, e onde apesar de sermos de áreas diferentes, conseguimos encontrar diversas semelhanças e questões movidas a encontros na Cantareira.

Agradeço às meninas da Associação Fluminense de Reabilitação pela acolhida durante o meu período na instituição. O mestrado é um processo intenso e de muitas dificuldades, conciliar trabalho e mestrado é algo pesado e desgastante, porém conciliar

trabalho e a redação de uma dissertação e de uma monografia é algo ensandecido! Sem o apoio de vocês, este processo teria sido algo insuportável, agradeço pelos cafés, pelas risadas, pelos (muitos) lanches matinais, pelas histórias, pelos conselhos e chamadas, e pelo suporte.

Fui presenteado com muitas coisas durante o meu período em Niterói, mas certamente uma das mais valiosas foi a companhia de vocês: Camila Bueno, KeziaZanco, Thamires Matos e Vanessa Antunes. Obrigado pela companhia.

E àqueles que estão comigo desde o ensino médio, eu gostaria ter algo de especial para dizer, mas acho que estes onze anos já nos dizem o bastante, Alessandra Barreto, André Garrido, Pamela Cheres e Pedro Succo.

Sei que por vezes estive demasiadamente ausente nesses últimos anos e sei que também seria injusto responsabilizar exclusivamente o mestrado por isso. Ingressar no PPGH/UFF foi de longe uma das maiores surpresas e uma das melhores experiências da minha vida, vivenciar a UFF e entrar em contato com saberes e temas até então novos para a minha formação possibilitaram que eu chegasse a este momento como um homem e um profissional completamente daquele que eu era no momento de inscrição do processo seletivo para este mestrado, no (nem tão) distante ano de 2016. Entretanto nem tudo são flores e na mania de insistir na vontade de “abraçar o mundo com as pernas”, eu logo tive de encarar as consequências das minhas próprias ambições, tentei dar passos maiores do que eu poderia e em virtude disso deixei de ser o amigo, o companheiro, o irmão, o filho e o orientando que eu poderia ser. Por isso gostaria de encerrar pedindo desculpas pelas minhas faltas e agradecendo por todos vocês que por aqui passaram.

Resumo

O presente trabalho se propõe a discutir a questão da contribuição dos saberes, práticas e tecnologias psiquiátricas para as ações de repressivas perpetradas pelo Estado brasileiro durante os anos da ditadura civil-militar (1964-1985). Para tanto vamos analisar a construção do discurso psiquiátrico e psicológico, onde no intento de obter uma legitimação de suas práticas e objetos de intervenção e tutela, ambas as classes profissionais vão empregar os seus saberes de forma a instituir uma normatização do tecido social, onde qualquer um que desvie dos ideais de normalidade preconizados, rapidamente são silenciados sob o estigma da loucura, encontrando por vezes no manicômio, o seu destino final.

Uma vez apresentadas as construções a respeito de ambas as profissões, nós vamos observar tais discursos e práticas foram empregados em prol do aparato repressivo da ditadura, com profissionais da área laureando ditadores, elaborando estudos a fim de enquadrar os opositores políticos sob o estigma da loucura e forjando laudos psiquiátricos que justificassem a internação destes mesmos opositores em leitos psiquiátricos.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar; Loucura; Manicômios; Tortura.

Abstract

The following aims to discuss the questions from the contribution of psychiatric's knowledges, practices and technologies to the repressive actions led by the Brazilian State during the civil-military dictatorship years (1964-1985). Therefore we'll analyze of the psychiatric and the psychological discourses, here in the attempt to obtain a legitimation of their practices and objects of intervention/tutelage, both professional classes will began to employ its knowledges in order to institute nanomatization of the society, where anyone wich diverges from the ideals of normality advocated, is quickly silenced under the stigma of madness, finding in many ocasions their final destination in the asylum.

Once presented the constructions regarding both professions, we will observe how such discourses were employed in favor of the repressive apparatus of the dictatorship, with professionals of the area honoring dictators, elaborating studies in order to classify the political opponents under the stigma of madness, and forging psychiatric reports that justified the internment of these same opponents in psychiatric beds.

Key-words: Asylums; Civil-military dictatorship; Madness; Torture.

Lista de abreviaturas e siglas

- ABP ⇒ Associação Brasileira dos Psicólogos
- ALN ⇒ Ação Libertadora Nacional
- AP ⇒ Ação Popular
- Arena ⇒ Aliança Renovadora Nacional
- CAP ⇒ Caixa de Aposentadorias e Pensões
- CEMDP ⇒ Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
- Cenimar⇒ Centro de Informações da Marinha
- CEV ⇒ Comissão Estatal da Verdade
- CEV-Rio ⇒ Comissão da Verdade do Rio de Janeiro
- CEV-SP ⇒ Comissão da Verdade de São Paulo¹
- CFM ⇒ Conselho Federal de Medicina
- CFP ⇒ Conselho Federal de Psicologia
- CIE ⇒ Centro de Inteligência do Exército
- CISA⇒ Centro de Informações da Aeronáutica
- CNV⇒ Comissão Nacional da Verdade
- CODI ⇒ Centro de Operações de Defesa Interna
- CPP-II⇒ Centro Psiquiátrico Pedro II
- CRP⇒ Conselho Regional de Psicologia
- CRP-SP⇒ Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (6ª região)
- DCE⇒ Diretório Central dos Estudantes
- DEOPS⇒ Departamento Estadual de Ordem Política e Social

¹ Também referida como Comissão da Verdade “Rubens Paiva”.

DI-GB⇒ Dissidência da Guanabara

DINSAM⇒ Divisão Nacional de Saúde Mental

DNS⇒ Departamento Nacional de Saúde

DOI⇒ Destacamento de Operações de Informação

DOPS⇒ Departamento de Ordem Política e Social

ECT⇒Eletroconvulsoterapia

GTP⇒ Grupo de Trabalho de Perus

HCE⇒ Hospital Central do Exército

HNA⇒ Hospício nacional de Alienados

IAP⇒ Instituto de Aposentadorias e Pensões

IAPC⇒ Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários

ICMP⇒*International Commission on Missing Persons*

INAMPS⇒ Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

INPS⇒ Instituto Nacional de Previdência Social

IPM⇒ Inquérito Policial Militar

IPASE⇒ Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado

MESP⇒ Ministério da Educação e Saúde Pública

MNLA ⇒ Movimento Nacional da Luta Antimanicomial

MPF⇒ Ministério Público Federal

MRT⇒ Movimento Revolucionário Tiradentes

MR-8⇒ Movimento Revolucionário 08 de Outubro

MTIC⇒ Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

MTSM⇒ Movimento dos trabalhadores em Saúde Mental

PCB⇒ Partido Comunista Brasileiro

PMERJ⇒ Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

POC ⇒ Partido Operário Comunista

PRT⇒ Partido Revolucionário dos Trabalhadores

PSB⇒ Partido Socialista Brasileiro

PT⇒ Partido dos Trabalhadores

PTB⇒ Partido Trabalhista Brasileiro

SNI ⇒ Serviço Nacional de Informações

SPESP⇒ Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo

TRF⇒ Tribunal Regional Federal

UFRGS⇒ Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Unifesp⇒ Universidade Federal de São Paulo

USP⇒ Universidade de São Paulo

Sumário

Introdução.....	17
CAPÍTULO 1 – PERCURSO CLÍNICO-ADMINISTRATIVO DA SAÚDE MENTAL BRASILEIRA.....	20
1.1 – Raízes do discurso alienista no Brasil	20
1.2 – Psiquiatria e normatização nos primeiros anos da República.....	30
1.3– Organização político-assistencial em saúde mental nos primeiros anos do século XX... 37	
1.4 – Associações entre instituições privadas e previdenciárias	43
CAPÍTULO 2 - A DITADURA NO DIVÃ: APROXIMAÇÕES ENTRE OS MILITARES E A SAÚDE MENTAL.....	46
2.1 - Breves considerações sobre saúde pública e subjetividades	46
2.2 - Psicologia e a formação de uma subjetividade vigilante no pós-64.	50
2.3 – A mente e a guerra revolucionária	56
CAPÍTULO 3 – MANICÔMIOS-PRISÕES: A INSTITUIÇÃO PSIQUIÁTRICA NA REPRESSÃO.....	60
3.1 – Violência manicomial e ditadura: breves considerações	65
3.1.1 – Hospital Central do Exército	70
3.1.2 – Complexo Hospitalar do Juquery.....	73
3.2 - Internações compulsórias de militares.....	75
3.2.1 – Airton Joil Araújo.....	77
3.2.2 – Antônio Rodrigues da Costa.....	82
3.2.3 – José Bezerra da Silva	85
3.2.4 – José Augusto de Queiroz Pereira Filho	90
3.3 – Internações de civis.....	91

3.3.1 - Ary Abreu Lima da Rosa	91
3.3.2 – Durvalino Porfírio de Souza.....	95
3.3.3 – César de Queiroz Benjamin.....	97
3.3.4 – Antônio Carlos Melo Ferreira.....	102
3.3.4 – Aparecido Galdino Jacinto	103
3.3.5 – Ivan Akselrud de Seixas	108
3.4 – Paulo Fraletti e algumas considerações sobre o Complexo Hospitalar do Juquery	115
3.5 – Investigações no Complexo do Juquery.....	117
Conclusão	121
Anexos.....	131
Fontes	137
Referências Bibliográficas	142

Em certo sentido, a direita tem razão quando se identifica com a tranquilidade e com a ordem. A ordem é a diturna humilhação das maiorias, mas sempre é uma ordem – a tranquilidade de que a injustiça siga sendo injusta e a fome, faminta.

(Eduardo Galeano)

Introdução

Este trabalho busca discutir como o aparato repressivo do Estado, constituído durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), fez uso das instituições psiquiátricas para aprisionar, torturar e até mesmo encobrir rastros de presos políticos. Com o golpe de 31 de março de 1964, o nosso país vivenciou uma forte onda de violência e perseguições. Ainda que haja uma memória de construções de estatais, houveram também privatizações, onde a área da saúde, mais especificamente a da psiquiatria, foi a mais explorada nesse período, sendo notável a disparada dos números de leitos psiquiátricos e igual ascensão dos números de internações durante este período da nossa história. Entretanto a aliança entre os militares e o setor psiquiátrico não ficou apenas na parte econômica, com os manicômios figurando entre um dos vários locais de prisão política no período ditatorial.

Para entender o possível motivo do uso de tais instituições, considerou-se necessário explorar a constituição do discurso psiquiátrico ante a sociedade a partir de um processo de compreensão da relação existente entre o louco, o psiquiatra e a sociedade brasileira. Nesse sentido, o primeiro capítulo da presente dissertação buscará abordar as lutas das sociedades psiquiátricas brasileiras em sua luta, desde a chegada da família real portuguesa no Rio de Janeiro, pelo direito de tutelar o louco. Vamos observar as produções da época, as quais visavam demonstrar a propriedade que tais profissionais afirmavam ter para lidar com os mais diversos problemas sociais da época, indo da vadiagem e alcoolismo, até a questão de revoltas populares. E passando por tais produções, será possível notar a alarmada urgência da criação de um aparelho (o hospital) que fosse capaz de lidar com estes sujeitos, até a caracterização deste espaço como um local de exclusão, um depósito de pessoas consideradas indesejáveis aos olhos da sociedade.

Passada a inauguração do Hospício de Pedro II no ano de 1852, iremos nos ater principalmente às questões da organização administrativa em saúde mental do início do século XX, até os momentos anteriores ao golpe de 1964, para compreendermos tanto como estava posta a rede assistencial psiquiátrica brasileira quanto quais os fatores que possibilitaram que a área psiquiátrica fosse marcada por um grande investimento por parte da iniciativa privada, a qual passou a abrir inúmeros leitos psiquiátricos privados a partir de 1964.

No segundo capítulo daremos continuidade a essa problemática, mas agora introduzindo a discussão a respeito de um novo saber nascente, o saber psicológico, cuja profissão ainda pleiteava por uma devida regulamentação e que por isso, a semelhança da psiquiatria no século anterior, tais profissionais passam a atuar produzindo saberes que satisfaçam as necessidades da classe política e econômica vigente. Dado o golpe civil-militar, teremos alguns destes profissionais atuando ativamente a favor dos ideais preconizados pelos militares, no entanto tal movimentação não é algo unânime entre a classe e durante este mesmo período podemos vislumbrar ao mobilização tanto de psicólogos quanto de psiquiatras os quais não compactuavam com tais posicionamentos, mobilização essa que anos mais tarde, já durante os movimentos pela redemocratização, serviriam de base para as denúncias sobre as péssimas condições de cuidado e de trabalho ofertadas pela rede assistencial de saúde mental daquela época.

No terceiro e último capítulo, serão abordados os casos de aprisionamentos e de tortura de presos políticos cometidas no interior das instituições psiquiátricas dentre os anos de 1964 e 1985. Para a análise destes eventos, foram consultados aos acervos digitais e pessoais de jornais com matérias da época, os quais abordavam o assunto das internações forçadas, ou que serviram de veículo para a denúncia dos eventos que tiveram parte no interior daquelas instituições.

Também foi realizada uma análise da produção resultante da atuação das comissões nacional, estaduais e municipais da verdade, tal análise fora feita a partir da consulta dos acervos digitais mantidos por estas comissões, pela consulta aos seus respectivos relatórios finais e pela consulta ao acervo do Arquivo Nacional de documentos mencionados nos relatórios supracitados, os quais muitas vezes serviam de ponto de partida e de guia para pensar a busca de outros documentos os quais pudessem ser úteis a este trabalho.

Buscou-se também consultar os depoimentos de ex-presos políticos que tiveram passagem pelas instituições psiquiátricas, as produções dos conselhos profissionais de psiquiatria e de psicologia que porventura tratassem sobre o tema, além da pesquisa por produções de outros pesquisadores como livros e artigos. Ainda que algumas produções não abordassem de maneira direta a temática abordada neste trabalho, tais consultas foram vitais para melhor compreender fenômenos como as disputas de poder decorrentes daquele período e as práticas de controle social exercida pelas profissões da área psiquiátrica².

Compreender estas disputas nos permite lembrar que ainda que muitos profissionais tenham empregado os seus saberes em favor das ações repressivas do Estado brasileiro naquele momento, tal movimento não era algo unânime e incontestável, sendo possível observar que ainda que alguns profissionais adotassem uma alinhamento favorável ao regime instaurado em 1964, muitos outros profissionais eram resistentes e a luta destes profissionais seria refletida na deflagração de movimentos como o da reforma sanitária, da reforma psiquiátrica e o movimento da luta antimanicomial. Movimentos originários da década de 1970 e que aliado às discussões sobre direitos humanos em voga no contexto da redemocratização, viriam a lançar uma luz sobre as condições psiquiátricas brasileiras e sobre o tratamento desumano ao qual as pessoas internadas eram submetidas.

² Neste momento não me refiro a “área psiquiátrica” como sendo referente apenas a profissão da psiquiatria, mas a área a qual atualmente convém-se ser chamada de “saúde mental” e que abrange as mais diversas profissões atuantes nesta área como a psiquiatria, psicologia, terapia ocupacional, serviço social e etc...

CAPÍTULO 1 – PERCURSO CLÍNICO-ADMINISTRATIVO DA SAÚDE MENTAL BRASILEIRA

1.1 – Raízes do discurso alienista no Brasil

De todas as moléstias a que o homem he³ sujeito nenhuma há cuja cura dependa mais do local, em que he tratada, do que a loucura. [...] Sem o isolamento, a tranquilidade, o silencio, quando elles são precisos; sem as convenientes separações dos loucos em classes, segundo o genero, e espécie de alienação mental; [...] sem huma grande attenção e cuidado todos dedicados a esta classe de doentes , he quase impossível obter-se boas curas, e com facilidade.⁴

A psiquiatria brasileira tem como marco fundamental, a inauguração em 1852 do Hospício de Pedro II⁵, ainda que tenha levado mais algumas décadas para que tal ciência se concretizasse como única detentora do saber acerca da loucura. Entretanto apesar do decreto de construção ter sido assinado em 1841, a figura do louco já era há muito presente no território brasileiro.

A assistência mental nos primeiros séculos posteriores a chegada dos portugueses era extremamente precária, neste momento a loucura transitava com certa liberdade pelo espaço social, uma vez que o cuidado de tal indivíduo era relegado principalmente à família. Os loucos de famílias mais abastadas eram enviados às instituições europeias ou então eram assistidos da forma que as suas condições financeiras permitiam, enquanto o cuidado dos loucos pobres ficava a cargo da família que quando não mantidos em casa, vagueavam a esmo pelas ruas, sendo conduzidos às delegacias quando envolvidos em algum ato de perturbação

³ As citações utilizadas neste trabalho serão utilizadas mantendo a grafia da época.

⁴ DE-SIMONI, L. V. *Importância e necessidade da criação de hum manicômio ou estabelecimento especial para o tratamento dos alienados*. Revista Médica Fluminense, ano 5, n. 6, set. 1839. p.241-262.

⁵ Também conhecido à época como “Palácio dos Loucos”, o Hospício viria a ser rebatizado após a proclamação como Hospício Nacional de Alienados. Em 1944 a instituição fora completamente desativada e entregue à administração da Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), que ficara responsável por restaurar e adaptar o local às suas necessidades, inaugurando assim, em 1949, o atual Palácio Universitário.

onde permaneciam até serem recolhidos por seus familiares, podendo também ser conduzidos às Santas Casas de Misericórdia onde lá permaneciam. Tais instituições eram ligadas à Igreja Católica e possuíam um papel estritamente assistencial, abrigando toda a sorte de desafortunados que necessitassem de cuidados:

Através de todo o período colonial, os alienados, os idiotas, os imbecis, foram tratados de acordo com as suas posses. Os abastados e relativamente tranquilos, eram tratados em domicílio e às vezes enviados à Europa (...). Se agitados punham-nos em algum cômodo separado, soltos ou amarrados, de acordo com a intensidade da agitação. Os mentecaptos pobres, tranquilos vagueavam pelas cidades, aldeias ou pelo campo (...). Os agitados eram recolhidos às cadeias, onde barbaramente e piormente alimentados muitos faleciam mais ou menos rapidamente.⁶

As Santas Casas vão adquirindo uma função semelhante à dos Hospitais Gerais europeus, absorvendo cada vez mais desvalidos em suas dependências sem, no entanto, ofertar nenhum tipo de cuidado clínico.

Com a chegada da família real em 1808, as Santas Casas das grandes cidades brasileiras se consolidam como destino dos loucos, sendo estes aprisionados nos porões junto a toda sorte de doentes e em alguns casos ficando até mesmo em andares inferiores ao dos coléricos⁷. A violência também se fazia presente, com os loucos tidos como mais agitados sendo sujeitados à privação de alimento e castigados fisicamente.

Se por um lado a chegada da família real contribuiu para a validação das Santas Casas enquanto destino final dos loucos brasileiros, ela também contribuiu para o início de uma disputa de poderes sob a tutela dessa população com a criação dos primeiros espaços de ensino médico cirúrgico das cidades do Rio de Janeiro e Salvador, seguidas na passagem do

⁶ MOREIRA, J. Notícia sobre a evolução da assistência a alienados no Brasil. Revista latino-americana de psicopatologia fundamental, v. 14, n. 4, dez. 2011. p. 728-768. Publicado originalmente em *Archivos brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciencias Affins*, vol. 1, n. 1, p. 52-98. 1905.

⁷ BASTOS, Othon. Primórdios da psiquiatria no Brasil. Revista de psiquiatria do Rio Grande do Sul, v. 29, n. 2, 2007. p. 155.

século XVIII para o século XIX pela criação das primeiras associações e sociedades científicas brasileiras. Tais acontecimentos viriam a contribuir imensamente para o desenvolvimento científico e para a consolidação da medicina científica (com suas práticas e espaços institucionais) frente a medicina assistencial praticada até então.

A apressada fuga da corte brasileira provocou uma profunda transformação no cenário urbano carioca, a outrora colônia, agora era a sede do Império e era necessário ser apresentada como tal. Têm-se então, início um intenso processo de urbanização, acompanhado intimamente por um processo de limpeza social com o intuito de remover todos aqueles desviantes que não mais poderiam ser tolerados na paisagem urbana carioca.

É diante da necessidade de ordenar de tamanha desorganização e mau funcionamento do espaço urbano que surge a medicina social brasileira. A vadiagem passa a ser o principal sintoma a ser tratado e notamos um processo divergente do ocorrido na Europa, se lá a *docilização* dos corpos se fez necessária diante da requisição de mão-de-obra do nascente sistema capitalista, sendo fábricas eram necessárias para ordenar o espaço urbano. Aqui o trabalho perdia a sua conotação econômica, sendo estritamente necessário para extinguir o ócio da população.

O estabelecimento dessa ciência introduz um olhar que perpassa o meio social, sempre em busca de identificar toda a sorte de comportamento desviante com o intuito de prevenir e categorizar quaisquer fragilidades que pudessem vir a ameaçar o bem-estar social.

A psiquiatria brasileira encontra nestas práticas a sua base fundadora, com os primeiros alienistas buscando analisar os significados e sintomas da loucura através da observação e do estudo do meio social. Objetivando assim traçar um conjunto de sintomatologias e padrões que possibilitasse identificar os mecanismos que ocasionam o seu surgimento e os meios através do qual a cura poderia ser alcançada.

A ideia de que o meio social poderia influenciar no surgimento da loucura conquista adeptos⁸ dentre a medicina mental, como por exemplo podemos conferir nos escritos de Franco da Rocha⁹ ao firmar a alienação como “Uma desarmonia, transitória, ou permanente, nas relações do indivíduo com o meio social”, sendo assim vital ao profissional, analisar não apenas a doença, mas também o contexto na qual a mesma se desenvolveu. Esta postura abre espaço para uma relativização da influência do meio social sobre o indivíduo e a sua loucura, ao mesmo tempo em que possibilita uma classificação maior de fatores nocivos à razão humana, tais como a influência do clima, as relações de gênero, os costumes, a sexualidade, as agitações políticas e a raça:

Estabelece-se uma profunda homologia entre as manifestações da loucura (seus sintomas) e esse terreno abalado pelos acontecimentos políticos e sociais. Sobre essa base geral se enxertam inúmeras análises sobre o papel da má educação, do relaxamento dos costumes, da má conduta das mulheres, da miséria, etc., na gênese dos distúrbios.¹⁰

Diante deste cenário, passa a ser defendido que a loucura só pode ser percebida pelo olhar médico. A partir de então surge dentre a classe médica, um clamor pela construção de um espaço físico no qual a loucura pudesse ser alocada e intimamente observada por aqueles que seriam supostamente capazes de curar aquele indivíduo já marcado pela *desrazão* e pela periculosidade.

Os primeiros trabalhos científicos brasileiros sobre a loucura surgem na primeira metade do século XIX ao lado do slogan “Aos loucos, o hospício!”¹¹ Tais ações visavam fazer

⁸ Cabe ressaltar que nem todos os alienistas da época seguiam este pensamento. No entanto como poderemos constatar mais adiante, este modelo será fortemente impulsionado pelo pensamento eugenista, tonando-se assim hegemônico no pensamento psiquiátrico brasileiro, atingindo o seu ápice com a Liga Brasileira de Higiene Mental.

⁹ ROCHA, Franco da. Esboço de psiquiatria forense. São Paulo: Laemmert, 1904.

¹⁰ CASTEL, Robert. A ordem psiquiátrica – a idade de ouro do alienismo. Rio de Janeiro: Graal 1978.

¹¹ TEIXEIRA, M. O. L.; FILHO, J. F. da S. A psiquiatria e a Universidade do Brasil: Nascimento, ciência e identidade nacional. In: FILHO, J. F. da S. (Org.). 1968 e a saúde mental. Rio de Janeiro: Contra Capa. 2008.

frente à atuação da Santa Casa de Misericórdia, instituição responsável por lidar com os loucos brasileiros, ao mesmo em que tentavam se colocar como os únicos detentores da tutela destes indivíduos.

Fundada em 30 de junho de 1829, a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, serviu como bastião em torno do qual a classe médica organizou a sua cruzada contra as Santa Casa de Misericórdia, servindo de espaço para debates específicos sobre as questões de saúde e doença, além de propor saídas e ações diante das questões de saúde pública e exercício da medicina. No ano de 1830, a Sociedade de Medicina publica o seu relatório acerca da salubridade na cidade do Rio de Janeiro, sendo esta a primeira vez em que a questão da loucura era colocada no alvo de uma questão médico-social. O relatório procurou informar as autoridades sobre as condições sanitárias das instituições de saúde cariocas, enquanto buscavam ressaltar a necessidade de criação de espaços exclusivos para certas populações nos hospitais da Santa Casa de Misericórdia, além de apresentar de forma sistemática, os motivos para a construção de um local específico para o tratamento dos acometimentos mentais.¹²

A querer-se tratar os doudos como convem que se faça, he preciso não só conserva-los em um local apropriado, mas também que esse local seja separado, e até afastado de outros estabelecimentos, que possam ser prejudiciais aos alienados, ou ao methodo de seu tratamento.¹³

A Sociedade se posicionou¹⁴ fortemente contra a circulação dos loucos pela cidade, associando a presença destes aos expoentes de insalubridade e violência dos pontos de vista de higiene pública e ordem urbana, ao mesmo tempo em que também criticavam duramente o

¹²ENGEL, G. M. Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2001.

¹³ DE-SIMONI, 1839.

¹⁴ Cabe ressaltar a importância dos periódicos de medicina, cuja circulação tem início no ano de 1827 e que constituíram uma importante ferramenta de difusão do discurso médico-científico. Para um maior aprofundamento consultar: “O periodismo médico no século XX” In: GONÇALVES, M. de S. “Mente sã, corpo são: disputa, debates e discursos médicos na busca pela cura das ‘nervoses’ e da loucura na corte imperial (1850-1880)”, 2011.

papel da assistência ofertada pela Santa Casa, realizando denúncias referentes aos maus-tratos aos quais os loucos estavam sujeitos em tais enfermarias. Dentre as denúncias figuravam a privação de alimentos, o uso do chicote e do tronco, da mesma forma que era feito com os negros escravizados.¹⁵

Pouco a pouco a loucura foi sendo apropriada pelo discurso médico brasileiro que buscava receber do Estado, a legalidade para intervir sobre a loucura através da ótica da medicina mental, e não mais pelo assistencialismo personificado através da atuação da Santa Casa. O empenho das Sociedades de medicina, em consoante com a lei de 03 de outubro 1832¹⁶ favoreceram a progressiva institucionalização e reconhecimento da medicina científica que se empenhava em transformar os espaços de saúde, tradicionalmente tido como espaços de caridade, em espaços clínicos de caráter científico-assistencial.

O esforço da classe médica pela construção de um espaço exclusivo aos loucos encontrou apoio na voz de José Clemente Pereira, o então provedor-geral da Santa Casa de Misericórdia, que no relatório anual de 1839, expressou a sua preocupação em ver atendido os clamores que faziam os homens da ciência em relação às condições dos loucos nas enfermarias das Santas Casas. Clemente Pereira também via na construção de um hospício a chance de se livrar dos loucos que se faziam presentes nas enfermarias, ao mesmo tempo em que receberia um acréscimo ao poder político-institucional da Santa Casa ao administrar a construção daquele que seria o primeiro hospício do império brasileiro.

É necessário ressaltar que Clemente Pereira alimentava a esperança de transformar a Santa Casa de Misericórdia em um hospital moderno e assim como os membros da Sociedade de Medicina, ele também defendia a construção de espaços específicos à cada população:

¹⁵ TEIXEIRA, M. O. L.; FILHO, J. F. da S. A psiquiatria e a Universidade do Brasil: Nascimento, ciência e identidade nacional. In: FILHO, J. F. da S. (Org.). 1968 e a saúde mental. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.

¹⁶ Institui as faculdades de medicina do Rio de Janeiro e de Salvador. In: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37274-3-outubro-1832-563716-publicacaooriginal-87775-pl.html

preconizando a divisão do hospital em uma enfermaria para os tuberculosos, outra para os bexiguentos e outra para moléstias em geral, um espaço específico para os alienados e um cemitério que viria a ser o Cemitério do Caju. Clemente também acreditava que as proposições da classe médica acerca das terapêuticas para os alienados poderiam trazer um resultado satisfatório, tal crença viria a ser provada quando em 1845, foi custeada a ida do médico Antônio José Pereira das Neves à Europa, com o objetivo de estudar o tratamento ofertado aos alienados na Alemanha, Bélgica, França, Inglaterra e Itália.

Tamanha mobilização resulta em 18 de julho de 1841 na assinatura do Decreto nº82, por meio do qual o jovem imperador Dom Pedro II, na época com apenas 16 anos, funda o hospício que viria a levar o seu nome e delega a sua administração à Santa Casa de Misericórdia.

O ato é carregado de simbolismos, por um lado a assinatura é o primeiro decreto imperial assinado por D. Pedro II, manifestando assim não apenas a estabilidade do Império, mas também a aptidão do jovem imperador para cuidar do bem-estar da nação.

Desejando assignalar o fausto de Minha Sagração com a criação de um estabelecimento de publica beneficcia: Hei por bem fundar um Hospital destinado privativamente para tratamento de alienados, com a denominação de – Hospicio de Pedro Segundo -, o qual ficará anexo ao Hospital da Santa Casa de Misericórdia desta Côrte, debaixo da Minha Imperial Protecção, Applicando desde já para principio da sua fundação o produto das subscripções promovidas por uma Commissão da Praça do Commercio, e pelo Provedor da sobredita Santa Casa, além das quantias com que Eu houver por bem contribuir.¹⁷

O decreto também define que o suntuoso palácio deve ser construído na atualmente extinta Praia da Saudade (bairro da Praia Vermelha), à beira da Baía de Guanabara e visível para todas as embarcações que adentravam rumo ao porto do Rio de Janeiro como um aviso

¹⁷ BRASIL. Decreto nº 82, de 18 de julho de 1841. In: Coleção de leis do Império do Brasil. vol. 1, p. 36. 1841.

de que o Império Brasileiro agora fazia parte do seleto *hall* de nações civilizadas que não apenas eram capazes de produzir loucos, mas de estudá-los e curá-los.

Convenientemente afastado do centro da cidade e dos bairros mais populosos, o Hospício de Pedro II¹⁸, que por sua beleza passou a ser conhecido popularmente como Palácio dos Loucos, estava situado em uma região saneada, bem arejada, com vista para a baía e cercado por árvores, com o objetivo de fornecer um ar fresco e revigorante aos seus internos. A sua estrutura com área de 140 mil metros quadrados e com inspiração no hospital francês *Maison Nationale de Charenton*, fora desenhada em um formato retangular, constituído por quatro grandes pátios internos separados por um corpo central que dividia a estrutura em duas alas, a ala Pinel (masculina) e a ala Esquirol (feminina).

Além da divisão de gêneros, havia outras subdivisões dentro de cada ala com o intuito de separar os internos mais abastados daqueles com pouca ou nenhuma condição financeira. Cada ala era dividida em três classes, onde a primeira era destinada àqueles que buscavam um quarto separado, com tratamento especial e com diárias de 2\$000 (dois mil réis)¹⁹; a segunda ala dispunha do mesmo tratamento especial, mas em quartos duplos pelo preço de 1\$600 (mil e seiscentos réis); e por fim, a terceira ala constituída de uma enfermaria com capacidade de até quinze pessoas, com diária de 1\$000 (mil réis) para pessoas livres e \$800 (oitocentos réis) para escravos. No entanto após a sua inauguração, por decisão de Clemente Pereira, os loucos necessitados passaram a ser admitidos gratuitamente pela instituição.²⁰

A relação entre civilidade e loucura já era algo presente na bibliografia europeia, tal pensamento baseou-se principalmente nos estudos de Jean-Jacques Rousseau a respeito da

¹⁸ O Hospício atualmente pertence à Universidade Federal do Rio de Janeiro, sendo atualmente conhecido como Palácio Universitário, no campus da Praia Vermelha.

¹⁹ No mesmo período, o aluguel mensal do quarto de solteiro em um cortiço custava entre 7\$000 e 8\$500. Para maiores informações, consultar LOBO et al. "Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820 – 1930".

²⁰ TEIXEIRA; FILHO, 2008.

imagem do “bom-selvagem”, onde conforme podemos observar em Oda²¹, este pensamento imbuiu o discurso alienista com a noção de que a loucura não estaria presente nas sociedades consideradas primitivas, estando estas imunes aos processos de alienação mental, em virtude da sua íntima proximidade com a natureza. No decorrer do século XIX, alienistas notáveis como Pinel, Tuske, Moreau de Tours e Esquirol, iriam elaborar estudos endossando cada vez mais as relações entre o processo civilizatório e a loucura.

Seguindo as pistas de Esquirol e de Moreau de Tours, a maioria dos alienistas europeus do século XIX, permanecerá fiel às noções de que o progresso, a vida civilizada, a agitação social urbana, as mudanças de hábitos e os aumentos dos casos de alienação mental se correlacionavam diretamente.²²

Esquirol²³ viria a afirmar que dentre as regiões que ainda não haviam adentrado à modernidade, tais como a China, a Espanha, o México e o Império Turco-Otomano, a incidência da alienação mental seria consideravelmente menor do que na França, por exemplo, até então reconhecida como o bastião cultura de toda a civilização ocidental. Já Moreau de Tours, após as suas viagens pelo mundo islâmico, concluiria que os povos muçulmanos em sua condição de “povos primitivos”, eram acometidos por uma forma diferente de alienação mental, forma essa que encontraria as suas bases em uma manifestação exacerbada e fanática de religiosidade, a qual seria capaz de gerar um tipo de desorganização mental no indivíduo.²⁴

²¹ ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. “Alienação mental e raça: a psicopatologia comparada dos negros e mestiços brasileiros na obra de Nina Rodrigues”, 2003.

²² DALGALARRONDO, Paulo. “Civilização e loucura: uma introdução à história da etnopsiquiatria”, 1996. p. 134.

²³ ESQUIROL, Jean-Étienne Dominique. “*Des maladies mentales, considérées sous les rapports médical, hygiénique et médico-légale*”, 1838. In: DALGALARRONDO, Paulo. Civilização e loucura: uma introdução à história da etnopsiquiatria. 1996.

²⁴ DALGALARRONDO, P. idem.p. 1996.

Discurso semelhante fora defendido por Winslow, que a partir da análise das observações realizadas por Thomas Wise²⁵ que durante a sua atuação como superintendente do asilo para lunáticos de Dacca²⁶, descreveu a loucura dentre os hindus como sendo decorrente de seus excessos místicos, fator este que era fortemente agravado pelo típico clima exageradamente quente da região.²⁷

No Brasil, país onde a escola francesa exerceu forte influência nos debates acadêmicos, tais ideais acabariam sendo incorporados ao nosso então nascente discurso psiquiátrico, conforme podemos notar no trabalho de conclusão de curso de Antonio Luiz da Silva Peixoto em 1837, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro:

O aumento da civilização também ocorre para aumentar o número de loucos: não porque os costumes sejam mais depravados, como creem alguns autores, mas sim porque a atividade da vida intelectual e os reveses da fortuna são tão frequentes no meio dos movimentos rápidos de uma civilização avançada, quanto são raros nas sociedades novas e ainda pouco industriosas.²⁸

E completa ainda:

Podem os climas ser causa da loucura, e assim, nos temperados, sujeitos a grandes variações atmosféricas, e principalmente nos que são de uma temperatura alternativamente fria e úmida, úmida e quente, a alienação é mais frequente. Se atendermos a esta última consideração, veremos que é ela uma das causas que influem no grande número de loucos no Rio de Janeiro...²⁹.

Tais argumentos viriam a culminar na teoria psiquiátrica da degenerescência, uma adaptação dos ideais apontados por Benedict-Augustin Morel na sua obra “Tratado das

²⁵ WISE, Thomas N., “*Insanity in India*”, 1853.

²⁶ Atualmente a capital de Bangladesh, que à época da publicação, era parte do Raj Britânico.

²⁷ DALGALARRONDO, P.op. cit. 1996, p. 28.

²⁸ PEIXOTO, Antonio Luiz da Silva. Considerações gerais sobre a alienação mental (1837). Revista latino-americana de psicopatologia fundamental, v. 14, n. 4, dez. 2013. p. 650.

²⁹ Ibidem, p. 648.

degenerescências na espécie humana.”³⁰ Segundo Morel, a loucura além de ser um fator hereditário, era também fruto de um processo de degeneração da espécie humana, sendo assim mais frequente dentre as camadas mais pobres e dentre as raças³¹ tidas como “inferiores”, tais como negros e mestiços, devido às influências mórbidas³² presentes no meio social destas populações.³³

Por fim, nós podemos constatar que a prática alienista enxergava no espaço social, o seu objeto de intervenção e que através de um olhar preparado viria a ser capaz de constituir uma rede de vigilância permanente, a qual partindo de uma noção de saúde e normalidade estaria dotada de um olhar atento a toda e qualquer forma de desvio³⁴.

1.2 – Psiquiatria e normatização nos primeiros anos da República

O golpe militar do dia 15 de novembro de 1889 que marca o fim do período imperial brasileiro e o início da República ocorre de forma a ser um marco no processo de compreensão e enfrentamento da loucura, com os alienistas enfim tendo o seu discurso legitimado por parte do Estado, acontecimento este que pode ser notado através da edição dos decretos 142-A em 11 de janeiro de 1890³⁵ e 206-A, de 15 de fevereiro de 1890³⁶, decretos responsáveis por desanexar o Hospício de Pedro II da Santa Casa de Misericórdia, determinando também que o mesmo fosse rebatizado como Hospício Nacional de Alienados e por criar a Assistência Médico-Legal de Alienados, respectivamente.

³⁰ MOREL, B. “*Traité des dégénérecences physiques, intellectuelles et morales de l’espèce humaine et les causes qui produisent ces variétés malades*”, 1857.

³¹ Aqui o racismo de encontro ao alienismo receberia uma nova roupagem sob um pretenso embasamento científico constituído pelos estudos psiquiátricos que apontavam para a inferioridade psíquica, moral e biológica da população não branca como um fator de suscetibilidade à loucura.

³²MOREL, 1857 p. 499

³³ Cunha em “Cidadelas da ordem” (1990), vai nos dizer ainda, que uma vez em solo brasileiro, a noção de degenerescência seria revertida de uma forma tal que a mesma deixaria de algo propiciado pelo meio social, para assumir o papel de causa das mazelas daquele mesmo meio.

³⁴ FOUCAULT, 2006

³⁵ BRASIL, *Collecção de leis do Brazil*. vol. 1, fasc. 1, pag. 23, 1890.

³⁶ Ibidem, vol. 1, fasc. 2, pag. 276,1890.

Na obra de Vasconcellos³⁷ podemos observar que esse apoio aos alienistas por parte do governo republicano não se deu ao acaso. O nascente governo necessitava de formas de não apenas buscar uma legitimidade, cessando laços com o período imperial, buscando a constituição de uma identidade nacional, mas também de acalmar os ânimos e controlar as agitações sociais³⁸ em virtude das tribulações nos anos subsequentes à proclamação, assim as práticas de controle social decorrente da teoria de degenerescência ofereceram uma oportunidade de aliança entre aquela classe científica e o então recente governo republicano em prol da “ordem e progresso”.³⁹

A saúde pública e a psiquiatria dão-se as mãos na tarefa comum de sanear a cidade, remover a imundice e a morrinha, os focos de infecção que eram os cortiços, os focos de desordem que eram os sem-trabalho maltrapilhos a infestar as cercanias do porto e as ruas do centro da cidade.⁴⁰

O corpo social brasileiro passa a ser lido como um corpo adoecido e que necessitava urgentemente ser curado⁴¹. Doença esta que fora causada essencialmente pela constituição racial da população brasileira, tendo a mestiçagem como o seu principal sintoma. Aqui o mestiço tido como um “tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental”⁴² assume um papel central nas explicações sobre a loucura, criminalidade e vícios.

³⁷ VASCONCELLOS, C. T. de D. V; VASCONCELLOS, S. J. L. Pseudoloucura e loucura moral: um caso histórico sobre simulação. Arquivos brasileiros de psicologia. vol. 69, n. 1, p. 122-136. 2016

³⁸ Em

³⁹ WEYLER, A. R. A loucura e a república no Brasil: a influência das teorias raciais. Revista de Psicologia da USP, vol. 17, n. 1, p.17-34. 2006.

⁴⁰ RESENDE, H. Política de saúde mental no Brasil: uma visão histórica, 1990.

⁴¹ A cura só seria possível por um esforço de toda a classe médica e não apenas através da atuação dos alienistas. As incidências de epidemias urbanas viriam a suscitar uma intervenção dos sanitaristas em seu esforço de sanear as cidades através de reformas urbanas e ações de saúde como as vacinações, em Schwarcz (2002) nós também podemos observar a incidência da atuação da medicina legal nas investigações a respeito do criminoso em suas taras e degenerações.

⁴² SCHWARCZ, L. M. O espetáculo das raças, 1993.

Podemos notar a influência de tais ideologias nas produções de três grandes nomes da época, sendo eles os médicos Álvaro Fernandes, Franco da Rocha e Raimundo Nina Rodrigues.

Nina Rodrigues ao analisar os eventos ocorridos durante a Guerra de Canudos (1896-1897), viria a afirmar que o acontecido era fruto de uma loucura epidêmica que segundo ele só fora possível em virtude da predisposição e do desequilíbrio mental inato do jagunço, fomentando assim um campo ideal para o contágio do delírio de Antônio Conselheiro:

Não haveria de ser qualquer louco, e sim um louco profeta, mestiço como a massa que o seguia. A mestiçagem traria a predisposição à alienação mental, a sugestionabilidade e o desequilíbrio mental, necessários ao contágio vesânico.⁴³

No entanto, as teorias raciais por si só não são o suficiente para explicar tanto a organização do Arraial e nem a resistência do mesmo às expedições republicanas, diante disso Rodrigues⁴⁴, nos apresenta três fatores que aliados à inferioridade da raça, terminariam por explicar o contágio vesânico de Canudos, sendo eles a incorporação do discurso delirante de Conselheiro à realidade sertaneja; a convivência prolongada no mesmo meio que o sujeito delirante, no caso o convívio durante as peregrinações até o assentamento em Belo Monte e por fim, a própria verossimilhança do discurso frente aos fatos passados e aos temores⁴⁵ e esperanças da população frente ao futuro.

Tais fatores terminam por ressaltar a estrutura do meio social como algo tão importante para a manifestação da loucura quanto a própria pré-disposição genética do jagunço:

⁴³ ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. Nina Rodrigues e a loucura epidêmica de canudos. Revista latino-americana de psicopatologia fundamental, vol. 3, n° 2, p. 139-144, 2000.

⁴⁴ RODRIGUES, Raimundo Nina. A loucura epidêmica de Canudos: Antonio Conselheiro e os jagunços. 2006.

⁴⁵ Temor este que Rodrigues (p. 149, 2006) aponta como sendo um receio frente ao novo regime político instaurado na nação, o que viria a se manifestar na forma mais grave de sua psicose ao unir seus delírios persecutórios com a sua causa religiosa suscitada na separação entre Estado e Igreja pregada pelo governo republicano.

Corrigindo a loucura mística de Antonio Conselheiro, e dando-lhe umas tinturas das questões políticas e sociais do momento, criou, tornou plausível e deu objeto ao conteúdo do delírio, tornando-o capaz de fazer vibrar a nota étnica dos instintos guerreiros, atávicos, mal extintos ou apenas sofreados no meio social híbrido dos nossos, sertões, de que o louco como os contagiados são fiéis e legítimas criações. Ali se achavam, de fato, admiravelmente realizadas, todas as condições para uma construção epidêmica da loucura.⁴⁶

Franco da Rocha dentre a última década do século XIX e início do século XX também vai conduzir importantes estudos sobre a influência do contexto social (a qual ele considerava mais importante do que a própria configuração racial do indivíduo)⁴⁷ na manifestação da loucura dentre as massas não somente dentre as áreas consideradas atrasadas, como o sertão estudado por Nina Rodrigues, mas também dentro da esfera civilizatória dos centros urbanos:

O homem primitivo, como os Senhores todos sabem, não é somente o que se acha nos sertões; eles aí estão nos centros dos mais pretensiosos progressos. Quando o desespero de uma doença ou vendaval da desgraça lhes tira a leve camada de verniz da civilização, lá vão eles, caminho da casa da cartomante, ou do curandeiro de São Caetano...⁴⁸

Partindo do pressuposto da influência do meio social na condição mental da população, Franco da Rocha em seu artigo intitulado “Do delírio geral”⁴⁹, vai se debruçar sobre aquilo que ele vem a chamar de delírio das multidões. Considerando que a vida mental de cada indivíduo é pautada num processo de sugestão de pessoa a pessoa, Franco da Rocha

⁴⁶ Ibidem, p. 151.

⁴⁷ Para Franco da Rocha o fenômeno racial brasileiro constituía “um fenômeno ultracomplificado [...], resultante de uma mestiçagem, não de duas, mas de três raças, bem diversas” (Rocha, 1929), o que por si só seria capaz de desnortear quaisquer tipos de generalizações, sobre isso ele nos indaga “A reunião de qualidades psíquicas e físicas tão diversas deve ter dado um produto cheio de desequilíbrios no caráter. Como, pois, enxergar logo isso tudo, na falta dos elementos essenciais para um golpe de vista geral?” (ibidem).

⁴⁸ ROCHA, F. da. Mitos e lendas na loucura. Gazeta clínica de São Paulo, ano 18, n. 2, p.19-21, 1920.

⁴⁹ Ibidem. Do delírio em geral. O Estado de São Paulo, 20 de março de 1919.

afirma que a loucura é algo passível de transmissão por meio da comunicação entre duas ou mais pessoas, difundindo “ficções que invadem as sociedades e se difundem por todas as camadas do meio social”⁵⁰.

Em 1898, temos a publicação de “*Moral insanity in Rio de Janeiro*”, tese defendida pelo médico Álvaro Fernandes na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde ele versa sobre a loucura moral e o seu tipo de maior periculosidade naquele momento, o anarquista⁵¹, considerando esta “doença” o resultado de uma desarmonia entre o capital e trabalho, agravada pelas lutas sociais.

Em sua tese, Fernandes defende que a paixão política do anarquista não apenas causa transtornos ao governo e aos capitalistas, mas também acarreta problemas ao próprio indivíduo, considerando que tal paixão constitui a principal causa de seu adoecimento e que por afetar a sua razão, o torna impassível de uma cura definitiva.

A classificação da anarquia enquanto transtorno mental, serviu como brecha para que fossem incluídos nessa categoria quaisquer tipos de lideranças e militantes de organizações que causassem algum tipo de contestação à ordem vigente⁵² conforme podemos observar na passagem a seguir:

São em geral muito altruístas, querem proteger os fracos, queixam-se das injustiças e perseguições, que por isso lhes movem as autoridades iníquas. Seriam capazes de armar revoluções pela defesa legítima dos oprimidos. Nos asilos é constante a sua luta.⁵³

Anos mais tarde, Franco da Rocha viria a apoiar as proposições apontadas por Álvaro Fernandes na relação entre os movimentos revolucionários e a loucura, ao apontar que as revoluções necessitam daquele contingente de indivíduos dispostos a tomar parte dos mais

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ FERNANDES, A. O. N. *Moral insanity in Rio de Janeiro*, 1898.

⁵² ENGEL, M. G. Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios.

⁵³ FERNANDES. opus cit.

diversos atos necessários para o sucesso da revolução, mesmo os mais violentos e arriscados, atos dos quais “os equilibrados se vexariam de tomar parte”⁵⁴.

Esses revolucionários são os companheiros dos paranóicos, com os quais se confundem muitas vezes, com a diferença de que os paranóicos revelam perturbações intelectuais que os excluem mais depressa da comunhão social, por darem mais na vista de todos.⁵⁵

Segundo Engel⁵⁶ a periculosidade dessa classe de louco residia no fato de que por muitas vezes tais indivíduos podem ocupar postos de prestígio dentro do meio social, podendo ser desde uma liderança sindical, até o posto em algum alto cargo administrativo, o que acaba fazendo com que este tipo passe de maneira imperceptível pelos olhos do cidadão comum, cabendo aos alienistas o papel de estarem sempre alertas aos possíveis sinais de emergência da loucura.

Ainda nos seus estudos sobre agitações político-sociais, a referida autora viria a identificar a correlação direta entre o aumento de internações no Hospício Nacional de Alienados (HNA) em períodos de agitações. Relação que fora utilizada por Teixeira Brandão (à época no cargo de diretor do Serviço de Assistência a Alienados) como justificativa para o alto índice de internações no HNA durante o decorrer da década de 1890, relação que fora reforçada por Domiciano Maia em sua tese “Política e loucura”⁵⁷, na qual através de uma análise dos números de admissões no HNA durante os períodos de conturbações político-sociais, buscou comprovar a potência da política enquanto mecanismo capaz de desencadear a loucura. O resultado de sua pesquisa pode ser observado no quadro abaixo:

⁵⁴ ROCHA, F. da. Esboço de psiquiatria forense, 1904.

⁵⁵ Ibidem

⁵⁶ ENGEL, M. G. As fronteiras da “normalidade”: psiquiatria e controle social. História, Ciências, Saúde. vol. 3, p.547-563, nov. 1998 – fev. 1999.

⁵⁷ MAIA, D. A. de P. Política e loucura

Tabela 1 – Número de internações psiquiátricas em momentos de instabilidade política no decorrer da década de 1890.

Ano	Entradas no HNA	Causas ocasionais
1889 1890	77 498	Revolução e queda do Império
1891	302	—
1892	610	Jogo na Bolsa
1893 1894 1895	526 726 732	Revolta e Revolução Federalista
1896	665	—
1897 1898	699 788	Agitação partidária Canudos

Fonte: MAIA (1889, p. 42)

Diante dos pressupostos apresentados acima, as estratégias para lidar com a loucura deixam de ter o seu caráter essencialmente assistencialista, tal como se deu até o fim do período imperial, para então entrar em campo uma visão higienista, que via na figura do louco (ou degenerado), uma constante ameaça ao meio urbano e ao progresso, sendo assim, necessária para a manutenção do bem estar do corpo social a remoção destes indivíduos perigosos seguida da inserção nos manicômios e colônias agrícolas, locais onde os loucos curáveis poderiam ser docilizados e readaptados ao convívio urbano, ao passo em que os incuráveis permaneceriam isolados, incapazes assim de perturbar a ordem social.

1.3- Organização político-assistencial em saúde mental nos primeiros anos do século XX

A inauguração do primeiro hospício da América Latina viria a provocar um grande fluxo de alienados advindos de diversas regiões brasileiras para a capital da corte em busca de tratamento, além daqueles indivíduos que eram encaminhados por juizados⁵⁸, instituições policiais e por outros órgãos da Santa Casa, não tardando para que a instituição passasse a enfrentar problemas de superlotação.

Após a proclamação, o Hospício de Pedro II é desanexado da Santa Casa e tem o seu nome alterado para Hospício Nacional de Alienados, tendo a sua administração ficado a cargo da Assistência Médico-Legal de Alienados, órgão também criado pelo governo republicano e que também ficara responsável pela gestão das Colônias do Conde de Mesquita e de São Bento, ambas localizadas na Ilha do Governador, Rio de Janeiro

Inauguradas em 1890, em tentativa de reduzir a superlotação existente no Hospício Nacional de Alienados, as Colônias se propunham a resolver a problemática da mistura dos internos curáveis, daqueles sem perspectivas de alçar uma cura. Sendo assim os incuráveis eram remanejados para as Colônias, onde eram submetidos a regimes de trabalhos braçais, indo desde os trabalhos agrícolas, até as atividades artesanais.

Este novo modelo de instituição tem a sua origem nos relatos narrados por um alienista francês a respeito de um ocorrido em uma pequena aldeia belga onde há muitos anos atrás, uma princesa havia buscado refúgio em função da ira e do assédio de seu pai que desejava desposá-la. Ao ser encontrada, a jovem princesa é prontamente executada pelo próprio pai, ocorrendo que neste momento um alienado ao presenciar a execução teria recobrado os seus sentidos. A princesa em função de sua fé e de sua perseverança ao não sucumbir às taras de seu pai foi canonizada pela Igreja, enquanto a aldeia tornou-se destino de

⁵⁸ Para uma maior compreensão das relações entre médicos e juristas, consultar CHAVES, F. B. Crime e loucura: as relações entre medicina e justiça penal no Rio de Janeiro (1830-1903).

loucos das mais diversas localidades do Velho Continente que peregrinavam até lá em busca de uma cura.⁵⁹

No entanto, para o infortúnio geral, a cura milagrosa nunca veio e diante disso muitos loucos permaneceram na aldeia, com a esperança de que viriam a receber a tão sonhada cura na próxima celebração em memória da Santa Protetora dos Loucos. Assim muitos familiares pagavam aos aldeões locais para que estes cuidassem de seus loucos, que eram progressivamente incorporados à dinâmica local, realizando trabalhos braçais como agricultura e marcenaria. Para a admiração de muitos, a cura realmente veio, mas não por ação divina e sim por fruto do trabalho.⁶⁰

No Brasil, as colônias vão encontrar em solo fértil para a sua rápida expansão, Para Andrade & Costa-Rosa⁶¹, este fenômeno é justificado tanto pelo modelo asilar presente na mentalidade *pineliana* ainda vigente naquele período, quanto na própria caracterização da sociedade brasileira enquanto uma nação essencialmente agrícola. Com respaldo no discurso alienista, o trabalho passa a ser aplicado nas colônias não apenas como uma mera ocupação a fim de combater o ócio, mas como um método terapêutico e de adequação às demandas econômicas da sociedade:

O trabalho vem em primeira linha no ‘tratamento moral’ [...]. Em si mesmo, o trabalho possui uma força de coação superior a todas as formas de coerção física, uma vez que a regularidade das horas, as exigências da atenção e a obrigação de chegar a um resultado separam o doente de uma liberdade de espírito que lhe seria funesta e o engajam num sistema de responsabilidade.⁶²

Em 1903, Juliano Moreira é nomeado para chefiar a Assistência Médico-Legal de Alienados, a nomeação de Juliano para o cargo, marca uma virada no pensamento psiquiátrico

⁵⁹ AMARANTE, P. Saúde mental e atenção psicossocial. 2011, p. 38.

⁶⁰ Ibidem.

⁶¹ ANDRADE, Márcia Campos; COSTA-ROSA, Abílio da. O encontro da loucura com o trabalho: concepções e práticas no transcurso da história. Revista Interinstitucional de Psicologia, vol. 7, nº 1, p. 27-41, 2012.

⁶² FOUCAULT, M. A história da loucura na idade clássica, 1978.

brasileiro, uma vez que este era adepto da escola psiquiátrica alemã (ou kraepeliniana), posição diferente da adotada pelo seu antecessor Teixeira Brandão, que assim como a maior parte dos alienistas brasileiros até então, era seguidor da escola francesa.

Adepto da visão preventista do sanitarista Oswaldo Cruz, Moreira acredita que o asilo é um dispositivo, cuja existência se fará necessária enquanto a doença mental ainda for presente na sociedade.⁶³

Conforme podemos observar em Lima⁶⁴, um dos impactos da mudança de ideologia ocorrida na chefia do serviço de assistência foi a introdução de um pensamento voltado para a construção de um sistema de classificação⁶⁵ das moléstias mentais, algo visto como imperativo visto a ampla gama de comportamentos e de diagnósticos possíveis dentro de uma sociedade civilizada. Buscando assim munir os psiquiatras de um respaldo capaz de promover uma efetividade cada vez maior nas formas de lidar com os loucos, sendo possível observar durante a sua gestão à frente da Assistência a criação de Colônias específicas para alcoólatras, epiléticos, imbecis e outros...

Juliano Moreira viria a permanecer à frente da Assistência Médico-Legal de Alienados, a qual teve o seu nome alterado para Assistência aos Psicopatas do Distrito Federal também em 1903, até o ano de 1930, durante este período, diversas novas colônias foram inauguradas como o Hospital Colônia de Barbacena – MG (1903), a Colônia de Alienados do Engenho de Dentro – RJ⁶⁶ (1911) e a Colônia de Alienados de Jacarepaguá⁶⁷ (1923), também localizada no estado do Rio de Janeiro.

Ainda no ano de 1903 é promulgado o decreto legislativo nº 1132, de 22 de dezembro de 1903, ou simplesmente lei federal de assistência a alienados, que em conjunto

⁶³ MEDEIROS, T. Formação do modelo assistencial psiquiátrico no Brasil, 1977.

⁶⁴ FOUCAULT, M. A história da loucura na idade clássica, 1978.

⁶⁵ Apesar dos esforços empregados, o sistema de classificação não vingará até a criação da Divisão de Assistência à Psiquiatria na década de 1940.

⁶⁶ Atual Instituto Municipal de Assistência a Saúde Nise da Silveira.

⁶⁷ Atual Hospital Colônia Juliano Moreira.

com o decreto nº 5125, de 1º de fevereiro de 1904, vem de forma a reorganizar os espaços asilares já existentes, além de fornecer um maior controle Estatal frente às instituições privadas e efetivando a autoridade médica ante o alienado, o que de acordo com Juliano Moreira a partir de suas observações nas instituições alemãs, potencializaria a terapêutica e o processo de cura do alienado brasileiro.⁶⁸

Durante os anos de 1910 e 1920 a assistência em saúde mental vai seguir sem grandes modificações, neste período o acontecimento de maior impacto talvez seja a fundação da Liga Brasileira de Higiene Mental⁶⁹, pelo psiquiatra Gustavo Riedel, a Liga fundada com o propósito de impulsionar a produção científica acerca das práticas de higiene mental, acabou também por abraçar os ideais eugenistas em voga principalmente na escola psiquiátrica alemã. A prática eugenista da liga vai de encontro a mesma postura adotada pelos sanitaristas que se uniam em torno do lema “sanear é eugenzar”⁷⁰. O posicionamento da liga ocorre de forma a fortalecer o discurso que vinha sendo combatido pela frente de psiquiatras representados por Juliano Moreira, uma vez que estes não viam um embasamento científico por trás de tais teorias.

Na década de 1930, a prestação dos serviços de saúde é dividida e incorporada aos recém-criados Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP)⁷¹ e Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC)⁷², como o MESP ficando responsável pelas ações assistenciais e preventivas de saúde pública, tendo a psiquiatria sendo incluída repertório de ações contempladas por este ministério⁷³, enquanto o MTIC contemplava a assistência médica

⁶⁸ OLIVEIRA, W. V. de. A assistência a alienados na capital federal da primeira república: discursos e práticas entre rupturas e continuidades. 2013.

⁶⁹ Para maior aprofundamento sobre o tema, consultar o livro “História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico” de Jurandir Freire Costa.

⁷⁰ FABRÍCIO, A. L. da C. A assistência psiquiátrica no contexto das políticas públicas de saúde (1930-1945), 2009.

⁷¹ BRASIL. Decreto nº 19402, de 14 de novembro de 1930.

⁷² BRASIL. Decreto nº 19433, de 26 de novembro de 1930.

⁷³ Ibidem.

previdenciária, suscitando um contraponto entre o corporativismo e o universalismo em saúde.⁷⁴

Em Santos et al.⁷⁵, podemos observar que Getúlio Vargas, em seus esforços para consolidar um governo centralizador⁷⁶ e intervencionista capaz de responder com políticas sociais às demandas e agitações em voga no pós-30. Verifica-se também uma continuidade das práticas sanitárias iniciadas durante a Primeira República, e que agora sob incumbência do MESP, prosseguia em direção ao interior brasileiro, escapando da esfera dos portos litorâneos e do Distrito Federal.⁷⁷

O golpe de 37 reitera a postura “centralizadora, liderada apenas pelas instâncias federais, e que visava a modernização do estado, articulada à construção de um projeto nacional”⁷⁸. Ocorre neste mesmo ano a aprovação da lei nº 78, de 13 de janeiro de 1937, a qual reorganiza o MESP, agora rebatizado como Ministério da Educação e Saúde, o qual passa a contar também com o Departamento Nacional de Saúde, órgão que contava com quatro subdivisões, sendo elas as divisões de: Saúde Pública, Assistência Hospitalar, Amparo à Maternidade e de Assistência a Psicopatas.

Sobre as atribuições da Divisão de Assistência a Psicopatas, pode-se dizer que esta fora encarregada pelos:

serviços relativos à assistência a psicopatas e à profilaxia mental, de caráter nacional, bem como dos que, de caráter local, sejam executados pela União, competir-lhe-á ainda promover a cooperação da União nos serviços locais, por meio de auxílio e da subvenção federais fiscalizando o emprego dos recursos concedidos.⁷⁹

⁷⁴ FONSECA, C. M. O. Saúde no governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público, 2007.

⁷⁵ SANTOS, L. A. de C; BARBOSA, I. da C; GOMES, M. de L. A saúde pública sob Getúlio Vargas: notas de leitura. Cadernos de Saúde Pública, vol. 25, n. 9, set. 2009.

⁷⁶ Centralizador no quesito político e descentralizado nas ações.

⁷⁷ FABRÍCIO, A. L. da C. opus cit.

⁷⁸ VENANCIO, A. T. A. Da colônia agrícola ao hospital-colônia: configurações para a assistência psiquiátrica no Brasil na primeira metade do século XX. História, Ciências, Saúde-Manguinhos. vol. 18, n. 1, dez. 2011.

⁷⁹ BRASIL. Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937.

Pouco tempo após a criação do Departamento Nacional de Saúde (DNS), é instaurado um inquérito em saúde a fim de avaliar a condição dos serviços e os problemas de saúde em território brasileiro, tal inquérito veio a contar com uma parte específica para a situação da assistência psiquiátrica, levando 04 anos para ser concluído (1937-1941).

Através dos resultados obtidos com o inquérito, é instituído através do decreto nº 3171, de 02 de abril de 1941⁸⁰, o Serviço Nacional de Doentes Mentais, órgão que substitui a Divisão de Assistência a Psicopatas e que tem como primeiro chefe, o psiquiatra Adauto Junqueira Botelho, inaugurando assim uma nova etapa de expansão das unidades hospitalares públicas, pautada no Plano Hospitalar Psiquiátrico.⁸¹

Como marco dessa nova política hospitalocêntrica, nós temos a assinatura do decreto-lei 8.550 de 03/01/1946⁸², o qual estabelece uma parceria entre os governos estaduais e federal para viabilizar a construção e gestão de novos hospitais. Assim fica determinado que os estados fossem os responsáveis pela concessão do terreno, pela manutenção e pelas folhas de pagamento, enquanto o governo federal se responsabilizaria pela projeção, construção e aparelhamento da instituição.⁸³

Tal política viria a provocar um verdadeiro surto de macro-hospitais pelo país e ainda que Adauto Botelho lutasse pela modernização da psiquiatria nacional através da adoção de métodos até então considerados eficazes como o uso de eletroconvulsoterapia e a indução de choques insulínicos e cardiazólicos, os novos hospitais continuariam a reproduzir o modelo asilar-excludente que se fazia presente desde os anos imperiais. Até o ano de 1954, ano da saída de Adauto Botelho da liderança do Serviço Nacional de Doentes Mentais, o número de

⁸⁰ BRASIL. Decreto nº 3171, de 02 de abril de 1941.

⁸¹ VENANCIO, A. T. A. op. cit.

⁸² BRASIL, 1946.

⁸³ PAULIN; TURATO. Antecedentes da reforma psiquiátrica no Brasil: as contradições dos anos 1970. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, vol. 11, nº 2, 2004.

leitos psiquiátricos de administração pública seria superior a 16 mil, não sendo raro encontrar instituições enfrentando superlotação.⁸⁴

1.4 – Associações entre instituições privadas e previdenciárias

A divisão dos serviços sanitários entre o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) e o MTIC durante os primeiros anos da Era Vargas nos evidencia como era a mentalidade em torno da atenção em saúde naquela época, sendo está marcada pela dualidade onde de um lado há uma atenção individual e pautada na cura, atenção possível através da inserção do indivíduo no mercado de trabalho, enquanto do outro lado reside uma atenção coletiva de saúde pública, com ações momentâneas e preventistas, como as campanhas de vacinação e até mesmo as movimentações de internações psiquiátricas.⁸⁵

A intervenção estatal na seguridade social de assalariados do setor privado não fora algo novo na política brasileira, sendo possível remontar esta ação ao ano de 1919 com a criação de seguros para acidente de trabalho, posteriormente nós temos o decreto nº 4682, de 24 de janeiro de 1923⁸⁶, o qual cria a Caixa de Aposentadoria e Pensões, inicialmente direcionada aos trabalhadores ferroviários, tendo este modelo sido expandido posteriormente a outras classes trabalhistas.

Apesar de ser uma entidade pública, as CAP eram organizadas pelas empresas contratantes, empregadas através de um contrato compulsório e financiada por uma contribuição também compulsória por parte de empregador e empregados, que também contavam com uma pequena contribuição por parte da União.⁸⁷ Segundo tais autores, o Estado

⁸⁴ RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Saúde mental no Brasil. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

⁸⁵ COHN, A; NUNES, E; JACOBI, P. R; KARSCH, U. S. As heranças da saúde: da política da desigualdade à proposta de equidade. In: A saúde como direito e como serviço, 2010.

⁸⁶ BRASIL, 1923.

⁸⁷ COHN, A; NUNES, E; JACOBI, P. R; KARSCH, U. S. op. cit.

institui, em tese financia em parte, e normatiza essa modalidade de seguro social, mas não participa diretamente de seu gerenciamento. .⁸⁸

A institucionalização das CAP por parte do Estado começa a nutrir a já anteriormente dualidade na atenção em saúde, criando a ideia de que a saúde é algo pertencente à esfera privada e que, portanto, não é ser entendido como um direito do cidadão e tampouco sendo um dever do Estado em fornecê-la.

Na década de 1930 são criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões, autarquias geridas pelo Estado e que agora abraçavam diversos setores trabalhistas a mais, ao mesmo tempo em que coexistiam com as CAP remanescentes.⁸⁹

Ainda nos anos 1930, é presenciado o primeiro acordo previdenciário entre um dos recém-criados IAP, o IPASE (Instituto de Pensão e Aposentadoria dos Servidores do Estado) e uma instituição psiquiátrica, a Casa de Saúde Dr. Eiras.

Um novo convênio viria a ser assinado no decorrer dos anos 1950, desta vez seria com o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciais (IAPC)⁹⁰, o qual se compromete a financiar a construção de um pavilhão na Dr. Eiras exclusivamente para os cuidados de seus previdenciários. Este convênio marca o início das internações por meio da associação entre os institutos previdenciários e a casas de saúde privada.

Vale lembrar que na esfera pública, nessa mesma época vivia-se a expansão dos macro-hospitais, estimulada pelo decreto-lei de 1946 e que aproximadamente 80% de todos os leitos psiquiátricos do país eram de administração pública

Constata-se que no período compreendido entre os anos 1941 e de 1961 os hospitais privados já somavam um número superior ao dos hospitais públicos, contabilizando 23 hospitais públicos e 39 privados em 1941 e 54 públicos e 81 privados no ano de 1961.

⁸⁸ Ibidem.

⁸⁹ Ibidem.

⁹⁰ Ibidem.

Contudo apesar da superioridade de unidades hospitalares, o setor privado ficava para trás quando contabilizados os leitos de cada unidade, com os leitos privados representando apenas 24,9% dos leitos psiquiátricos em 1961, enquanto os leitos públicos somavam 75,1% dos leitos psiquiátricos.⁹¹

⁹¹ Ibidem.

CAPÍTULO 2 - A DITADURA NO DIVÃ: APROXIMAÇÕES ENTRE OS MILITARES E A SAÚDE MENTAL

2.1 - Breves considerações sobre saúde pública e subjetividades

A ditadura não foi simplesmente um governo que enlouqueceu e começou a torturar e a matar. O que aconteceu em 1964 foi um assalto ao poder, aos cofres públicos, e a implantação do terrorismo de Estado, detalhadamente exercido.⁹²

O golpe civil-militar ocorrido em 31 de março de 1964 se deu sob a justificativa de evitar que o Brasil se alinhasse ao bloco comunista liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, representando assim a assunção de uma política de alinhamento ao capital estrangeiro através da adoção de uma agenda privatizadora. Somado a isso, também presencia-se a ascensão de um Estado violento e controlador que no intuito de salvaguardar a nação, se encontrava disposto a sacrificar o bem-estar da população em prol de um bem maior, em prol da segurança nacional, a qual ao garantir a unidade nacional, seria capaz de nos conduzir ao progresso.

Tal ambiguidade entre as ações de privatização de diversos setores e a postura centralizadora do Estado brasileiro é passível de ser observada através das políticas de saúde adotadas no pós-64. Se por um lado temos um Estado que busca agradar o capital, nós também teremos este mesmo Estado buscando conquistar o apoio de sociedade civil, investindo na cobertura previdenciária através da criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o qual passa a agregar todos os outros sistemas de aposentadorias e pensões vigentes até então, além de estender a cobertura previdenciária.

⁹² SEIXAS, I. A. de. op. cit.

No ano de 1977 o instituto passa a contar também com a assistência médica, sendo reestruturado como Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS), o qual virá a estabelecer convênios com instituições tanto públicas quanto com as privadas, sendo esta última, a modalidade mais privilegiada:

O INPS incentivava a utilização dos serviços do setor privado⁹³, privilegiando a dotação de verbas públicas à instituições particulares que prestassem serviços médicos à população, ao invés de o próprio governo assumir a prestação desses serviços.⁹⁴

Este novo modelo de organização previdenciária viria a ter grande impacto na área da saúde, sobretudo na área de assistência psiquiátrica, isto devido a uma série de fatores como a expansão da indústria farmacêutica, a alta demanda de internações e a baixa cobertura assistencial, sobretudo fora dos grandes centros urbanos:

... o período que se seguiu ao movimento militar de 1964 foi o marco divisório entre uma assistência eminentemente destinada ao doente mental indigente e uma nova fase a partir da qual se estendeu a cobertura às massas de trabalhadores e seus dependentes. Dadas as já mencionadas precárias condições dos hospitais da rede pública, que permaneceram reservados aos indivíduos sem vínculos com a previdência, e a notória ideologia privatista do movimento de 64, alegando-se ainda razões de ordem econômica, optou-se pela contratação de leitos em hospitais privados, que floresceram rapidamente para atender a demanda.⁹⁵

⁹³ A respeito deste estímulo, COSTA OLIVEIRA nos mostra que durante a década de 70, o ambiente hospitalar desponta como um local privilegiado de atendimento, ao contar com equipamentos modernos que permitem a utilização de práticas de diagnóstico e de terapêutica modernos capazes de potencializar o processo de cura do indivíduo. Tais elementos apresentaram o ambiente hospitalar como um local propício para a manifestação da lógica capitalista, tornando a área da saúde uma grande consumidora de produtos médico-hospitalares, indo desde fármacos (aliando-se à expansão da indústria farmacêutica), até a maquinários complexos.

⁹⁴ RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Saúde mental no Brasil, 1999.

⁹⁵ PAULIN, L. F.; TURATO, E. R. Antecedentes da reforma psiquiátrica no Brasil: As contradições dos anos 1970. História, Ciências, Saúde-Manguinhos. vol. 11, n. 2, mai-ago. 2014.

A oferta de subsídios financeiros por parte do governo, aliado a uma relativa facilidade em encontrar demanda para as internações ao mesmo tempo em que se verificava uma progressiva deterioração dos leitos públicos transformou a área psiquiátrica em um setor extremamente rentável na qual a Previdência Social chegou a destinar 97% de seus recursos para a manutenção destes leitos privados. Tais fatores impulsionaram o aumento tanto do número de leitos privados, quanto nos números de internações.

Alguns anos mais tarde, em 1984, o psiquiatra Luiz Cerqueira viria a cunhar o termo “indústria da loucura” para se referir a esta prática mercantilista, denunciadas por ele no livro “Psiquiatria social: problemas brasileiros de saúde mental”, onde nos é revelada a dramática escalada dos números de leitos e internações psiquiátricas no período de 1965 a 1968.

No triênio 1965/68, segundo o autor, houve um aumento de 20% no total da população hospitalar (60% na rede particular); 51% de primeiras admissões (84% na particular); 48% no total de readmissões (98% na rede particular); e um crescimento de 45% no total de leitos-chão (1.040% na particular).⁹⁶

Cabe ressaltar aqui, que conforme podemos constatar através dos estudos previamente apresentados por Silva⁹⁷, nota-se que as políticas previdenciárias⁹⁸ e de assistência social brasileira estiveram, durante todo o período anterior ao golpe de 64, entrelaçada às ações sindicais e trabalhistas, reafirmando assim um imaginário corporativista em relação ao Estado, que a partir de 1964 vai “absorvendo controladamente, na vida política, as classes assalariadas, ao mesmo tempo em que responde às demandas e pressões por melhores salários e condições de vida e trabalho”.⁹⁹ Em resumo, o Estado centralizou a oferta

⁹⁶ Ibidem.

⁹⁷ SILVA, op. cit. p40

⁹⁸ É somente a partir do ano de 1941, que os estados e municípios brasileiros passam a ser pressionados a ofertar uma assistência psiquiátrica àqueles assistidos pela previdência. No entanto tal proposta conflita com o próprio modelo de assistência psiquiátrica em voga nas décadas de 40 e 50, que priorizava a construção de macro-hospitais, construídos e mantidos em conjunto pelos três poderes.

⁹⁹ RIBEIRO, P. R. M. op. cit.

dos serviços de saúde, ao mesmo tempo em que excluiu os trabalhadores de sua participação na administração destes serviços.¹⁰⁰

Nos anos 1970, presencia-se a consolidação de uma subjetividade fortemente impactada por uma agenda econômica liberal, que promove uma crença na meritocracia, exaltando o esforço individual como o responsável por uma possível ascensão social do indivíduo em função de certo otimismo frente às virtudes pessoais e a excelência do sistema.

Percebia-se o compromisso do Estado com os interesses dos grupos econômicos dominantes, pois, naquele regime autoritário, a assistência médica privada contratada constituía-se mero instrumento de lucro, não apresentando nenhuma preocupação para resolver os problemas de saúde das pessoas.¹⁰¹

Tal crença promove uma ruptura entre as instâncias privadas e públicas: ao cidadão médio brasileiro cabe apenas adquirir uma formação que o permita ingressar no mercado de trabalho, mercado este que supostamente irá recompensá-lo por seus esforços. A este cidadão não cabe discutir política e/ou se preocupar com questões coletivas.

Por fim, não poderíamos seguir adiante sem pontuar uma figura importante e que passaria a habitar o imaginário social como elemento de ameaça a juventude e ao núcleo familiar, seguindo na onda do movimento de contracultura dos anos 60, a imagem do “drogado”.

Estritamente vinculada à juventude, a imagem do drogado faz a sua própria anunciação ao expor um indivíduo de hábitos desviantes e de uma moral falha, apresentando não apenas um perigo social pela sua capacidade de induzir outros jovens ao seu vício, mas também se configura tanto como um problema de saúde em virtude dos agravos de ordem

¹⁰⁰ DIAS, Míriam Thais Guterres. História e reflexão sobre as políticas de saúde mental no Brasil e no Rio Grande do Sul.

¹⁰¹ AMARANTE, P. D. Memórias da psiquiatria no Brasil - um projeto de história oral: Depoimento. [fev. 1998]. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. Entrevistadoras: Anna Beatriz de Sá Almeida e Laurinda Rosa Maciel.

fisiológica oriundas do consumo das drogas, bem como também configuram uma ameaça à segurança nacional, pois é estabelecido que um jovem ao consumir drogas, se torna mais suscetível a sucumbir à subversão:

Na época, as drogas são associadas a um plano externo para minar a juventude, tornando-a presa fácil das ideologias “subversivas”. Assim juntam-se drogado e subversivo, o que se torna perigosíssimo, pois apresentam problemas psicológicos graves e sérios ao fugirem às suas

Ainda sobre a relação entre o uso de drogas e a estabilidade nacional, podemos analisar a seguinte passagem sobre o tráfico de entorpecentes, os quais facilitam a conquista do país uma vez que:

Estes afetam a masculinidade dos moços e fazem as moças perderem o seu instinto de defesa moral. Por isto são um perigo real, um mal que se alastra (...) trata-se de um plano para enfraquecer a nação, um plano subversivo.¹⁰²

Nota-se que mais uma vez, a questão da conduta moral que outrora fora apropriada pelo discurso psiquiátrico como um elemento nocivo à constituição mental da população, agora se apresenta não apenas como uma questão de ordem médica, mas como uma urgência social em prol da segurança nacional.

2.2 - Psicologia e a formação de uma subjetividade vigilante no pós-64.

O percurso histórico da psicologia é indissociável à trajetória da psiquiatria, inclusive é dentro da esfera psiquiátrica¹⁰³ onde podemos observar o desenvolvimento dos primeiros

¹⁰² DEAP/DOPS, pasta SNI, informe n. 184.

¹⁰³ RIBEIRO, P. R. M. op. cit.

estudos psicológicos, onde tais estudos por sua vez, seguiam em uma linha auxiliar a tendência hegemônica das correntes higienistas e moralizantes em voga na ciência psiquiátrica na transição do século XIX para o século XX.¹⁰⁴ Tendo a psicologia, mantido este mesmo perfil de atuação em prol das classes dominantes até a sua regulamentação no ano de 1962¹⁰⁵, buscando adaptar os “desviantes” aos preceitos normativos da sociedade.

Após o golpe civil-militar, a classe profissional mantém a sua postura de alinhamento com os poderes dominantes onde:

A nova profissão não buscava apenas legitimidade social, mas pretendia mostrar para as classes dominantes atantes no Brasil que a psicologia não era uma ameaça à ordem social.¹⁰⁶

Tal necessidade de uma legitimação é expressa através do ofício GB nº 762, de 23 de junho de 1971, na qual o Ministério da Saúde encaminha ao Conselho Federal de Medicina (CFM), a declaração do médico psiquiatra Leão Cabernit, em designio da Divisão Nacional de Saúde Mental (DINSAM) sobre a atuação prática da psicologia clínica, a qual ele assume a seguinte colocação:

A prática da psiquiatria vem sendo presa fácil de uma classe inabilitada profissional e legalmente para seu exercício. Trata-se da classe dos psicólogos clínicos, que abriga profissionais auxiliares de Psiquiatria e não substitutos da Psiquiatria.¹⁰⁷

¹⁰⁴ BRUSCHI, Michel Euclides; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. *Psicologia social nos estudos culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social*. 2013

¹⁰⁵ BRASIL. Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962.

¹⁰⁶ LACERDA JR, Fernando. *Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica. Teoría y crítica de la psicología*, 3, p. 216-263. 2013.

¹⁰⁷ CABERNIT, 1972 apud. RIBEIRO, 1999.

Em resposta, o CFM viria a assumir uma postura favorável ao posicionamento de Cabernit como é possível observar a seguir:

“Sou de parecer que a legislação cogitada, estabelecendo as atribuições dos psicólogos, limite a sua atuação no setor da Psiquiatria [...] ratificando desta maneira, o dispositivo de lei que só permite aos médicos a prática de atos médicos, nos quais se inclui a psicoterapia”.¹⁰⁸

Não é nosso objetivo realizar uma arqueologia da história das práticas psicológicas em solo brasileiro, contudo consideramos que a psicologia, assim como todas as outras profissões, está circunscrita em uma estrutura social mais ampla, onde terapeuta e paciente estão sendo constantemente atravessados pelas dinâmicas ocorrentes em um determinado contexto histórico-social.¹⁰⁹ Portanto para compreendermos a atuação de elementos dessa classe profissional junto à repressão, é necessário antes de tudo, compreendermos as forças que se encontravam em campo naquele momento.

Através dos estudos de Scarparo, nós podemos definir o conceito de subjetividade como um:

[...] campo socialmente construído, que se expressa no plano individual através de crenças, valores e comportamentos. Nessa perspectiva, a subjetividade não é algo natural nem imutável, ela se constitui por meio de processos sociais nos quais os sujeitos são agentes, ou seja, a subjetividade está associada à complexa relação

¹⁰⁸RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Saúde mental no Brasil, 1999.

¹⁰⁹CORREIA, Ana Maria Batista; DANTAS, Carla Náiyad Castelo Branco. O fazer psicológico na ditadura civil-militar. Psicologia: ciência e profissão, v. 37, n. esp., p. 71-81. 2017.

entre as pessoas e seu meio em uma dada época histórica e espaço social.¹¹⁰

Neste processo até mesmo as instituições de ensino foram atingidas que em alinhamento com o ideário privatista, viriam a ser redutos de uma formação tecnicista, preparando profissionais para atuação clínica e em outros espaços corporativistas como em empresas e escolas, este período também fora de uma considerável produção bibliográfica tomando o indivíduo como objeto de estudo, sempre buscando construir um discurso de anormalidade frente aos comportamentos que dissociassem do perfil moral preconizado pelo regime militar, evitando o desenvolvimento de estudos apoiados em uma reflexão crítica sobre o contexto econômico, político e social, e as suas influências tanto sobre a sociedade quanto sobre os indivíduos nela inseridos.¹¹¹

Neste cenário, o espaço clínico psicoterapêutico cumpre à risca o pacto de silêncio imposto pela sombra da violência estatal, aqui sob a roupagem do sigilo paciente-terapeuta, onde o terapeuta acolhe a demanda da sua clientela e em retorno fornece uma análise pretensiosamente isenta que desconsidera todo o impacto da dinâmica social no sofrimento do indivíduo que se apresenta, contribuindo assim para um processo de conformação na qual o indivíduo é o único responsável pelo seu próprio sofrimento, sendo necessário para a superação de seu quadro que este se adeque à norma social: “os culpados são os indivíduos e não o Estado e o regime que os criou e sustentou”.¹¹²

¹¹⁰ SCARPARO, Helena Beatriz Kochenborger; TORRES, Samantha; ECKER, Daniel Dall’Igna. Psicologia e ditadura civil-militar: reflexões sobre práticas psicológicas frente a violência de Estado. Revista EPOS, v. 5, n. 1, p. 57-78.

¹¹¹ COSTA, Juliana Camargo; OLIVEIRA, Patrícia Alves de; FERRAZZA, Daniele de Andrade. Psicologia social e direitos humanos: a atuação da psicologia diante da ditadura militar e das manifestações atuais no Brasil. Revista de psicologia da IMED, v. 6, n. 2, p. 70-80, 2014.

¹¹² COIMBRA, 2001.

Sendo assim, ao olhar para as práticas “*psi*” no período da ditadura, nós estamos olhando para o resultado de um processo de captura e de dominação subjetiva que atravessou todos os setores da sociedade.

Conforme dito anteriormente, o reconhecimento legal da psicologia enquanto classe profissional devidamente regulamentada se dá no ano de 1962, contudo a parte referente a organização dos conselhos profissionais é vetada.

Sem uma entidade representativa através da qual pudessem lutar pelos seus direitos, os psicólogos iniciam a sua cruzada para obter representação legal e em decorrência disso, já no ano de 1969 após uma empenhada atuação por parte da Associação Brasileira dos Psicólogos (ABP), sendo esta apoiada por outros órgãos menores e regionais como a Sociedade de Psicologia de São Paulo (SPSP), a classe consegue o direito a uma audiência com o Ministério do Trabalho, o qual sugere a formação de um sindicato profissional, com o objetivo de demonstrar a existência de uma mobilização e interesse concreto por uma parcela significativa dos psicólogos que justificasse a necessidade da instituição de um conselho profissional próprio à classe.¹¹³

Por fim o Conselho Federal de Psicologia (CFP) é criado a partir da lei nº 5.766 de 20 de dezembro de 1971, com os Conselhos Regionais (CRP) sendo instituídos apenas três anos mais tarde.¹¹⁴

Seguindo o mesmo alinhamento perceptível nas áreas de formação e pesquisa, os conselhos e associações seguem a mesma lógica corporativista, buscando garantir uma inserção no mercado de trabalho e visando também uma autopreservação, buscando afirmar a profissão como sendo uma ciência neutra, imparcial diante das atribulações decorrente das

¹¹³ HUR, Domenico Uhng. Políticas da psicologia de São Paulo: as entidades de classe durante o período do regime militar à redemocratização do país, 2005.

¹¹⁴ Ibidem. Políticas da psicologia. Psicologia USP, v. 23, n. 1, p. 69-90, 2012.

ações de opressão por parte do Estado ditatorial e das formas de resistência que permeavam a sociedade brasileira naquele mesmo momento.

Entretanto a pretensa neutralidade da classe profissional¹¹⁵ cai por terra quando presencia-se a concessão de psicólogo honorário por parte do CFP aos ditadores Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel¹¹⁶, além de também terem sido laureados os seus respectivos ministros do trabalho Júlio de Carvalho Barata e Arnaldo da Costa Prieto.

Domenico Hur em sua dissertação de mestrado¹¹⁷ se dispõe a estudar, por meio de análises documentais e de entrevistas, as relações político-organizacionais do CFP e das organizações profissionais no estado de São Paulo durante os anos da ditadura civil-militar e sobre a diplomação dos ditadores e de seus ministros, Domenico colhe o seguinte relato do ex-conselheiro federal e regional José Tozoni Reis:

O conselho foi criado pelo Ministério do Trabalho e era muito atrelado. A própria forma de criação do Conselho, acho que foi um movimento restrito de psicólogos, tinha mais uma concepção, mais uma intenção corporativa, de fiscalização, do controle mesmo. Na época, estava se percebendo, pela criação do número de faculdades de Psicologia, que ia haver problemas de mercado, então acho que era uma tentativa de resolver, de controlar. Então o Conselho foi criado meio amarrado no aparelho do Estado. Tanto é que o Conselho Federal deu o diploma de psicólogo honorário para o Médici, para o Geisel e para os respectivos ministros do Trabalho. [...] Eu me lembro que a gente brincava que o presidente do Conselho, o Saulo Monte Serrat, era um major e o presidente do Sindicato era um coronel, eram da reserva.¹¹⁸

¹¹⁵ Sobre essa suposta neutralidade, Hur (2005, p. 70) nos traz o artigo 1º do estatuto da Associação Profissional de Psicólogos do Estado de São Paulo que a semelhança da sua entidade-irmã do então Estado da Guanabara a qual dizia: “A associação profissional dos Psicólogos do Estado de São Paulo, com sede e fôro na cidade de São Paulo, é constituída para fins de estudo, coordenação, proteção, e com o intuito de colaboração com os poderes públicos e as demais associações, no sentido de solidariedade social dos psicólogos e de sua subordinação aos interesses nacionais”.

¹¹⁶ A diplomação concedida a Geisel fora revogada somente no ano de 2015, quando da ocasião, o CFP informou que estava reunindo e analisando toda a documentação que pudesse comprovar o recebimento do mesmo título por Emílio Médici.

¹¹⁷ Ibidem. op. cit. 2005.

¹¹⁸ CRP-06, Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região. Uma profissão chamada psicologia: CRP-06, 20 anos. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia, 1994.

Sobre a omissão ante aos movimentos sociais, temos a recusa do Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo (SPESP) em se unir a movimentação decorrente do assassinato do jornalista Wladimir Herzog no ano de 1975:

por ocasião da morte do jornalista Wladimir Herzog [...], os srs. Presidente e vice-presidente acharam desaconselhável a manifestação uma vez que Wladimir Herzog não era psicólogo. De outra parte tal pronunciamento poderia adquirir um caráter político, fato que feriria as prescrições estatutárias que obstam manifestações políticas. A seguir falaram a segunda tesoureira e a secretária geral sobre os aspectos humanitários e não político do pronunciamento. Respondendo o sr. Presidente afirmou o cunho político que poderia tomar tal pronunciamento, acrescentando a inoportunidade da manifestação de vez que o fato já estava distanciado no tempo.

É compreensível que a ausência de críticas ao regime possa ter vínculo com uma postura de garantir a efetivação dos interesses da classe profissional que não apenas dava os seus primeiros passos em sua organização profissional, como também vivenciava um período favorável à sua expansão e domínio de mercado. No entanto, a omissão frente às violações dos direitos humanos perpetradas pelo Estado brasileiro naquele momento e o não reconhecimento do impacto do terrorismo de Estado no imaginário social daquela época em contraste ao rendimento de homenagens aos agentes que lideravam tal maquinário opressivo nos evidencia não uma vontade de subsistência da profissão, mas uma conivência com as práticas arbitrárias que se desenrolavam por parte do Estado.

2.3 – A mente e a guerra revolucionária

Em 1969, o General Antônio Carlo da Silva Muricy advertiu: “a guerra revolucionária é vencida em primeiro lugar na mente e por isso o estudo deve figurar entre as principais tarefas do militar, quer nos cursos, quer nas bibliotecas”.¹¹⁹

Quando falamos das produções de subjetividades que tiveram parte durante a ditadura civil-militar brasileira, não podemos não falar sobre a construção do inimigo interno.

Tal imagem começa a ser desenhada através da Doutrina Nacional de Segurança, a qual ao longo da década de 1950 vai ampliar o enfoque das suas ações de defesa da soberania nacional, que até então concebia as ações de defesa contra um eventual agressor externo, para um cenário onde a ameaça se encontra dentro do próprio território, camuflado dentre a população, uma força interna de agitação comprometida com o comunismo internacional representado pela então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.¹²⁰

Nota-se a constituição do espaço público como um local permeado pelo medo manifesto na ameaça constante do subversivo e pela incerteza gerada pela presença de tais elementos dentre o meio social, presença que acaba por justificar as ações coercitivas por parte do Estado brasileiro. Por fim, a constituição de tais subjetividades:

Permitirão a suspensão dos princípios éticos, dos direitos constitucionais e das garantias legais, comprometendo as bases democráticas das sociedades ocidentais [...] que legitimam os procedimentos de exclusão, de não reconhecimento dos direitos, da ameaça da diferença, da construção dos não-humanos e não cidadãos.¹²¹

¹¹⁹ ANTONIO Carlos Muricy adverte a EAO: “mente vence a guerra revolucionária”. O Jornal, 08 nov. 1969. Caderno 1, p. 7.

¹²⁰ COIMBRA, C. M. B. Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência. *Psicologia em Estudo*, v. 5, n. 2, p. 1-22, 2000.

¹²¹ REISHOFFER, Jefferson Cruz; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Insegurança e produção de subjetividades no Brasil contemporâneo. *Fractal*, v. 21, n. 2, p. 425-444, mai-ago. 2009.

Da imagem do inimigo interno, temos a categoria do subversivo, um indivíduo contaminado por ideologias estranhas ao ideário nacional, agindo incessantemente contra a família, a moral e a religião, os três sustentáculos da pátria brasileira.

As categorias de drogado e subversivo por vezes vão se confundir, com ambas existências sendo quase que concomitantes, com o consumo de drogas sendo veiculados a uma estratégia no intuito de desestabilizar a nação, subvertendo a juventude e deixando a pátria suscetível às investidas hostis.¹²²

Esta dinâmica também ocorre de forma a estabelecer um diálogo psicologizante com a instituição familiar. O subversivo almeja destruir a família como forma de enfraquecer a nação, em face disso os pais e mães devem estar sempre atentos a seus filhos, como forma de garantir que os mesmos não encontrem na militância subversiva o abrigo que não fora possível encontrar no seio familiar.

Em Magalhães¹²³ podemos observar como a militância subversiva agia de forma a desestabilizar a confiança da população nas instituições de segurança quando estes nos momentos de passeatas instigam uma resposta violenta por parte das instituições policiais com o intento de produzir uma vítima da ação policial, lhes permitindo assim mudar a opinião pública a seu favor por parte de uma comoção social.

Também podemos observar como a fraqueza familiar poderia ser utilizada como mecanismo de cooptação da juventude por meio dos subversivos até mesmo em ocasiões banais como os trotes universitários onde os veteranos subversivos:

raspam-lhes os cabelos, fazem-nos desfilar com cartazes contendo palavras obscenas, pintam-lhes o rosto para que pareçam palhaços, ensinam-lhes a desacatar as autoridades, para que depois,

¹²² DEAP/DOPS. op. cit.

¹²³ MAGALHÃES, M. D. B. de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. Revista Brasileira de História, v. 17, n. 34, 1997.

enfraquecidos espiritualmente, estes adolescentes encontrem no líder estudantil um dominador capaz, um substituto de seu pai.¹²⁴

Essa progressiva psicologização da vida cotidiana virá a culminar na elaboração de estudos como os relativos ao perfil psicológico do subversivo brasileiro, o qual será apresentado mais a frente e que em seu check-list, traz questões relativas à organização e dinâmica familiar do militante em questão, além de buscar identificar o grau de instrução e se o mesmo faz o uso de algum tipo de droga ilícita, nos mostrando o quanto a vinculação entre questões morais e “subversão” estavam intimamente ligadas no ideário ditatorial.

Se em fins do século XIX, os saberes psiquiátricos foram empregados de forma a justificar a destruição do Arraial de Canudos e o extermínio de seu povo por parte das forças republicanas sob a justificativa de uma “loucura epidêmica”¹²⁵, agora na segunda metade do século XX, os mesmos saberes retornavam de forma a justificar a violência estatal, dessa vez sob a égide da segurança nacional, no intento de identificar sujeitos adoecidos que em seu sofrimento seriam vítimas de uma ideologia vil, agindo a partir de então contra a sua própria pátria.

¹²⁴ DEAP/DOPS, Pasta SNI – Contribuições ao conhecimento da guerra revolucionária.

¹²⁵ RODRIGUES, Raimundo Nina. A loucura epidêmica de Canudos: Antônio Conselheiro e os jagunços. Revista latino-americana de psicopatologia fundamental, v. 3, n. 2, abr-jun. 2000.

CAPÍTULO 3 – MANICÔMIOS-PRISÕES: A INSTITUIÇÃO PSIQUIÁTRICA NA REPRESSÃO

Vimos até agora como que na busca por uma legitimação profissional por parte do Estado, psiquiatras e psicólogos empregaram os seus saberes de forma a cumprir as demandas sociais vigentes de um certo período. Ainda que separadas por algumas muitas décadas, tanto a psiquiatria quanto a psicologia encontraram nos mecanismos de biopoder¹²⁶, através do controle social, uma forma de afirmar as suas práticas frente a sociedade e ao Estado.

Contudo, antes de darmos sequência a esse capítulo, se faz necessário observar uma prática levada a cabo por alguns psicólogos, que acabaria exercendo um grande impacto no discurso do Estado ditatorial que fora instituído no ano de 1964, trata-se do “perfil psicológico do terrorista brasileiro”.

Cecília Coimbra ao abordar as práticas “psi”¹²⁷ durante os anos da ditadura civil-militar, nos mostra como os profissionais da referida área não estiveram apenas atuando na linha de frente ao praticar a tortura, ou auxiliando torturadores e torturados, como fora o caso de indivíduos como Amílcar Lobo ou “Dr. José”¹²⁸:

Em 1970, o major da PM RiscalCorbaje, conhecido como Dr. Nagib, dizia no DOI-CODI/Rj para alguns presos políticos que havia feito cursos de Psicologia para aprender a lidar “melhor” com os terroristas.¹²⁹

¹²⁶ FOUCAULT, Michel. História da sexualidade: A vontade de saber (vol. 1), 1999.

¹²⁷ Termo utilizado pela autora para se referir às práticas psicanalistas, psicológicas e psiquiátricas.

¹²⁸ Codinome utilizado pelo médico psiquiatra do Exército Carlos Victor Mondaine Maia.

¹²⁹ COIMBRA, Cecília. Guardiões da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “milagre”1995. p. 195.

Coimbra nos mostra como alguns profissionais atuaram de forma a legitimar as ações de repressão dos agentes estatais, ao conduzir estudos que possibilitassem facilitar a identificação e o combate daqueles tidos como “inimigos da nação”.¹³⁰

No contexto da Guerra Fria (1945 – 1991), com o mundo dividido em dois blocos antagonistas, o Brasil (bem como diversos outros países da América Latina), incorporaram a ideologia da segurança nacional. Em solo brasileiro, tal ideologia foi transmitida principalmente através da Escola Superior de Guerra (ESG), tendo como referencial teórico o “Manual básico da Escola Superior de Guerra”, o qual fora redigido pelo então general Golbery do Couto e Silva.¹³¹

O manual sintetizava os preceitos da doutrina de segurança nacional aplicada ao treinamento profissional e à formação ideológica dos militares. Dentre os pilares de atuação da ESG, encontrava-se o combate à guerra revolucionária à qual seria um intento inimigo o qual buscava subverter a mente da população de modo a desencadear uma revolução comunista em solo brasileiro.

Contudo, diferentemente de uma guerra convencional, esta não era levada a cabo por uma nação estrangeira e nem por um grupo autodeclarado. Trata-se, portanto, de uma guerra não declarada, onde o inimigo age camuflado dentre os cidadãos “comuns”, um inimigo interno que deve ser prontamente identificado e combatido.¹³²

Em vias de identificar tais inimigos, o Estado brasileiro lançaria mão de inúmeras estratégias para coordenar as suas ações, seja pelas ações de cooperações com outras ditaduras latino-americanas, ou pelas investigações regionais conduzidas por órgãos como o as Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS). Entretanto, quem seria este inimigo a ser combatido?

¹³⁰ Ibidem.

¹³¹ CRESTANI, Leandro de Araújo. O surgimento do inimigo interno: ditadura militar no Brasil (1964 a 1985). Rev. História em Reflexão, v. 5, n. 9, jan-jun. 2011.

¹³² Ibidem.

Em Paulino & Batista¹³³, somos apresentados a teorização da imagem do inimigo como este sendo fruto da construção de um ideário de periculosidade de um determinado indivíduo¹³⁴ ou grupo social, onde a periculosidade alegada pelo Estado é derivada dos desarranjos destes indivíduos para com a ordem hegemônica exigida da população.

Seguindo o intento de estabelecer um padrão que fosse útil à identificação dos inimigos internos, foi desenvolvido o “perfil psicológico do terrorista brasileiro”. O estudo foi conduzido por psicólogos oriundos do grande fluxo de formação profissional que tivera parte na década de 1950 através do “Curso de Classificação Pessoal”¹³⁵ ofertado aos militares naquele momento. Posteriormente os que haviam completado tal curso foram agraciados com a titulação de psicólogo¹³⁶, e em decorrência disso, no ano de 1964, muitos destes graduados integravam o Centro de Estudos de Pessoal do Exército, localizado no Forte do Leme – RJ.¹³⁷

Coimbra defende que nos momentos iniciais da ditadura, havia duas categorias de presos políticos: os recuperáveis e os irrecuperáveis. Os recuperáveis seriam aqueles jovens sem malícias e que por isso eram facilmente seduzidos pelos subversivos, portanto estes seriam dignos de um acolhimento “brando” nas prisões, sendo a eles permitidas pequenas regalias como o acesso a materiais de leitura.

A teoria do preso recuperável, ou inocente útil, afirmava que a semente do terrorismo internacional encontrava solo fértil no sistema educacional brasileiro, cooptando jovens a partir do ensino secundário através de um sistema de promiscuidade, coerção e tirania no qual os subversivos desviavam os rapazes e moças. Portanto a segurança nacional estaria

¹³³ PAULINO, Andrea de Souza Silva; BATISTA, Gustavo Barbosa de Mesquita. O conceito penal do inimigo durante a ditadura militar brasileira. *Acta Semiotica et Lingvistica*, v. 20, n. 02. 2015.

¹³⁴ Os autores nos revelam ainda que estes indivíduos teriam como marca, a não conformidade com os padrões normativos projetados pelo Estado para a sociedade. Sendo assim mera a existência de tais indivíduos é também uma forma de resistência às tentativas de produção de um padrão conformista frente à ordem política vigente

¹³⁵ O curso dispunha de módulos como Psicologia normal e patológica; Psicologia dos chefes militares e noções de memória, raciocínio, imaginação e volição.

¹³⁶ Medida implantada a partir do decreto de regulamentação da profissão de psicólogo em 1962.

¹³⁷ COIMBRA, C. Guardiães da ordem, 1995. p. 194.

diretamente ligada às condutas individuais, as quais deveriam estar em consonância com os valores morais e espirituais da nação.¹³⁸

A primeira pesquisa acerca do perfil psicológico do “terrorista” brasileiro foi realizada no ano de 1969, no Rio de Janeiro por encomenda do então chefe do Estado Maior e tinha o objetivo de verificar o nível de escolaridade e as causas que impulsionaram os presos políticos a aderir a militância política.

Dos 260 estudantes interrogados, constatou-se que 80% cursavam o primeiro ano do ensino universitário, enquanto 15% pertenciam ao segundo ano, ao passo em que os 5% estavam distribuídos pelos demais níveis de ensino.¹³⁹

Quanto à motivação para aderir a luta contra o governo ditatorial, foi revelado que dentre as causas figuravam fatores como desajustes sociais, negligência parental ante aos problemas da juventude, doutrinação realizada no seio escolar por parte de “estudantes profissionais” que incitam o ódio nos demais jovens e a atuação de “maus professores” que utilizam de sua profissão para lavar a mente de seus alunos.¹⁴⁰

No ano seguinte, em 1970, foi conduzida uma nova pesquisa, desta vez utilizando 500 presos políticos, desta vez correlacionando o nível social e a escolaridade dos presos:

A análise feita permitiu a seguinte observação: 1) 56% eram estudantes ou pessoas que há pouco tempo haviam deixado a área estudantil. (...) 2) a média de idade dos presos atrás referidos era de 23 anos; 3) desses detidos, 20% eram de mulheres, (...) sendo interessante observar que no Rio de Janeiro o número delas atingia 26%, enquanto que no Nordeste seu número chegava a 11% e, no Sul, quase não havia mulheres envolvidas na trama terrorista (...). Esses dados mostram como realmente é grande o esforço subversivo terrorista na área estudantil brasileira, particularmente nos grandes centros urbanos. (...). Os demais 32% dos presos eram constituídos por pessoas de condições sociais diversas, nunca, porém de analfabetos ou

¹³⁸ Ibidem.

¹³⁹ COIMBRA, C. op. cit. 1995. p. 197.

¹⁴⁰ Ibidem.

mal-alfabetizados, nem de pessoas de condição miserável ou de poucos recursos.¹⁴¹

Uma terceira pesquisa é realizada no segundo semestre de 1970, dessa vez buscando elucidar as dúvidas suscitadas pelas duas pesquisas anteriores, os quais faziam os jovens militantes da época parecerem não com os “terroristas” que ameaçavam a nação, mais sim com jovens desajustados oriundos de famílias desestruturadas, os quais renegavam a sua origem de classe média/pequena burguesia para pregar contra a sociedade capitalista que os beneficiava.

A pesquisa é conduzida com 44 presos políticos, todos do Rio de Janeiro e fora composta por duas etapas. Primeiro foi entregue um questionário composto por cinco folhas a qual apresentava perguntas dissertativas a respeito da infância, da adolescência, sobre o relacionamento dos jovens com as suas famílias e sobre como eles foram introduzidos na militância.

Em uma análise dos resultados da primeira etapa, constatou-se que:

(...) quase um terço dos consultados não estavam ajustados [SIC] à vida familiar, o resultado é por demais significativo para ser ignorado. Não há dúvidas de que é no lar que se encontra a melhor trincheira contra os desvios da moral e da conduta social.¹⁴²

A segunda etapa do teste, compreende a execução de uma série de testes sendo eles os testes de: aptidões de interesse, de Raven¹⁴³ (nível mental) e de personalidade

¹⁴¹ MURICI, 1971. Apud. COIMBRA, 1995. p. 197-198.

¹⁴² Ibidem. p. 201.

¹⁴³ Teste não verbal desenvolvido em 1938 pelo psicólogo inglês John C. Raven e que se propõe a calcular o fator de inteligência geral que condiciona a execução e resolução de atividades que exijam algum componente intelectual, através da realização de questões que demandam do raciocínio analítico, da percepção e da capacidade abstrativa do analisado.

(Rosenzweig¹⁴⁴ e Rorschach¹⁴⁵). Os resultados apontaram para um índice de 73% dos jovens apresentando dificuldades afetivas ou algum déficit comunicativo.¹⁴⁶

A partir de um contraste realizado entre a primeira e a última pesquisa, também foi constatado que o período compreendido entre o fim da vida escolar e o início da vida universitária são períodos de extrema vulnerabilidade, onde o jovem em sua busca por autoafirmar a sua identidade no mundo adulto, acaba sendo facilmente influenciado pelos ideais do comunismo internacional.

Além disso, também cria-se o estigma de que os militantes nada mais são do que pessoas doentes e desamparadas, seja por algum transtorno mental, por ociosidade ou por desamparo sócio-familiar, sendo assim necessária: “uma psicoterapia ocupacional, pois urge dar trabalho à juventude desocupada que se deixa envolver pelos agentes profissionais da subversão”¹⁴⁷ ¹⁴⁸.

3.1 – Violência manicomial e ditadura: breves considerações

Partindo da leitura da célebre obra “Manicômios, Prisões e Conventos”¹⁴⁹ de Erving Goffman, podemos compreender o manicômio como sendo uma instituição total, a qual está organizada de forma a proteger a comunidade contra perigos intencionais, onde, portanto o bem-estar das pessoas isoladas não chega a configurar uma preocupação imediata.

Além disso, ainda dentro dos estudos conduzidos por Goffman na obra supracitada, consideramos o manicômio como sendo uma instituição total, ou seja, uma instituição que

¹⁴⁴ Teste que busca verificar a tolerância do indivíduo frente a uma frustração.

¹⁴⁵ Teste projetivo no qual o participante é apresentado a um conjunto de pranchas com manchas de tintas dispostas de forma simétrica, sendo então solicitado a interpretar estas imagens.

¹⁴⁶ COIMBRA, C. op. cit. p. 201.

¹⁴⁷ MENEZES, 1970 apud. COIMBRA, C. 1995. p. 202.

¹⁴⁸ Durante as pesquisas não foram encontrados outros autores que abordem a questão apresentada de uma maneira mais profunda.

¹⁴⁹ GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 2001.

abriga um determinado grupo de indivíduos segregados do convívio social e dotados de certas marcas em comum que justifiquem tal reclusão para dentro de um espaço físico devidamente delimitado, onde os internos são submetidos a uma rotina obrigatória e pré-estabelecida.

Tal controle burocrático das vidas que se encontram inserido nestes espaços é justificada, como sendo uma forma de poder disciplinarizante, o qual faz com que todos os internos cumpram as normas estabelecidas e, ao mesmo tempo, salientam a infração de um indivíduo no contexto global da obediência visível e constantemente examinada dos demais.

Quando da admissão em uma instituição total, o indivíduo é submetido de forma imediata a um processo de despersonalização que tem início já no momento de sua entrada na instituição quando:

despojado de seus bens pessoais, passa por processos como despir, dar banho, desinfetar, adquirir roupas da instituição e ser informado das regras da instituição. Ou seja, a partir desse momento, seus desejos e necessidades, desde as mais básicas, como comer e dormir, devem estar de acordo com aquilo que é estabelecido naquela instituição; uma conduta que não esteja dentro dos padrões será rapidamente repreendida, contida e/ou castigada.¹⁵⁰

A partir desse processo o indivíduo deixa de ser um sujeito possuidor de uma identidade para então se tornar apenas mais uma na engrenagem do maquinário institucional, para se tornar um diagnóstico, um sintoma, um número, alguém que deverá viver rigidamente sobre a ótica uniforme preconizada pelas regras de tal instituição.

Como resultado dessa “mortificação do eu”, nós temos a produção de um ser obediente às normas da instituição, passivo frente aos mandos e desmandos que por ventura venham a lhe acometer e que no intento de evitar possíveis acidentes, vai calar as suas vontades e incômodos buscando assim preservar a sua integridade física e psicológica.

¹⁵⁰ BRITO, M. A. de. M; DIMENSTEIN, M. Contornando as grades do manicômio. Aletheia, n. 28, dez. 2008

O internado ainda precisa suportar as indignidades de tratamento que outros lhe infligem: pode receber nomes obscenos, xingamentos, indicações maldosas de seus defeitos e gozações. A equipe dirigente ou os demais internados podem também falar entre si, a seu respeito, como se ele não estivesse presente, como uma provocação. O indivíduo é obrigado a participar e a se submeter a práticas plenas de violência simbólica que são incompatíveis com a concepção que tem de si mesmo.¹⁵¹

Cabe ressaltar que em virtude dos elementos apresentados até aqui, a violência adquire um caráter institucional, na qual ela vem a constituir uma das mais variadas ferramentas na qual o corpo institucional exercer o seu poder sobre os internos, em busca de garantir a submissão e a docilização dos mesmos, vindo assim a constituir o que o psiquiatra Franco Basaglia viria a chamar de “instituições de violência”, as quais têm a sua justificativa de ser na existência da doença mental e em todos os estigmas nela representados.¹⁵²

O encontro do biopoder¹⁵³ com os mecanismos de controle típico das instituições totais vem a tornar a instituição manicomial em um local no qual os funcionários sentem-se plenamente confortáveis e autorizados a violar aqueles que estão sob seus cuidados.

Entretanto, devemos também atentar à existência do espaço hospitalar como sendo um microcosmo o qual reproduz de forma direta e indireta as relações sociais decorrentes de um determinado tempo, espaço, conjectura e contexto de uma sociedade. Portanto, a institucionalização da violência nestes espaços pode ser entendida como a replicação da violência do Estado para com esta mesma população no meio social extramuros.

Com a ditadura civil-militar, essa lógica consequentemente se estendeu àqueles que se encontravam na mira da repressão estatal, sobre essa questão os autores Douglas Sakaguchi e João Marcolan¹⁵⁴ conduziram uma série de entrevistas com ex-funcionários do complexo hospitalar do Juqueri, na tentativa de colher relatos que possibilitassem revelar a história não

¹⁵¹ BENELLI, Silvio José. A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas. p31

¹⁵² BASAGLIA, Franco. A instituição negada: relatos de um hospital psiquiátrico, 1985.

¹⁵³ FOUCAULT, M. op. cit. 1999.

¹⁵⁴ SAKAGUCHI, D; MARCOLAN, J. A história desvelada no Juquery: assistência psiquiátrica intramuros na ditadura cívico-militar. Acta paulista de enfermagem, 2016.

oficial a respeito da passagem de presos políticos pela instituição, algo que cuja veracidade ainda é objeto de debates.

Os autores relatam terem encontrado certo receio por parte dos entrevistados em narrar os acontecimentos por eles presenciados durante os anos da ditadura em virtude do medo de sofrerem algum tipo de retaliação e por considerarem um tema proibido, o que nos transmite a intensidade do medo difundido pelas ações do terrorismo de Estado, ao encontrarmos pessoas que ainda hoje, passado três décadas desde a redemocratização ainda temem narrar as suas experiências.

já peguei preso político, dá até medo de contar. Ah, o cara passava fome lá dentro, ele tinha banho uma vez por dia, às vezes não tomava banho (pausa silenciosa) negava pasta de dente para ele escovar os dentes. Ficava separado, num lugar que tinha os mais perigosos. Eu não vou nem contar se ele saía vivo, saía tudo (pausa) daqui eu não vou mais contar (voz acelerada) os caras estuprava, barbarizava, o cara saía de lá com medo, o cara não saía a mesma pessoa, entrava “dum” jeito e saía de outro (voz acelerada) e faziam de propósito com os presos políticos.¹⁵⁵

Contudo, os que aceitaram participar das entrevistas corroboraram o uso do Complexo do Juqueri como local de prisão política, além de também confirmarem as práticas de tortura e as técnicas de despersonalização orquestradas pelo aparato repressivo, o que dificulta a investigação acerca destes presos políticos:

vinha sem nome, polícia trazia, de repente no dia seguinte tava morto [...] hemorragia interna, era o diagnóstico que os médicos davam de causa morte, é. Não existia investigação, morreu, acabou. Já vi entrar corpos com marca lá, já vi (pausa) muitos não tinham marca, muitos vinham tudo machucado, traumatizado, com batida no supercílio, cabeça (pausa) machucado [...] A gente imaginava que era preso político, porque não tinha (pausa) porque a polícia trazia, não saía vivo, não existia vivo. (...) uma coisa que me chamou atenção, foi que quando elas eram internados, eles não tinham identificação, não tinha

¹⁵⁵ SAKAGUCHI, D; MARCOLAN, J. A história desvelada no Juquery: assistência psiquiátrica intramuros na ditadura cívico-militar. Acta paulista de enfermagem, 2016.

nome, eles tinham um número, ignorado número tal. Sempre era assim, então toda vez que vinha um ignorado número tal, eu falava “esse aí deve ser preso político”, pensava, eu não falava, pensava (pausa) porque a gente não podia nem falar.¹⁵⁶

O uso das tecnologias¹⁵⁷ manicomiais no arsenal da tortura também é apresentado na fala dos entrevistados, com os presos políticos sendo submetidos a sessões de eletroconvulsoterapia (ECT) e sendo “medicados” com a Escopolamina 0,2mg, também conhecida como o “soro da verdade”, a qual inibe o movimento voluntário da musculatura do indivíduo, causando assim a sensação de morte iminente e quando ministrada em altas dosagens, pode causar delírios e amnésia temporária, bloqueando a comunicação entre os centros de memória, fala e vontade, indicando uma certa impossibilidade de que o interrogado minta.¹⁵⁸ Tais medidas possuíam um caráter punitivista sob a roupagem de um discurso terapêutico, uma vez que estes procedimentos também eram aplicados aos demais internos da instituição sob o argumento de que tanto o ECT, quanto a Escopolamina seriam capazes de acalmar a agitação e a periculosidade do paciente.¹⁵⁹

Contudo este discurso terapêutico cai por terra quando analisamos que o próprio diretor da instituição, o médico Paulo Fraletti determinou no ano de 1968 que todos os internos encontrados com algum tipo de arma fossem recolhidos a uma cela-forte e recebesse uma dosagem de escopolamina, cabendo aos profissionais informar ao paciente que o ato se tratava de uma medida disciplinar.¹⁶⁰

¹⁵⁶ SAKAGUCHI, D; MARCOLAN, J. A história desvelada no Juquery: assistência psiquiátrica intramuros na ditadura cívico-militar. Acta paulista de enfermagem, 2016.

¹⁵⁷ TORRANO, Luísa Helena. Michel Foucault e tecnologias do poder: a psicanálise. Revista aulas, dez-mar. 2007.

¹⁵⁸ MORAZZA; BASTERRA. *La coluna infame*, 1994.

¹⁵⁹ CRP-SP. Cem anos devem mostrar o que a história do Juquery escondeu. Jornal do CRP-São Paulo. Ano 17, n. 113, nov-dez. 1998. Disponível em: <http://crsp.org.br/PORTAL/comunicacao/jornal_crp/113/frames/fr_denuncia.aspx>

¹⁶⁰ BIANCARELLI, Aureliano. ONG quer apuração de mortes no Juqueri. Folha de São Paulo. 25 set. 1998. Disponível em: <<https://1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff25099813.htm>>.

3.1.1 – Hospital Central do Exército

A história do HCE traz à tona uma importante discussão sobre a atuação de profissionais médicos durante a ditadura militar. Em vez de salvar vidas e atentar para a saúde dos enfermos, alguns destes profissionais foram cúmplices da prática de graves violações de direitos humanos.¹⁶¹

De acordo com as investigações conduzidas pela Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, o Hospital Central do Exército foi palco importante nas ações de repressão àqueles que se opunham ao regime. Seja pela ação assistencial voltada para a recuperação dos presos políticos após os flagelos das sessões de tortura e pela forja de laudos que ocultassem as reais circunstâncias da morte dos presos políticos vítimas do assassinio dos agentes do Estado, ou por ações mais escusas como servir de local de prisão clandestina e como centro de tortura.

quem era contrário ao regime da ditadura, quando não podia ser assassinados [sic] por seus superiores do quartel, eram internados no PNP – PAVILHÃO NEURO PSIQUIÁTRICO DO HCE. Para lá eram enviados tanto militares do Exército, quanto da Aeronáutica. Não sabemos quantos morreram, temos apenas o depoimento de alguns deles, narrando as terríveis torturas que lá sofreram. Interessante seria se pudéssemos ter acesso a todos os prontuários.¹⁶²

O papel do HCE, bem como a atuação de seu corpo clínico ao ofertar o cuidado clínico não em uma ação de cura e assistência clínica propriamente dita, mas de forma a retardar a morte o preso e prepara-lo para uma nova sessão de tortura, buscando assim preservar não a vida, mas sim as informações que aquela pessoa poderia vir a ofertar, ainda é

¹⁶¹ Rio de Janeiro, Comissão da Verdade do Rio. Relatório/Comissão da Verdade do Rio. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015. p. 326

¹⁶² Juiz de Fora. Comissão Municipal da Verdade. Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. 2015. p.212

uma história ainda muito nebulosa, onde podemos verificar a eficácia do aparato estatal em encobrir os rastros de seus crimes.¹⁶³

Ressalta-se que havia torturadores dentro do próprio corpo clínico do hospital, como é o caso do Coronel-médico do Exército, Carlos Victor Mondaine Maia, que atendia pelo codinome Dr. José. Carlos foi médico psiquiatra e que por vezes chefiou equipes de tortura, como no caso do preso político Carlos Nicolau Danielli¹⁶⁴, então dirigente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e que fora assassinado no DOI-CODI de São Paulo no dia 30 de dezembro de 1972.¹⁶⁵

A CEV-Rio em seu processo investigativo realizou, no ano de 2014, uma diligência nas dependências do HCE, a qual fora acompanhada por alguns dos ex-presos políticos que haviam dado entrada na instituição no período em que estiveram sob poder dos militares e estes, mesmo tendo se passado algumas décadas desde as suas prisões, reconheceram o espaço físico da instituição e foram capazes de indicar onde teriam sido mantido encarcerados. No entanto a mesma diligência não conseguiu localizar os prontuários médicos produzidos durante os anos da ditadura civil-militar, tendo o Exército negado com veemência a existência de tais documentos.

Meses mais tarde, uma denúncia anônima realizada ao Ministério Público Federal (MPF), indicou que os militares haviam escondido os prontuários relacionados aos presos políticos no dia anterior à visita da diligência conduzida pela CEV-Rio e em virtude disso, no dia 14 de novembro de 2014 o MPF contando com o apoio da Polícia Federal realizou uma operação de busca e apreensão nas dependências do HCE, onde foram localizados uma série de prontuários datados de 1940 a 1969 e de 1975 a 1983, contendo também dossiês com

¹⁶³ Rio de Janeiro, Comissão da Verdade do Rio. Relatório/Comissão da Verdade do Rio. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

¹⁶⁴ Jornalista natural da cidade de Niterói-RJ. Foi preso na cidade de São Paulo no dia 28 de dezembro de 1972, sendo prontamente conduzido ao DOI-CODI do 2º Exército, também em São Paulo, onde foi submetido a variadas sessões de tortura, as quais ocasionaram a sua morte dias depois.

¹⁶⁵ Pernambuco. Dossiê de mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964, 1995.

informações¹⁶⁶ sobre os membros que haviam tomado parte da diligência realizada pela CEV-Rio.¹⁶⁷

Figura 1- Prontuários ocultados.



Fonte: Comissão Nacional da Verdade.¹⁶⁸

Contudo o processo de busca e apreensão se encontra suspenso até os dias de hoje devido a uma liminar emitida pelo Tribunal Regional Federal (TRF) ao general reformado José Antônio Nogueira Belham, o qual fora comandante do DOI-CODI do Rio de Janeiro no período compreendido entre os anos de 1970 e 1971.

Embora o MPF tenha entrado com recursos, até hoje, familiares de mortos e desaparecidos, bem como ex-presos políticos, lutam para ter acesso aos seus prontuários médicos.¹⁶⁹

Figura 2- Prontuários encontrados pelo MPF.

¹⁶⁶ CEV-Rio informou que por procedimento padrão, o Exército brasileiro havia solicitado uma relação prévia com os integrantes da diligência para a confecção de crachás aos mesmos.

¹⁶⁷ Rio de Janeiro, Comissão da Verdade do Rio. op. cit. p. 327.

¹⁶⁸ <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/outros-destaques/565-exercito-ocultou-documentos-procurados-pela-cnv-em-hospital-do-rio.html>

¹⁶⁹ Rio de Janeiro, Comissão da Verdade do Rio. Relatório/Comissão da Verdade do Rio. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015. p. 327



Fonte: CEV-Rio.

3.1.2 – Complexo Hospitalar do Juquery

Na época em que eu estava no Conselho Regional de Medicina, a gente foi verificar isso e teve uma série de pessoas, presas como subversivas, que foram internadas no Juqueri, morreram no Juqueri e foram enterradas no Juqueri, e a gente não sabe bem do que morreram, porque morreram, e como é que foi. E isso ficou desse jeito, não houve uma pesquisa maior.¹⁷⁰

Idealizado pelo psiquiatra Francisco Franco da Rocha, o Asilo-Colônia de Alienados do Juqueri foi inaugurado em 18 de maio de 1898, sendo então maior instituição do gênero em solo brasileiro.

Com capacidade inicial para 800 internos, os quais eram distribuídos em 10 colônias e 16 pavilhões que compunham a instituição, o Juqueri rapidamente se tornou em uma referência nacional na atenção psiquiátrica, além de estimular a difusão do modelo das Colônias de Alienados.

¹⁷⁰ SÃO PAULO. Comissão da Verdade de São Paulo. Relatório/CEV-SP “Rubens Paiva”. 2014, Tomo III, p. 1039.

A instalação do Asilo promove um rápido desenvolvimento da região, processo que é acompanhado de perto pelo desenvolvimento da instituição, que ainda nas suas primeiras décadas de funcionamento, passa a enfrentar a superlotação resultante das políticas de higiene social levadas a cabo pela psiquiatria da época:

A maior parte dos pacientes não possuía sequer diagnóstico de doença mental e estava reclusa no espaço pela ameaça que representava à ordem social. Entre eles poderiam ser enquadrados imigrantes, usuários de drogas, pessoas sem trabalho fixo (“vagabundos”), deficientes físicos, homossexuais, além de mulheres que desafiavam normas de conduta e sexualidade (“prostitutas”, “histéricas”, “mães solteiras”).¹⁷¹

No ano de 1933, é inaugurado, dentro do complexo hospitalar, o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Professor André Teixeira Lima¹⁷², popularmente referido como Manicômio Judiciário de Franco da Rocha¹⁷³, o qual foi o nome oficial da instituição, até o ano de 1988 quando a sua administração foi repassada ao Sistema Único de Saúde (SUS). A instalação tem como objetivo abrigar os loucos que por ventura tenham cometido algum crime e que em virtude de sua inimputabilidade não podem ser julgados e tampouco mantidos junto aos ditos criminosos comuns.¹⁷⁴

Durante o período da ditadura civil-militar, o Complexo hospitalar do Juqueri a exemplo de outras instituições psiquiátricas viveria um período de recrudescimento de suas práticas de controle social e de violação dos direitos humanos, com internações

¹⁷¹ Programa Lugares da Memória. Hospital Psiquiátrico do Juqueri e Manicômio Judiciário. Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo, 2017.

¹⁷² A construção é decorrente do movimento dos psiquiatras do estado, apoiados no decreto federal nº 1.132 de 1903, o qual demanda a construção de ao menos um manicômio judiciário por estado ou então o estabelecimento de pavilhões especiais destinados aos loucos infratores, e encabeçados por Franco da Rocha que no ano de 1925 escreve ao Estado de São Paulo o artigo “Asilos Judiciários”, onde defende a necessidade de uma instituição específica aos infratores, tal qual o então recém-inaugurado Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro.

¹⁷³ Por vezes o local também é referido como Manicômio Judiciário do Juqueri.

¹⁷⁴ COSTA, Maria Izabel Sanches. Política de saúde - política de segurança: manicômio judiciário, entre o hospital e a prisão. Revista do arquivo, n. 05, 2017.

indiscriminadas que agravaram ainda mais a questão de superlotação da instituição e que por consequência também elevou a insalubridade do local, também havia o uso recorrente de castigos físicos e químicos¹⁷⁵, além das internações crônicas nas quais os indivíduos por vezes permaneciam o resto de suas vidas internados na instituição.

Estima-se que no período compreendido entre os anos de 1957 e 1968, o número de internos tenha subido de 7.990 para 14.438, chegando a atingir a quantia de 16 mil internos durante a década de 1970¹⁷⁶, onde a maioria das admissões eram realizadas sob o diagnóstico de esquizofrenia paranóide. As instalações do manicômio Judiciário também passaram por processos semelhante, com os 420 leitos iniciais, passando a abrigar aproximadamente 1800 internos.¹⁷⁷

3.2 - Internações compulsórias de militares

Durante as pesquisas deste capítulo, constatou-se que a maioria dos casos que contemplavam o nosso objeto de estudo referentes ao estado do Rio de Janeiro, eram justamente casos que envolviam as próprias instituições militares, com agentes da repressão utilizando as próprias instalações militares em suas incursões contra os próprios colegas de farda. Como compreender tal evento e qual a particularidade que torna a temática aqui apresentada tão difícil de ser investigada?

Com a tomada do poder através do golpe perpetrado em 31 de março de 1964, teve início uma série de perseguições a diversos grupos sociais encarados como uma possível ameaça à ditadura que era instaurada em nosso país. Um dos grupos mais perseguidos pelo

¹⁷⁵ Por castigos químicos entendem-se práticas como os choques insulínicos e cardiazólicos, além do administração da escopolamina, a qual será abordada mais adiante.

¹⁷⁶ Programa Lugares de Memória. Hospital psiquiátrico do Juqueri e Manicômio Judiciário, 2017

¹⁷⁷ TAVOLARO, Douglas. A casa do delírio, 2002. P44

novo governo foi justamente o grupo dos militares, o qual contabilizaria um total de 6.591 perseguidos durante os anos da ditadura civil-militar.¹⁷⁸

Contudo é necessário pontuar que tal perseguição começou a ser desenhada ainda nas décadas anteriores ao golpe, mais precisamente durante a década de 1930, com os setores de influências comunistas, socialistas e nacionalistas das forças armadas sendo progressivamente reprimidas através da Doutrina Góes Monteiro, a qual buscava “erradicar a política do Exército e estabelecer a política do Exército”.¹⁷⁹

A doutrina, que buscava ao mesmo tempo transformar o Exército brasileiro em uma força unificada, coesa em seus ideais e demandas, também afirmava o papel das Forças Armadas como elemento central na organização do Estado:

As forças militares nacionais têm que ser, naturalmente, forças construtoras, apoiando governos fortes, capazes de movimentar e dar nova estrutura à existência nacional, porque só com a força se pode construir, visto que com fraqueza só se constroem lágrimas.¹⁸⁰

Neste contexto, a política do Exército seria a sua constante preparação para um cenário de guerra, devendo, portanto, a nação estar em um estado de eterno preparo, o que inevitavelmente envolveria todas as formas de manifestações coletivas e individuais da vida nacional¹⁸¹.

¹⁷⁸ BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. Relatório/Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Volume II. p. 13

¹⁷⁹ MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes. A revolução de 30 e a finalidade política do Exército, 1934, apud. TREVISAN, Leonardo. O pensamento militar brasileiro, 1985.

¹⁸⁰ Ibidem.

¹⁸¹ O Exército aparece aqui como o agente responsável por garantir a segurança nacional, a qual garantiria o pleno desenvolvimento do Estado. Uma espécie de órgão policial a espreita de quaisquer tipos de ameaça a essa segurança, e uma entidade salvadora a qual caberia intervir sempre que necessário para salvar a nação do caos.

Estimativas da Comissão Nacional da Verdade indicam que no período de 1946 a 1964, aproximadamente 1000 militares foram perseguidos¹⁸², com a história de muitos destes sendo colhidas e divulgadas pela mesma comissão em seu relatório final.

Com o golpe de 1964, tais perseguições foram intensificadas com militares de esquerda, nacionalistas e aqueles que decidiram apoiar a continuidade do governo de João Goulart e a campanha legalista conduzida por Leonel Brizola, bem como amotinados de anos prévios, tiveram suas patentes cassadas, foram alvos de processos, prisões arbitrárias, sofreram perseguições dentro dos quartéis, sendo prontamente intimidados por seus superiores de modo a manterem o silêncio sobre a realidade a qual estavam submetidos e por fim também houveram aqueles que foram submetidos às sessões de tortura. Cabe ressaltar aqui que para além do grupo de militares supracitados, há aqueles que foram perseguidos por mera suspeição, por recusar tomar parte nas sessões de tortura, terem atentado ao fluxo de prisões, desaparecimentos e mortes dentro das instalações militares, ou que sofreram tais represálias simplesmente por terem servido junto a militares que por ventura tivessem tido algum vínculo com os movimentos de esquerda, ou com o movimento legalista.¹⁸³

3.2.1 – Airton Joil Araújo

O primeiro caso a ser aqui abordado é o do ex-praça, Airton Joil Araújo, no evento iniciado no quartel do 4º Grupo de Canhões 90mm Antiaéreos¹⁸⁴, da Artilharia Antiaérea do Exército brasileiro em Barretos, Niterói/RJ.¹⁸⁵

¹⁸² Para mais informações sobre o tema, consultar: Depoimentos esclarecedores sobre os processos dos militares. vol. II. Rio de Janeiro: Editora da Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem, 1953.

¹⁸³ Rio de Janeiro, Comissão da Verdade do Rio. Relatório/Comissão da Verdade do Rio. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

¹⁸⁴ Atual 30º Grupo de Artilharia Motorizada.

¹⁸⁵ Depoimento colhido no dia 21 de maio de 2014 pela CEV-Rio.

A trajetória de Airton tem início no ano de 1972, quando o então praça é convocado por um superior a participar de um interrogatório a um preso encapuzado, o qual estava sendo impelido a ceder informações por meio de tortura. Ao presenciar tal cenário, o praça se recusa a acatar as ordens que lhe eram transmitidas, reconhecendo a própria inaptidão para tal tarefa:

(...) no mês de maio ou junho [de 1972] eu estava de serviço e um Sargento de Dia, chamado Sargento Oliveira, me mandou interrogar um preso que estava lá encapuzado, só que o interrogatório do preso era feito através de tortura. Eu me recusei a fazer a tortura e interrogar a pessoa. “Eu não vou fazer isso porque eu sou católico e não vou fazer esse tipo de coisa”. “Você não vai fazer?”. “Não, eu prefiro que botem uma pessoa eu tenha uma estrutura melhor para fazer, uma estrutura psicológica até”.¹⁸⁶

A Comissão em seu trabalho de reunir testemunhos reconheceu o sofrimento vivenciado por inúmeros militares, os quais também foram afligidos pelas agressões seguintes ao golpe de 1964. Casos como o de Airton nos revelam uma situação de bravura e resistência no seio militar.

Contudo tal ação não passaria impune diante da ostensiva vigilância militar e Airton, teria colocada em xeque a sua lealdade para com a segurança nacional e naquele mesmo dia, Airton colheria os frutos de sua subversão, quando o mesmo sargento de outrora comparece na companhia do subtenente Laudecir para conduzir o praça ao seu suplício:

Eles me botaram o capuz, me levaram em um lugar chamado “portão dos fundos”, onde tem a linha do trem, mas aí já não foi o subtenente e o sargento, foram duas pessoas encapuzadas e fardadas. Me bateram bastante. Me deu uma hemorragia aqui no peito [direito], (...) essa perna aqui [esquerda] ficou com defeito e na cabeça até hoje sai o ponto-de-linha que eles deram aqui.¹⁸⁷

¹⁸⁶ Rio de Janeiro. Comissão da Verdade do Rio. op. cit. p. 160.

¹⁸⁷ Ibidem. p. 161

Em função das agressões sofridas, Airton foi encaminhado para a Policlínica Central do Exército, em Niterói-Rj, a fim de conter as hemorragias internas, relatando ainda ter sido submetido a um procedimento cirúrgico utilizando compressas de gelo no local da intervenção, em vez da administração de anestesia.¹⁸⁸

Sem alcançar uma estabilização de seu quadro clínico, a equipe da Policlínica opta por transferir Airton para o Hospital Universitário Antônio Pedro (HUAP-UFF), onde recebeu transfusões de sangue e onde permaneceu até que o seu quadro estabilizasse, para somente então ser enviado ao Hospital Central do Exército (HCE), no Rio de Janeiro-RJ, sendo submetido a outros procedimentos cirúrgicos:

Lá eu fui atendido, fizeram várias cirurgias, eu já tinha feito uma no hospital Antônio Pedro, e cicatrizou. Consegui acalmar a hemorragia e me deixaram em recuperação durante uns quinze dias, mais ou menos, ali. E a perna muito inchada. Depois dos quinze dias eles me mandaram de volta para o Batalhão onde eu servia.¹⁸⁹

Quando de seu retorno ao Batalhão, Airton foi informado de que seria desligado das forças armadas, sendo a ele conferida uma menção honrosa, além de uma carta de recomendação para a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), a qual recusou a sua adesão em função de sua baixa escolaridade e ao problema de sua perna adquirido como sequela das agressões sofridas.

Para além das sequelas físicas, as torturas também deixaram uma marca psicológica e social na vida de Airton, que nunca mais conseguiria ingressar na vida militar, além de encontrar obstáculos tanto na sua vida social, quanto na sua vida laboral, em função da crise

¹⁸⁸ Acervo CEV-Rio. Testemunho de Airton Joil Araújo para a CEV-Rio, 2014. p. 04.

¹⁸⁹ Ibidem.

do pânico que fora desenvolvida a partir das torturas por ele sofrida e que vieram a resultar em sua aposentadoria por invalidez.¹⁹⁰

Após receber a sua recusa na PMERJ, Airton decidiu retornar a sua cidade natal, Nova Friburgo-RJ, ainda no ano de 1972 onde alega ter tido o seu primeiro episódio de síndrome do pânico:

Eu fiquei com síndrome do pânico, não podia ver uma farda, não podia ver uma arma, então eu fui internado em uma clínica psiquiátrica em Nova Friburgo [Sanatório Naval de Nova Friburgo]. (...) Tomava remédio muito forte, até hoje eu tomo onze remédios, só que eu tinha que me virar (...). Com medo de ficar no estado do Rio, eu fui para São Paulo.¹⁹¹

Airton menciona ter permanecido internado durante 25 dias, no entanto durante a sua permanência na instituição, não fora feito nenhum registro de sua admissão ou alta: “Na época o comandante do... do Sanatório Naval de Friburgo que era da Marinha, não fez a minha ficha lá, mas eu tenho o nome de todas as pessoas que cuidaram de mim na época, alguns estão vivos, outros já morreram”.¹⁹²

Tal relato deixa de ser considerados uma mera negligência administrativa, ou simples descuido, quando reconhecemos o esforço feito pelas instituições militares de forma a encobrir as arbitrariedades cometidas durante os anos da ditadura civil-militar (1964 - 1985):

CEV-Rio: Aí, a primeira, essa aqui de abril de 2003 e essa aqui é recente, de março desse ano. Essa aqui tem alguns detalhes. “Orientamos a fazer a juntada dos documentos comprobatórios...”. O senhor tem algum documento comprobatório?
A.J.: O Exército... Eles tiraram o... Tiraram tudo o que podiam tirar dos hospitais por onde eu passei. Só fala do HCE, aí está protocolado...¹⁹³

¹⁹⁰ Rio de Janeiro. Comissão da Verdade do Rio. op. cit. p. 161.

¹⁹¹ Ibidem.

¹⁹² Acervo CEV-Rio. Testemunho de Airton Joil Araújo para a CEV-Rio, 2014. p. 5.

¹⁹³ Ibidem. p. 12

Quando decidido estabelecer com a CEV-Rio no intento de conseguir algum tipo de reparação pelas violências sofridas, Airton se deparou com uma nova problemática: a omissão de dados e documentos referentes ao período em que esteve hospitalizado e o descaso das autoridades militares para com a sua situação:

(...) eu fui muito maltratado. Ali no Comando Leste. Fui atendido por um major... O major virou as costas para mim e falou para a atendente assim: “Esse cara já era para estar morto veio para encher o saco”. Entendeu? Eu saí dali, fui embora, fui... Peguei, fui para a Praça XV, para... para a praça da... Para a Central ali, peguei o ônibus e fui embora, cara.¹⁹⁴

No ano de 2015, a então presidente Dilma Rousseff emite uma declaração na qual é solicitada a entrada no processo de reforma pelo Exército no estado do Rio de Janeiro, em resposta o então Ministro do Exército informa acerca da impossibilidade de cumprir a recomendação presidencial, uma vez que caso assim o fizesse, eles [o exército] estariam contrariando as normas já estabelecidas para este procedimento. Contudo, Airton relata que em momento algum lhe fora explicado quais seriam estas normas.¹⁹⁵

Tudo o que eu passei, a humilhação de ser chamado de maluco, apanhar sem poder me defender do Exército porque na época da ditadura se eu fizesse alguma reação eles me mandavam para o DOPS lá em São Paulo, DOI-CODI na época do Newton Cruz.¹⁹⁶

¹⁹⁴ Ibidem. p. 14.

¹⁹⁵ Acervo CEV-Rio. Testemunho de Airton Joil Araújo para a CEV-Rio, 2014. p. 11.

¹⁹⁶ Ibidem. p. 6.

Até a conclusão dessa dissertação, em abril de 2019, Airton Joil ainda não havia conquistado a sua reintegração ao Exército e tampouco os documentos que comprovassem a sua história.

3.2.2 – Antônio Rodrigues da Costa

Antônio Rodrigues da Costa ingressou nas forças da brigada paraquedista do Exército brasileiro no ano de 1977. Em depoimento à CEV-Rio, Antônio recorda com carinho de sua juventude: “fui praça em 1977, servi muito bem servido, estudante, belos sonhos, leitor...”¹⁹⁷

Contudo as promessas de um plano de vida no meio militar logo se desfizeram para o jovem praça, quando este fora pego exaltando as obras daqueles que eram então considerados inimigos da pátria:

E na brigada paraquedista eu, aos quatro meses, tinha quatro meses, eu fui pego fazendo menção à Darcy Ribeiro e Leonel Brizola, fazendo uma menção de que gos... que eles eram muito corajosos, e como nós das Brigadas paraquedistas éramos muito corajosos eles subestimavam a gente, a coragem deles era... subestimada. Não tendo medo, enfrentando situações adversas e querendo um Brasil melhor, porque o Brasil daquela época era muito ruim, só bom para os militares, essa era a realidade.¹⁹⁸

O discurso de Antônio para outros quatro colegas teria as suas consequências, ainda que elas não fossem tão imediatas. Em 1978, Antônio passa para o curso de formação de sargentos e quando questionado sobre as suas motivações, ele responde compartilhando os seus sonhos e expectativas em obter uma vida melhor, melhorar a sua condição financeira, servir ao país e cursar uma faculdade.

¹⁹⁷ Acervo CEV-Rio. Testemunho de Antônio Rodrigues da Costa para a CEV-Rio, 2015. p. 2.

¹⁹⁸ *Ibidem*. p. 2.

Contudo as suas afirmações parecem não terem sido o suficiente para afirmar a lealdade de Antônio para com a corporação, mas certamente foi o bastante para que já no dia seguinte o aspirante a sargento fosse conduzido à cadeia:

[...] foi um militar barbudo em minha casa, e eu não sabia que ele era militar e ele fez perguntas para mim e eu respondi, e ele... que eu gostava muito de Darcy Ribeiro e admitia que era um homem de muita inteligência e gostava do que Leonel Brizola fazia, e aquilo me levou direto para a cadeia.¹⁹⁹

Nos próximos dois meses, Antônio seria constantemente transferido de uma prisão à outra, sendo constantemente agredido, privado de suas necessidades mais básicas e desprovido de qualquer tipo de direito, estando constantemente sob a acusação de ser um inimigo da nação.

Eu passei por volta de quase dois meses rolando em campo de concentração, cadeias, campo de Gericinó, campo de Madureira, com gases, sendo torturado de todas as maneiras, de maneira que eu definhei, fiquei muito magro, muito fraco, fiquei com ferida entre as pernas, levei choque, levei... fui pisado na cara, fui pisado na cara e na lama e me chamaram de muitas palavras ruins, muitas palavras obscenas, e disseram exatamente que eu era um traidor da pátria, um seguidor de Leonel Brizola, um seguidor de Darcy Ribeiro. E nesse tempo eles me chamavam de comunista, me chamava de outras coisas que eu não admitia.²⁰⁰

Refém de seus captores, Antônio fora vítima de diversas agressões físicas e psicológicas, tendo sido mantido amarrado durante uma noite inteira de chuva enquanto era agredido com tapas, socos e pauladas, além de ter sofrido privações de alimentos e água.

Com a deterioração de seu estado físico, Antônio foi conduzido algemado ao HCE, onde o médico responsável ao receber as acusações do envolvimento do praça com a

¹⁹⁹ Acervo CEV-Rio. Testemunho de Antônio Rodrigues da Costa para a CEV-Rio, 2015. p. 2.

²⁰⁰ *Ibidem*. p. 3.

subversão, encaminha-o para uma cela isolada do Pavilhão Neuropsiquiátrico onde Antônio passa a ser interrogado por um capitão e um médico psiquiatra, o qual prescrevia medicamentos para controlar a periculosidade do subversivo e o ameaçando com sessões de eletrochoque no saco escrotal caso o mesmo se recusasse a cooperar.

Cheguei no Hospital Central do Exército, o doutor Júlio [incompreensível], a quem eu tenho aqui ó, declarado por ele que era de lá, ele me examinou e disse que eu ia ficar lá mesmo, ia ficar internado. Quando ele pegou a parte que foi mandado pelo major Aldo da Paz Lopes, que era subcomandante do 26, ele mandou uma parte dizendo que eu era subversivo, eu era comunista, inimigo da pátria e da nação brasileira, e era uma pessoa de muita... ele colocou no documento que eu era muito agressivo, muito perigoso, agressivo e perigoso. Isso porque eu sabia toda a tática de guerra, sabia atirar de todas as armas que existiam na brigada paraquedista, então ele dizia que eu era muito perigoso.²⁰¹

Encaminhado para a enfermaria psiquiátrica do HCE, Antônio permaneceria incomunicável por aproximadamente dois meses, em virtude de sua extrema periculosidade, sendo intensamente medicado e mantido sob constante ameaça de castigos físicos, caso demonstrasse resistência em acatar alguma das ordens que lhe era imposta.

um médico me chamou, um médico escuro, eu não sei o nome dele, e ele chegou e disse para mim “ó, tu vai tomar esse medicamento”, e eu falei para esse assim “mas eu vou tomar esse medicamento porquê?”, “olha você vai tomar esse medicamento, se você resistir você toma injeção, e se houver resistência por sua parte ainda você vai levar choque nos testículos”, e eu fiquei parado, não falei mais nada [...].²⁰²

Após oito meses internado na enfermaria psiquiátrica, o Dr. Júlio (responsável pelo setor) diante das súplicas de Antônio, decide por enfim modificar a sua rotina medicamentosa para logo em seguida encaminhá-lo à enfermaria do Hospital de Guarnição da Vila Militar durante os fins de semana, embora lhe ainda fosse restrito visitar a sua casa.

²⁰¹ Acervo CEV-Rio. Testemunho de Antônio Rodrigues da Costa para a CEV-Rio, 2015. p. 3 – 4.

²⁰² Ibidem. p. 4.

Uma vez com a possibilidade de deixar o leito durante os fins de semana, Antônio foi aos poucos recuperando a sua liberdade e o contato com a sua família, cujas visitas lhe eram restritas.²⁰³

3.2.3 – José Bezerra da Silva

Aqui era a prisão do Cisa (Centro de Informações da Aeronáutica). Neste ponto havia uma cancela onde as viaturas paravam e de onde desciam os presos, que eram vigiados por sentinelas a paisana.²⁰⁴

Desde o ano de 1970, a Base aérea abrigou o CISA, órgão vinculado ao Ministério da Aeronáutica e que atuava em conjunto aos respectivos centros de inteligência do Exército e da Marinha, conhecidos como Centro de Informações do Exército (CIE) e Centro de Informações da Marinha (Cenimar), respectivamente.

Em 1971, o CISA é transferido para a cidade de Brasília, mantendo um escalão recuado na base do Galeão com o intuito de manter o foco da atuação da repressão no eixo Rio-São Paulo e é neste complexo que tem início a história de José Bezerra da Silva.²⁰⁵

O então Cabo José Bezerra da Silva serviu na Base Aérea do Galeão entre os anos de 1971 e 1979, atuando por vezes no corpo de guarda que guarnecia a Base, presenciando a movimentação de veículos que traziam presos políticos para serem interrogados nas instalações da base, de ambulâncias que chegavam para realizar os primeiros socorros e presenciando tanto os comentários realizados pelos colegas de farda que vez ou outra testemunhavam alguma cena de tortura, tendo o próprio José presenciado a condução de um preso político:

²⁰³ Ibidem. p. 5.

²⁰⁴ SILVA, José Bezerra da. Galeão: vítimas reconhecem locais de prisão e tortura durante visita da CNV à base aérea. Entrevista concedida a Comissão Nacional da Verdade. 30 mai. 2014.

²⁰⁵ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório – Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Volume I. p. 753.

Os carros que entravam lá eram viaturas da Polícia do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Havia dois opalas, um bege e um cinza, que também entravam. Nós tínhamos que deixar eles passarem. Desses carros, saíam os presos, às vezes com capuzes, outras vezes dentro de sacos. Eles eram levados para o subterrâneo, e eram submetidos a torturas terríveis.²⁰⁶

José Bezerra remonta a suspeição de seus superiores em relação a sua conduta ao episódio no qual ele teria hesitado ao autorizar a entrada na base de um opala bege o qual o motorista havia se recusado a entregar-lhe os documentos de identificação conforme solicitado. O ex-militar relata que no banco de trás havia dois militares na companhia de uma terceira pessoa encapuzada.

Tal impasse fora resolvido pela ação de um superior de José que ao notar a situação que se desenrolava, prontamente agiu de forma a providenciar a abertura dos portões, permitindo assim a entrada do veículo. Feito isso o superior lhe explicou que aquele veículo se tratava de um veículo do Serviço Secreto, possuindo por isso livre acesso ao quartel.

A gente sabia que estava tendo interrogatório com tortura quando os soldados e cabos que faziam parte da equipe nos contavam. Ou então quando os oficiais pediam lanche para passar noite adentro nas celas. Quem ia levar a comida, via o que estava acontecendo.

Semanas mais tarde enquanto montava guarda na enfermaria do quartel, José presenciou a chegada de uma ambulância a qual desceram dois soldados carregando um preso também encapuzado. Em um momento de indignação, José deixa escapar alguns comentários sobre a forma desumana pela qual o prisioneiro era conduzido, “eu acabei cometendo a

²⁰⁶ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Depoimento de José Bezerra da Silva à Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, 12 de ago. de 2013. In: Quadro parcial das instalações administrativamente afetadas às forças armadas e que foram utilizadas para perpetração e graves violações de direitos humanos, 2014.

infelicidade de dizer ao cabo que aquilo era uma covardia, e perguntaram por que. E falei: três, quatro caras batendo em um só, um homem já preso e doente”.²⁰⁷

As palavras de José se espalharam e não tardou para que as consequências lhe alcançassem. Acompanhado pelo tenente Amaral e pelo soldado Amorim, Bezerra foi conduzido até uma das salas onde os presos eram torturados e lá teve início o seu suplício, onde ao ser agredido com socos, chutes e coronhadas, José Bezerra ficou em um estado tão deteriorado, que se fez necessário uma intervenção cirúrgica em função de uma hemorragia na região do tórax.²⁰⁸

Quando recebi alta, cheguei em casa doente, ferido, operado e, logo depois, recebi a obrigação de voltar à unidade, e o tenente me submeteu a vários esforços. Eu sentia o sangue descendo pela perna e não podia tomar uma atitude. Ia reclamar com quem, se o meu próprio chefe me torturava?²⁰⁹

Em função de seus comentários, José Bezerra também fora enquadrado na Portaria nº 1104/GM3, de 12 de outubro de 1964, a qual automaticamente considerava como subversivos todos os cabos da Aeronáutica que por ventura tivessem sido enquadrados nesta portaria em algum momento de sua carreira, impedindo que estes alçassem promoções e permitindo que os mesmo fossem desligados da corporação.²¹⁰

Uma vez impossibilitado de pedir baixa, de ser transferido de base e de ser promovido, face o seu enquadramento na portaria supracitada, José passou a ter de conviver

²⁰⁷ SILVA, J. B. da. In: LISBOA, Vinícius. Ia reclamar com quem?, diz militar torturado na ditadura militar em depoimento a Comissão da Verdade. Notícias Uol, 12 ago. 2013.

²⁰⁸ Ibidem.

²⁰⁹ Ibidem.

²¹⁰ BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. Depoimento de Adir Figueira e José Bezerra da Silva a CNV. 16 abr. 2013. p. 28.

com perseguições dentro e fora do ambiente de trabalho, além das recorrentes agressões cometidas pelos próprios colegas de farda²¹¹:

nós não podíamos opinar por nada – se você dissesse que estava errado, você ia também. E se você chamado pra segurar um qualquer e não fosse, ou se você fosse chamado para participar da tortura e negasse, na próxima você estaria no lugar do torturado, entende?²¹²

A respeito de sua internação psiquiátrica, Bezerra relata que esteve hospitalizado no Hospital da Aeronáutica, localizado no Rio de Janeiro – RJ e que lhe fora administrada uma medicação injetável após a qual ele desmaiou e ao acordar, ele já se encontrava em um outro local.²¹³

Confusão quanto a sua localização e ao que estava acontecendo, Bezerra tentou buscar informações com um funcionário do local, o qual o respondeu rispidamente: “você vai ficar quieto ou quer que te amarre”.²¹⁴

Para a sorte do Cabo, ele pôde contar com a ajuda de um bicheiro que visitava a instituição com uma certa frequência e assim Bezerra conseguiu contatar seu pai, o qual prontamente compareceu em socorro para retirar o filho da internação psiquiátrica.

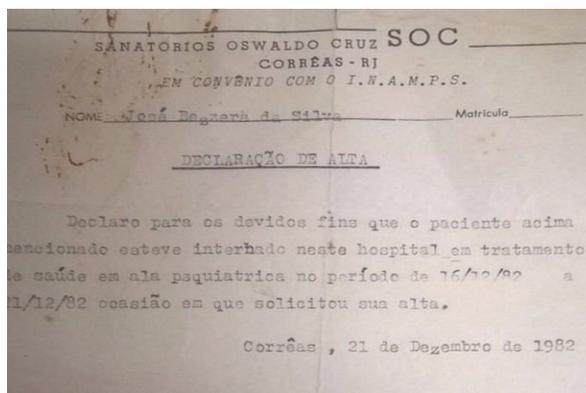
Figura 3- Documento de alta de José Bezerra

²¹¹ MONTES, Glauber. Militar anistiado José Bezerra revela hospital-prisão em Petrópolis durante a ditadura. 2015. (02m28s).

²¹² BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. Depoimento de Adir Figueira e José Bezerra da Silva a CNV. 16 abr. 2013. p. 31.

²¹³ RICKLY, Aline. Ex-militar reconhece local onde foi internado em Petrópolis, na ditadura. G1 Região Serrana, 06 abr. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2017/04/ex-militar-reconhece-local-onde-foi-internado-em-petropolis-na-ditadura.html>

²¹⁴ Ibidem.



Fonte: Arquivo pessoal/G1.com²¹⁵

Entretanto, o caso de José Bezerra, bem como o de muitos outros que foram vítimas das represálias por parte do Estado durante a ditadura militar, carece de documentos que corroborem a fala das vítimas.

Embora José possua um documento expedido pelo Sanatório Oswaldo Cruz (SOC), localizado na cidade de Petrópolis – RJ, as suas memórias das instalações onde ficara confinado remetem ao Hospital Clínico de Correias. No dia 06 de abril de 2017, José Bezerra esteve junto aos membros da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis realizando uma visita ao Hospital Clínico, onde Bezerra teve a chance de fazer o reconhecimento do espaço.²¹⁶

Diante da narrativa apresentada por José Bezerra, o Hospital de Correias afirmou não ter nenhum registro da passagem do Cabo por suas instalações, tampouco reconhece o nome da psiquiatra que teria assinalado a sua alta. No entanto, quando em visita ao SOC, Bezerra afirmou desconhecer completamente o espaço físico da instituição.²¹⁷

²¹⁵ <http://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2017/04/ex-militar-reconhece-local-onde-foi-internado-em-petropolis-na-ditadura.html>

²¹⁶ RICKLY, Aline. Ex-militar reconhece local onde foi internado em Petrópolis, na ditadura. G1 Região Serrana, 06 abr. 2017.

²¹⁷ Até o momento da conclusão deste trabalho, não fora localizado nenhum material que elucidasse o impasse do local de internação de José Bezerra.

3.2.4 –José Augusto de Queiroz Pereira Filho

No ofício expedido no dia 26 de maio de 1977, o diretor do Hospital do Galeão, o Coronel-médico Braga, solicita a imediata internação psiquiátrica do Cabo José Augusto de Queiroz, nas dependências do HCE sob o pretexto de que o cabo:

não se pode evoluir com suas loucuras, uma vez que o mesmo vazou informação do plano de morte de M. Covas, S. Santos, donos do Banco do Brasil, H. Camargo, FHC, Mário de Almeida e Dona Nina (donos da Veiga)²¹⁸

Tal medida mostra a plena articulação das Forças Armadas para este tipo de ação, além de reforçar as dificuldades em explorar tal evento, uma vez que os captores são os mesmos responsáveis por manter toda a informação relacionada ao preso, o que nos implica em pensar em quantos outros casos ainda não permanecem ocultos.

O presente caso nos alerta para a questão da dificuldade ainda hoje encarada pelos militares vitimados pela repressão da ditadura em expor os sofrimentos aos quais eles foram submetidos, bem como para a já conhecida problemática do acesso aos arquivos produzidos e mantidos em custódia das instituições militares, conforme explicitado na questão da visita supracitada da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro ao HCE, onde posteriormente foi constatada a omissão de diversos prontuários por parte da instituição.

Outro fator a ser reconhecido é o medo que muitos ainda sentem em revelar as suas histórias, conforme ressaltado pelos depoentes Adir Ferreira e José Bezerra da Silva em

²¹⁸ Juiz de Fora. Comissão Municipal da Verdade. Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. 2015. p. 266.

depoimento à Comissão Nacional da Verdade, onde os ex-militares da Aeronáutica atestam:

“Muitos estão vivos, mas não querem falar (...) têm medo de falar”.²¹⁹

3.3 – Internações de civis

3.3.1 - Ary Abreu Lima da Rosa²²⁰

Militante preso no ano de 1969 na cidade de Canoas – RS, por panfletagem durante o vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Quando da prisão, o relatório do DOPS, apontou que o estudante e seu companheiro Paulo Walter Radke, militante do Partido Operário Comunista (POC), encontravam-se na posse de um grande número de panfletos que: “criticam a política educacional do Governo Federal de maneira áspera e incita os vestibulandos a se unirem com os estudantes e lutar contra o inimigo comum”.²²¹

Os documentos também conclamavam vestibulandos e graduandos a lutar contra a escassez de vagas dentro das universidades, a defender uma instituição de ensino crítica, a legalidade da União Nacional dos Estudantes (UNE) e a participação dos estudantes no processo de eleitoral do Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Em virtude das panfletagens, Ary e Paulo foram enquadrados no artigo 38-II da Lei de Segurança Nacional em 28 de março de 1969. O Decreto 314/1967 punia por atos, palavras e opiniões consideradas contrárias ao regime militar. Os estudantes foram soltos algum tempo depois, mas o processo teve continuidade.²²²

²¹⁹BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. Depoimento de Adir Figueira e José Bezerra da Silva a CNV. 16 abr. 2013. p. 32.

²²⁰ Em alguns documentos foi encontrada a grafia “Ari”.

²²¹Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório – Comissão Nacional da Verdade. Volume III – Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: CNV, 2014. p. 486

²²² *Ibidem*.

Em 1º de setembro de 1969, Ary e Paulo são condenados a cumprir pena de seis meses de reclusão em função de seus crimes contra a segurança nacional²²³, contudo Ary por decisão de seu pai, que detinha prestígio dentro do partido Arena, é internado no Sanatório São José²²⁴, onde permanece do dia 2 de setembro de 1969 ao dia 1º de setembro de 1970.

De acordo com o psiquiatra José Godoy Gavioli, Ary teria dado entrada na instituição apresentando uma intensa reação esquizofreniforme acompanhada de ideias paranóides, sendo então submetido ao uso de fármacos e a psicoterapia.

Quanto à avaliação de sua história pregressa, o laudo afirmava que Ary sentia-se desamparado e isolado no meio sócio-familiar. No ano de 1968, ele decide abandonar os seus estudos universitários em função do baixo desempenho intelectual apresentado até então, tendo apresentado a partir desse processo de isolamento social, uma certa simpatia aos ideais reformistas de natureza materialistas, passando assim, a se identificar com os movimentos de esquerda e deixando crescer a barba e o cabelo como forma de protesto ao capitalismo.²²⁵

Por fim o laudo, fazia o uso de uma suposta fragilidade familiar e social como justificativa para que Ary sucumbisse aos ideais subversivos, quando dentro de sua “psicopatologia esquizoparanóide”, este teria a oportunidade de pôr em prática os aspectos delirantes das concepções políticas, as quais eram “morbidamente” defendidas por ele.²²⁶

Nota-se aqui uma hipótese diagnóstica consonante com as teorias apresentadas através das pesquisas apresentadas no “perfil psicológico do terrorista brasileiro”, na qual nos é apresentado um processo de crise desencadeado por fatores sociais os quais vieram por tornar o jovem suscetível às ações subversivas.

²²³ Pena expedida pelos juízes Raul Germano da Silva e Rubens Medeiros, e pelos capitães Aldo Luís Ramos, Arnaldo de Souza Leão e Luís Ferreira dos Santos Filho.

²²⁴ Instituição psiquiátrica particular, fundada no ano de 1934 na cidade de Porto Alegre – RS. Para maiores informações a respeito desta instituição, consultar: FATURI, Fábio Rosa. O Sanatório São José: o poder e as práticas da psiquiatria em uma instituição privada, 2015.

²²⁵ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório – Comissão Nacional da Verdade. Volume III – Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: CNV, 2014. p. 487.

²²⁶ *Ibidem*.

Seguido à sua alta no Sanatório, Ary é prontamente transferido para o hospital da Base Aérea de Canoas (RS), vindo a óbito aproximadamente dois meses depois, na data de 28 de outubro de 1970.

O Inquérito Policial Militar (IPM), concluiu que Ary havia cometido suicídio, ao cortar os pulsos no banheiro do hospital supracitado, vindo a falecer devido à hemorragia externa decorrente dos ferimentos auto-infligidos. O inquérito também concluiu que a equipe do hospital não teria tido nenhum papel no ato, uma vez que da equipe hospitalar, Ary só teria recebido uma completa “atenção e dedicação”.²²⁷

Ainda de acordo com o IPM, o estopim para o agravamento do estado psicológico do preso político teria sido uma recente visita de sua namorada, a qual teria anunciado o término de seu relacionamento com o rapaz, possivelmente fazendo com que ele optasse por tirar a própria vida.

No entanto, conforme apresentado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (ver anexo²²⁸) e reforçado pelo relatório da CNV, é possível encontrar certas fragilidades no relatório do IPM em relação ao caso de Ary Abreu, uma vez que o seu laudo psiquiátrico é todo construído sobre um discurso de criminalização política, inferindo uma relação entre o seu alinhamento político com os ideais de esquerda e seu suposto adoecimento psíquico.²²⁹

Outros fatores a serem aqui considerados a respeito das circunstâncias²³⁰ da morte de Ary são a reconhecida incerteza quanto ao término do relacionamento entre o preso político e a sua namorada, conforme constatado pela CNV em consulta ao relatório do IPM que

²²⁷ Ibidem.

²²⁸ Anexo D, página 125.

²²⁹ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório – Comissão Nacional da Verdade. Volume III – Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: CNV, 2014. p. 487.

²³⁰ Quanto às incoerências do relatório emitido pelo IPM, a relatora do caso de Ary na CEMDP, Suzana Keniger Lisboa questiona como teria ido possível que um indivíduo sob o pretense diagnóstico de esquizofrenia paranóide poderia ter dado entrada em duas instituições hospitalar na posse de um objeto cortante suficientemente de infligir o ferimento nas próprias veias.

afirmava categoricamente que “Não foi possível obter declarações da mesma para confirmar o rompimento do namoro que levou Ary ao ato extremo”²³¹. Somado a isso, o nome de Ary consta no acervo do SNI como integrante da listagem de torturados e assassinados em função de perseguição política por parte do Estado.²³²

Os arranjos para do sepultamento de Ary foram organizados em sigilo, por solicitação de seus pais que não desejavam ver o nome de seu filho “explorado pelos que se diziam seus amigos”.²³³

Contudo não houve silêncio, com o caso obtendo alguma repercussão por ação direta dos estudantes da UFRGS que além de organizar uma missa na Igreja do Rosário, em Porto Alegre, também assinaram uma carta coletiva na qual denunciavam as informações relativas à tortura e assassinio de seu colega. No entanto não houve nenhum pronunciamento oficial por parte da reitoria da universidade, do diretor da faculdade de engenharia e nem de nenhum outro órgão público, com o DCE-UFRGS considerando as omissões como “uma tentativa de abafar qualquer tentativa ou mesmo esboço de revolta do meio ao qual ele pertencia, contra a causa de sua morte”.²³⁴

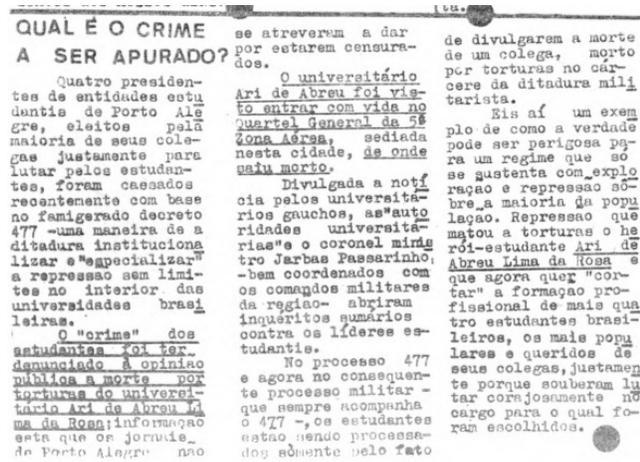
²³¹ Ibidem. p. 488.

²³² Ibidem.

²³³ CISA. Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica. Informe nº873, 10 dez. 1970. In: Arquivo Nacional, CSN-CISA: BR_AN_BSB_VAZ_075_0123, p. 1.

²³⁴ Ibidem.

Figura 4 - Perseguição a universitários que denunciaram a morte de Ary.



Fonte: Arquivo Nacional, CSN-DSI/MJ: BR_RJANRIO_TT_0_MCP_AVU_0362, p. 12.

3.3.2 – Durvalino Porfírio de Souza

Filho do ex-deputado estadual cassado pelo estado de Goiás e líder camponês o qual esteve dentre as lideranças da Revolta de Trombas e Formoso, José Porfírio de Souza²³⁵, Durvalino e seus familiares estiveram durante muito tempo na mira das autoridades regionais. Com o golpe de 1964, a situação se tornou ainda mais intensa com a família sendo vítima da repressão estatal, cujos agentes buscavam pelo paradeiro de José Porfírio.²³⁶

Mesmo sem ter ligação com qualquer movimento de militância política, Durvalino foi aprisionado em Goiás, ainda no ano de 1964, quando possuía apenas 17 anos e conduzido

²³⁵ José se filia ao PCB no ano de 1956, período em que o partido esteve atuando fortemente junto aos camponeses da região. Se tornou no ano de 1952 o primeiro deputado estadual de origem camponesa, eleito pela coligação PTB-PSB, tendo o seu mandato cassado no ano de 1964 através do Ato Institucional nº 1, de 09 de abril de 1964. Após o golpe, tentou sem sucesso organizar um movimento de resistência ao golpe na região de Trombas e Formoso – GO, passando a viver logo em seguida em clandestinidade na cidade de Carolina – MA. Integra, ainda que por pouco a Ação Popular (AP) logo após o VI Congresso do PCB, em sinal de discordância aos rumos do partido. Por fim José Porfírio funda no ano de 1968, junto a outros dissidentes da AP, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT).

²³⁶ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório – Comissão Nacional da Verdade. Volume III – Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: CNV, 2014. p. 1253.

para a cidade de Balsas – MA, onde esperava-se que ele revela-se aos militares o paradeiro de seu pai, o qual já se encontrava na clandestinidade.

Submetido à seguidas sessões de tortura, Durvalino acabou entrando em um processo de crise psiquiátrica, sendo por este motivo internado no Hospital Colônia Aduino Botelho, localizado em Goiânia – GO.²³⁷

O relatório final apresentado pela CNV nos indica uma escassez de documentações a respeito de Durvalino e sobre o seu posterior desaparecimento dentro do próprio Hospital, uma vez que não foram encontrados documentos relativos a ele produzidos pelos órgãos de informação e repressão.

Muito do que se sabe sobre o caso de Durvalino, é derivado de depoimentos de pessoas próximas a ele e das documentações produzidas pelos mesmos órgãos citados anteriormente, os quais na incumbência de localizar José Porfírio acabaram também por estender as suas atuações aos familiares e companheiros de José. No entanto com a prisão do militante no ano de 1972, o processo de vigilância também acabou se encerrando.²³⁸

Cientes do caso e da passagem de Durvalino pelo Aduino Botelho, a CNV tentou realizar o resgate de seu prontuário na instituição, contudo tal busca se mostrou infrutífera, diante do estado de conservação e do período de guarda dos documentos, o qual segundo informado pela ouvidoria do hospital (já desativado) e pela Secretaria de Saúde, é de 20 anos.²³⁹

Em depoimento à CNV, Arão de Souza Gil, tio de Durvalino, relatou o frágil estado mental de seu sobrinho após ter sido torturado:

²³⁷ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório – Comissão Nacional da Verdade. Volume III – Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: CNV, 2014. p. 1254.

²³⁸ Ibidem. p. 1507.

²³⁹ Ibidem. p. 1508.

Ele ficou uma temporada lá e depois fugiu. Chegou lá em casa, na roça, naquele tempo eu tinha frutas na horta, aí ele pegava uma mexerica daquelas e comia com casca e tudo, louco de tudo. Aí a hora que ele melhorava um pouco, ele me contava assim: “Tio, você sabe como eles tratam gente no hospício? Eles dão choque e derrubam a gente”. Aí, fomos obrigados a trazer ele e colocar no Adauto Botelho, foi a última vez.²⁴⁰

José Porfírio foi preso em 22 de fevereiro de 1972 pela polícia militar de Goiás e conduzido ao Pelotão de Investigações Criminais (PIC) em Brasília e condenado a seis meses de prisão em acusação de ser um dos organizadores do PRT.²⁴¹

Libertado em 07 de junho de 1973, José se dirigiu a Goiânia, onde foi visto pela última vez. Uma investigação conduzida pela CNV descobriu documentos do SNI, que revelam que José estava sob monitoramento nos momentos anteriores ao seu desaparecimento. Durvalino, que se encontrava internado no Adauto Botelho desapareceu no mesmo ano em que o seu pai, ambos até hoje constam até hoje na lista de desaparecidos políticos.²⁴²

3.3.3 – César de Queiroz Benjamin

Nascido em 05 de maio de 1954 e filho da química Iramaya Porancy de Queiroz Benjamin com o coronel R/1 do Exército Ney Benjamin, César inicia a sua militância política ainda quando estudante secundarista durante o ano de 1968, tendo ingressado na clandestinidade ainda nesse mesmo ano, após a edição do Ato Institucional nº 5, momento em

²⁴⁰ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório – Comissão Nacional da Verdade. Volume III – Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: CNV, 2014. p. 1508.

²⁴¹ Ibidem. p. 1254.

²⁴² Ibidem. p. 1509.

que se une ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)²⁴³ na companhia de seu irmão mais velho Cid de Queiroz Benjamin²⁴⁴.

Natural da cidade do Rio de Janeiro (então capital do extinto estado da Guanabara), César inicia as suas atividades no estado vinculado ao MR-8, seguindo posteriormente para o estado da Bahia onde atuou até a ser preso em 31 de agosto de 1971 sob a acusação de participar de assaltos à bancos e outros estabelecimentos comerciais, além de tomar parte em ações de roubo de automóveis.²⁴⁵

Ao ser informada sobre a prisão do filho, Iramaya Benjamin prontamente se dirige às instalações 6ª Região Militar, localizada na cidade de Salvador, onde entra em contato com o major Nilton Cerqueira, então responsável pelo comando do Doi-Codi daquela cidade. Inicialmente o major se desvencilha do assunto, alegando desconhecimento a respeito do paradeiro de César ao ponto em que Iramaya permanecia em sua insistência por respostas:

até que um dia o Cerqueira me disse: “Onde está o seu marido?”
Respondi: “Meu marido ficou no Rio porque está trabalhando, mas se o senhor quiser, eu chamo, e ele vem aqui.” Ele disse: “Pois chame.”
Chamei, e o Ney foi lá. Aí é que eu vi que os militares estavam ganhando tempo²⁴⁶

²⁴³ A organização atendia anteriormente por Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB), sendo rebatizada como Movimento Revolucionário 8 de Outubro ao aderir as ações de luta armada contra a ditadura civil-militar.

²⁴⁴ Nascido em 26 de outubro de 1948, foi um dos líderes da operação de sequestro do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, no ano de 1969. A ação demandava a libertação de 15 militantes políticos que haviam sido capturados pela ditadura, os quais foram libertados e enviados ao exílio no México. Cid veio a ser preso poucos meses depois, em abril de 1970, tendo a sua liberdade garantida em virtude de uma ação conjunta entre a Ação Libertadora Nacional e a Vanguarda Popular Revolucionária, que levaram a cabo o sequestro do embaixador alemão Ehrenfried von Holleben que posteriormente foi trocado por quarenta presos políticos. A partir de então Cid seguiu a sua vida no exílio, inicialmente na Argélia e passando posteriormente por outros países como Chile, Cuba e Suécia, retornando ao Brasil no ano de 1979, após ser anistiado.

²⁴⁵ ARQUIVO NACIONAL. Extrato dos dados referentes a Cesar de Queiroz Benjamin. Código de identificação: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_73065813_d0001de0001.pdf.

²⁴⁶ BENJAMIN, Iramaya Queiroz. Iramaya Queiroz Benjamin (depoimento, 1999). Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 2001. p. 10 Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista50.pdf>>.

Uma vez no Rio de Janeiro, César foi enviado às instalações do Regimento de Artilharia, localizado na Vila Militar, onde permaneceu recluso e sob tortura. Quando de sua prisão, César contava com a idade de 17 anos sendo, portanto exigido que o seu caso fosse entregue ao juizado de menores. Entretanto é somente no ano de 1974, em que o referido juizado delibera a respeito da inimputabilidade de César na época da ocorrência de seus crimes, entretanto no momento da decisão, o acusado já havia alcançado a maioridade, sendo entregue então ao Juizado de Execuções Criminais.²⁴⁷

César passou estes primeiros três anos e meio de prisão, alocado em uma cela solitária na Vila Militar, vindo a ser transferido para o Instituto Muniz Sodré no ano de 1975, sobre este período, César relembra:

Como não havia sido levado a julgamento, por causa da menoridade na época da prisão, não cumpria nenhuma pena específica. Por isso era mantido nesse confinamento semiclandestino, segregado dos demais presos políticos.²⁴⁸

As ações de defesa movidas pelo advogado Augusto Sussekind de Moraes Filho, contudo tais ações se mostraram infrutíferas, inicialmente, uma vez que o AI-5 inviabilizava a possibilidade de obter um *habeas corpus*, assim como o tribunal militar se recusava a acatar o alvará de soltura expedido pelo Juizado de Menores no momento em que este delibera a inimputabilidade de César.²⁴⁹

O movimento contrário ao determinado pelo Juizado, se dá apoiado em um laudo psiquiátrico fornecido por um médico do Exército o qual constata que a despeito de sua idade

²⁴⁷ ARQUIVO NACIONAL. Informação nº 137/16/AC/76. Código de identificação: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76092849_d0001de0001.pdf.

²⁴⁸ BENJAMIN, César. Os filhos do Brasil. Especial para a Folha de São Paulo, 27/11/2009. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2711200908.htm>>

²⁴⁹ ARQUIVO NACIONAL. Informação nº 137/16/AC/76. p. 10. Código de identificação: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76092849_d0001de0001.pdf.

cronológica, César possuía uma idade mental mais avançada, dotando-o de um maior discernimento a respeito dos seus atos e portanto possibilitando que ele fosse julgado tal qual um adulto²⁵⁰:

embora fosse ele menor de 18 anos, por ocasião dos assaltos e outros atos de terrorismo que praticou, é elemento de alta periculosidade, conforme demonstrou o resultado da perícia médica ordenada pela autoridade judiciária competente, onde se concluiu ter ele suficiente desenvolvimento psíquico para entender o caráter criminoso dos atos que lhe foram imputados²⁵¹

A argumentação médica, age de maneira complementar a legislação vigente a partir do decreto-lei nº 1001, de 21 de outubro de 1969²⁵² do Código Penal Militar o qual estipula que o indivíduo que já tenha completado a idade de dezesseis anos na época da ocorrência de seu delito poderá ter a sua inimputabilidade revogada, caso seja constatado que o mesmo tenha um desenvolvimento psíquico suficiente para compreender a ilicitude do fato.²⁵³

É válido ressaltar que ainda no ano de 1974, enquanto a questão da inimputabilidade de César era motivo de disputas e de impasses quanto ao seu destino, o juiz de menores Alyrio Cavallieri pleiteou a internação do réu em uma Casa de Custódia, a semelhança do que viria a ocorrer com Ivan Seixas, outro menor de idade que também fora um preso político da ditadura, o seu caso será abordado mais adiante, porém uma perícia conduzida pela junta médica da Divisão de Saúde do Serviço de Biopsicologia da Secretaria de Estado do Rio de

²⁵⁰ BENJAMIN, Iramaia Queiroz. Iramaia Queiroz Benjamin (depoimento, 1999). Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista50.pdf>>.

²⁵¹ ARQUIVO NACIONAL. Nota à imprensa, In: Processo DINCOP nº 74.016 de 07/12/1976. p. 11. Código de referência: BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.699.

²⁵² Dispõe sobre o código penal militar.

²⁵³ BRASIL. Código Penal Militar. Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm>.

Janeiro concluiu que César era isento de quaisquer traços de periculosidade²⁵⁴ e portanto, apoiado pelo artigo 1º da lei nº 5.439, de 22 de maio de 1968, César deveria ser colocado sob a custódia de seus pais ou então encaminhado a uma instituição de reeducação.²⁵⁵

O laudo fornecido pelo tenente-médico Leuzzi se deu após uma breve conversa com o tenente²⁵⁶, o qual após o encontro constatou que César, então com 17 anos, era dotado de uma idade mental equivalente à de um adulto de 35 anos, conforme atestado²⁵⁷ pelo mesmo. César permaneceu preso durante um período total de cinco anos aprisionado, dos quais mais da metade em quartéis da Vila Militar do Rio de Janeiro e o período restante seria dividido entre o Complexo Prisional de Bangu e o Presídio Frei Caneca, local de onde seria libertado em agosto de 1976, após anos de luta liderada por sua mãe, Iramaya Porancy em conjunto com a Ordem dos Advogados do Brasil e com a Anistia Internacional, que no ano anterior havia escolhido César Benjamin como preso de consciência²⁵⁸, um ato que buscava voltar a atenção internacional ao seu caso.

Do Presídio da Frei Caneca, César Benjamin seguiu para o exílio na Suécia, onde pôde se reencontrar ao seu irmão, Cid Benjamin, o qual já se encontrava exilado desde o ano de 1970, quando fora libertado por meio de uma troca realizada entre o governo brasileiro e os grupos ALN e VPR que haviam sequestrado o então embaixador alemão Ehrenfried von Holleben.

²⁵⁴ JORNAL DO BRASIL. Advogado afirma que Geisel teve “gesto de grandeza” na libertação de estudante. 1º Caderno, 07/09/1976.

²⁵⁵ BRASIL. Lei nº 5.439, de 22 de maio de 1968. Altera a Lei nº 5.258, de 10 de abril de 1967, que dispõe sobre medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos definidos como infrações penais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L5439.htm>.

²⁵⁶ Comissão da Verdade da OAB/RJ. Depoimento de César Benjamin à Comissão da Verdade da OAB/RJ. 17/07/2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NQBq1qamC5k>>

²⁵⁷ Durante as pesquisas conduzidas nesta dissertação, não foi possível localizar nenhum dos dois laudos mencionados neste subitem, ainda que tenham sido encontrados outras fontes (todas devidamente referidas no corpo do texto) que atestem a veracidade das afirmações a respeito da atuação do referido tenente-médico no caso de César Benjamin.

²⁵⁸ ANISTIA INTERNACIONAL. César Benjamin: eleito preso de consciência pela Anistia Internacional durante a ditadura no Brasil. Disponível em: <<https://anistia.org.br/noticias/cesar-benjamin-eleito-presos-de-consciencia-pela-anistia-internacional-durante-ditadura-brasil/>>.

3.3.4 – Antônio Carlos Melo Ferreira

Também conhecido como “Melinho”, Antônio Carlos fora integrante do movimento político-militar Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).

Preso em 04 de julho de 1972, em virtude de suas ações de guerrilha, Melinho foi submetido a uma intensa sessão de tortura, na qual os seus captores almejavam obter informações relativas aos seus companheiros de militância:

Eles [militares] queriam que o Melinho entregasse o paradeiro de algumas pessoas, inclusive a presidente Dilma Rousseff. Ele não colaborou e acabou sendo tão torturado que enlouqueceu e foi parar no Manicômio Judiciário do Juquery.²⁵⁹

A data de sua admissão na instituição consta como sendo a de 14 de setembro de 1972, apresentando sintomas de demência sob o diagnóstico de esquizofrenia e tendo lá permanecido pelo período de quatro anos e três meses.

Contudo, a história de Melinho, desde a sua prisão, passando pelo período em que ele esteve internado no Manicômio Judiciário Franco da Rocha até a sua morte, é um fato ainda muito nebuloso, conforme podemos verificar na fala do deputado Adriano Diogo em audiência da CEV-SP Rubens Paiva, que se refere a Melinho como sendo “um das figuras tão sofridas, tão massacradas e tem quase nenhum registro dele”.²⁶⁰

Na mesma audiência, temos relatos de outros presos políticos os quais estiveram juntos a Melinho no DOPS, presenciando a deterioração de seu estado psicológico em função das sessões de tortura a qual fora submetido: “Eu me lembro do Louquinho. Eu me lembro da

²⁵⁹ PASSOS, A. Escolhido para delatar Dilma foi torturado até enlouquecer e levado ao Juquery. iG São Paulo, 17 dez. 2014. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-12-17/escolhido-para-delatar-dilma-foi-torturado-ate-enlouquecer-e-levado-ao-juquery.html>>.

²⁶⁰ SÃO PAULO. Comissão Estadual da Verdade de São Paulo. 7ª Audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. 21 fev. 2013. p. 13.

figura dele, mas não me lembro de ter convivido com ele. Não me lembro se fiquei na mesma cela com ele”.²⁶¹

Os demais depoentes também reafirmaram os efeitos da tortura sobre o estado mental do colega de cárcere, conforme podemos observar através do relato de Ivan Seixas:

Eu fiquei na cela 2 e ele estava na cela 3, onde estava ele, o Antonio Carlos de Melo Ferreira, o Melinho, que estava lá preso, estava muito mal, abalado psicologicamente, porque tinha sido muito torturado e tinha enlouquecido na tortura, de tanta tortura (...).²⁶²

E pelo relato de André Ota, que chegou a dividir cela com Melinho:

Como fiquei muito tempo com o Melinho, um mês, sei lá, o que acontecia era assim, cada vez que tinha uma prisão de alguém, ou a morte de alguém, ele entrava em parafuso completo. Você tinha de acalmá-lo, ficar lá conversando com ele, ouvindo ele cantar, e ele fazia o esporro dos policiais durante algum tempo.²⁶³

Aproximadamente dois meses após a sua detenção, em 14 de setembro de 1972, Antonio Carlos é transferido para o Manicômio Judiciário de Franco da Rocha onde permanece internado por quatro anos com o laudo de esquizofrenia. Antonio recebe o alvará de soltura expedido pela 1ª Auditoria da 2ª CJM, sendo posto em liberdade vigiada na data de 21 de dezembro de 1976.

3.3.4 – Aparecido Galdino Jacinto

²⁶¹ SCAVONE, Arthur Machado. p. 33

²⁶² SEIXAS, Ivan Akselrud. Depoimento. In: SÃO PAULO. 7ª Audiência pública da comissão da verdade do estado de São Paulo “Rubens Paiva”. 21 fev. 2013. p. 6.

²⁶³ OTA, André Tetsuo. Depoimento. In: SÃO PAULO. 7ª Audiência pública da comissão da verdade do estado de São Paulo “Rubens Paiva”. 21 fev. 2013. p. 12.

A trajetória de Aparecido Galdino tem início na década de 1950, no município de Santa Fé do Sul – São Paulo, quando o então lavrador se vê no meio de uma disputa por terras travada entre os latifundiários José de Carvalho Diniz e Almeida Prado, cujas propriedades avançavam contra as posses dos demais lavradores da região no que viria a se tornar conhecido como a Revolta do Arranca Capim. O movimento dos lavradores é suprimido pela ação dos latifundiários e do governo estadual, com Galdino e os seus demais companheiros sendo despojados de suas terras.

A partir de então, começa a tomar forma a imagem do “Aparecidão”, com a sua casa se tornando destino de um séquito local que o procurava em busca de bênçãos e curas:

Comecei a benzer criação, cavalo com mordida de cobra e eles sararam. Depois veio um homem que queria que eu benzesse ele. Eu não queria benzer, achei que podia no dia de amanhã vir muita gente, mas benzi aquele homem que sarou. E ele contou pra várias pessoas e foi juntando o povo e cheguei num ponto que não tinha jeito de parar a benzedura porque era muita gente.²⁶⁴

As ações de Aparecido escalavam tal como a sua fama e aos poucos o benzedor passou a realizar pregações na região, oferecendo um conforto espiritual, abrigo e alimentação àquela população sofrida, ao mesmo tempo em que exortava os moradores a não pagar impostos, uma vez que a terra era uma dádiva de Deus ofertada ao seu povo.

Não tardou para que Aparecido caísse na mira das autoridades locais, os quais insistiam para que ele cessasse com as suas bênçãos e pregações, o que Aparecido prontamente se negava a fazer, afirmando sempre que “eu não podia parar porque aquela fé minha é uma fé de Deus”. Em virtude de sua insistência em permanecer com as suas ações

²⁶⁴ JACINTO, Aparecido Galdino. O dissidente do Juqueri. Folha de São Paulo, 14 jan. 1979. Entrevista concedida à Ricardo Carvalho.

religiosas, Aparecido acaba sendo preso, onde permanece por três dias até conseguir a liberdade através de uma ordem judicial.²⁶⁵

Uma vez em liberdade, Aparecido passou um tempo fora de Rubinéia, realizando pregações e distribuindo bênçãos, sempre com as autoridades no seu encalço: “eles falavam que eu não podia cuidar com aquilo [benzimentos] porque juntava muita gente e achava que eu tava decerto atrapalhando o povo”.

De volta a Rubinéia, já no ano de 1970, começa a circular a notícia de que a área seria inundada em função da construção da barragem de Ilha Solteira.

Pegaram a arrancar as casas. Eu como tinha muita gente, achei que não podia correr, com aquela fé que eu tinha que tudo podia melhorar. (...) Aí veio aquela natureza de formar um exército da salvação, para o povo vê que eu seguia uma religião. O “Exército Divino” não tinha arma, só tinha devoção a Deus.

O Exército formado por apenas dezesseis pessoas dentre mulheres e homens, dentre os quais se encontravam idosos, crianças e pessoas adoecidas, prontamente a atenção das autoridades, quando no dia 01 de outubro de 1970, a polícia militar invade a pequena igreja erguida pelo exército de Aparecido e conduz o grupo que lá se encontrava realizando orações para a prisão.

Depois que prenderam o meu povo, eles perguntaram pra mim: o que é que tá fazendo? Eu não tô fazendo nada, tô cuidando da religião. Ele então me pegou pelo cabelo e saiu arrastando e juntou uns soldados, dando pancada (...).²⁶⁶

²⁶⁵ CARVALHO, Ricardo. O dissidente do Juqueri. Folha de São Paulo, São Paulo, 14 jan. 1979. Folhetim, p. 3 – 5.

²⁶⁶ JACINTO, A. G. op. cit.

Enquadrado no artigo 42²⁶⁷ da Lei de Segurança Nacional²⁶⁸, Aparecido Galdino foi inicialmente enviado para Santa Fé do Sul e em seguida para Estrela D'Oeste, tendo repetido esta troca por duas outras vezes, ao passo em que os seus companheiros eram aos poucos liberados.

Inicialmente acusado de curandeirismo e de exercício ilegal da medicina, Aparecido acaba sendo inocentado ao ser defendido gratuitamente por Alcides Silva, um advogado local que construiu a defesa do réu a partir de estudos sociológicos acerca do messianismo e do milenarismo. Entretanto, compreendendo as ações de Aparecido como atos legítimos de subversão, o caso é levado à Justiça Militar e enquanto aguardava uma decisão final de seu caso, ele acaba sendo transferido para a cidade de São Paulo onde passa a perambular dentre as prisões da cidade, sendo inclusive alocado no Presídio Tiradentes, onde permaneceu por cinco meses.²⁶⁹

A transferência de Aparecido para a cidade de São Paulo, em fevereiro de 1971, deu início a um impasse relacionado a onde ele deveria permanecer aprisionado, pois uma vez que a sua capacidade de liderança já era conhecida dentre as autoridades e comprovada junto à população de Santa Fé do Sul, aprisioná-lo junto a outros presos políticos, poderia torná-lo demasiadamente politizado, enquanto deixá-lo a companhia de criminosos comum poderia tanto incitar uma revolta através de sua liderança messiânica, como também poderia se tornar mais agressivo.²⁷⁰

²⁶⁷ Tipifica como crime os atos de: “constituir, filiar-se ou manter organização de tipo militar, de qualquer forma ou natureza, armada ou não, com ou sem fardamento, com finalidade combativa”. O artigo também estipula a pena de 3 a 8 anos de reclusão para quem incidir em tais atos.

²⁶⁸ Instituída pelo decreto-lei nº 898, de 29 de setembro de 1969, o qual define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seus processos e julgamentos e dá outras providências. O decreto foi posteriormente revogado pela Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978.

²⁶⁹ BRASIL. Relatório/Comissão Nacional da Verdade. Volume II, 2014.

²⁷⁰ CARVALHO, R. op. cit.

O impasse perdura até o ano de 1972, quando delegado Sérgio Paranhos Fleury sugeriu aos juízes que Aparecido fosse declarado louco e enviado para o Manicômio Judiciário.

Quando me mudaram do pavilhão nove (da Casa de Detenção) para o pavilhão dois eu não sabia e não me contaram que eu vinha pro Manicômio. Como eu já estava com dois anos de prisão eu achei que já ia embora pra rua. Quando cheguei na frente (pátio interno) tava a polícia, naquele carrinho que traz o preso pro Manicômio.²⁷¹

Encaminhado ao Manicômio Judiciário do Juqueri em dezembro de 1972 para cumprir medida de segurança sob o diagnóstico de esquizofrenia paranoide, o qual fora estabelecido por dois psiquiatras da própria instituição, Aparecido Galdino não teve direito a uma contraperícia, sendo reavaliado anualmente com o intuito de verificar a redução de sua “periculosidade”.²⁷²

Segundo Aparecido Galdino, tais exames eram a única consulta médica que ele tinha no ano, com a sessão não durando mais que vinte minutos. O tempo de duração cada sessão, que a primeira vista pode parecer pouco, acabava sendo o suficiente para prolongar a internação de Aparecido. Um laudo de 1973 nos apresenta a um homem de pensamento coerente e ilógico, e com déficit afetivo, já em 1976 os psiquiatras relatam um sorriso “um tanto inadequado, que sempre ostenta mesmo dialogando sobre fatos graves”, e em 1978 o sorriso se transforma em um riso inadequado. Também são mencionadas outras sintomatologias de seu quadro psicopatológico, como a precariedade de seu pensamento crítico ao não reconhecer a existência de sua suposta doença mental.²⁷³

Independente das palavras utilizadas, e/ou dos sinais capturados durante as avaliações, o resultado era sempre o mesmo, Aparecido deve permanecer internado:

²⁷¹ JACINTO, A. G. op. cit.

²⁷² BRASIL. Relatório – Comissão Nacional da Verdade, 2014.

²⁷³ CARVALHO, R. op. cit.

Do exposto, somos de parecer que o examinado continua doente, todavia se beneficiou com o tratamento instituído, porém sua periculosidade se encontra a nível superior a de um doente mental comum, portanto, devendo permanecer frenocomiado²⁷⁴ para a segurança da coletividade.²⁷⁵

Ainda em 1978, o caso de Aparecido Galdino ganhou repercussão pública em função de uma denúncia de sua situação durante a Semana de Direitos Humanos, promovida pela Arquidiocese de São Paulo. A comoção resultou na intervenção de Dom Paulo Evaristo Arns, realizada em conjunto com a Comissão de Paz e Justiça que acabou resultando na libertação de Aparecido em 1979.²⁷⁶

Uma vez em liberdade, Aparecido foi questionado sobre a possibilidade de haver desaparecidos políticos aprisionados na instituição, e quando apresentado a fotografias de alguns dos desaparecidos, ele pôde então confirmar ter convivido com algumas das pessoas que lhes foram apresentadas.²⁷⁷

3.3.5 – Ivan Akselrud de Seixas

Filho do casal de militantes de esquerda Fanny Akselrud e Joaquim Alencar de Seixas, Ivan ingressou na luta armada contra a ditadura quando tinha apenas quinze anos, atuando no Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), organização da qual o seu pai era dirigente

²⁷⁴ Termo sinônimo à internado.

²⁷⁵ FIGUEIREDO, Janduirtes José de; SOARES, Evandro Pereira. Parecer psiquiátrico de 03 de novembro de 1975. In: CARVALHO, R. O dissidente do Juqueri. Folha de São Paulo, 14 jan. 1979.

²⁷⁶ PUC-SP. Cardeal da resistência, In: Igreja e a PUC.

²⁷⁷ TAVOLARO, D. op. cit.

Em 1971, Ivan e o seu pai são presos em uma emboscada e sob a acusação de envolvimento na morte do empresário Albert HenningBoilesen²⁷⁸, assassinado dias antes em uma ação conjunta do MRT com a ALN. Uma vez capturados, ambos foram conduzidos ao DOI-CODI de São Paulo.

Pai e filho foram torturados em conjunto, Ivan na época com dezesseis anos fora colocado no pau de arara, enquanto o seu pai fora destinado à cadeira do dragão em uma sessão de tortura intercalada com interrogatórios que duraram a noite inteira. Pela manhã a morte de Joaquim Alencar em uma troca de tiros em resistência a voz de prisão dada pelas forças policiais já era veiculada nos meios midiáticos, contudo Joaquim ainda vivia.²⁷⁹

Joaquim Alencar vem a óbito em virtude das agressões sofridas no DOI-CODI na noite do dia em que a sua morte em uma troca de tiros fora veiculada e uma vez assassinado, ele viria a ser o primeiro corpo (de um preso político²⁸⁰) a ser enterrado no recém-inaugurado Cemitério de Dom Bosco, localizado em Perus-SP.²⁸¹

Enquanto isso Ivan seguia sem um destino certo. Passado um mês do assassinato de seu pai, Ivan ainda permanecia no DOI-CODI, sendo impelido a assumir a sua suposta participação na execução de Boilesen, e de praticar o assalto a bancos, ações insistentemente negadas por Ivan, admitindo apenas a sua militância no MRT. A respeito de sua idade, ele também fora forçado por meio de agressões a “admitir” a sua maioridade, no entanto as tentativas dos militares foram falhas.

Frente às frustrações de seus intentos, os militares recorreram à psiquiatria para dar cabo ao problema que se apresentava e no ano de 1972, Ivan é submetido ao seu primeiro

²⁷⁸ Dinamarquês naturalizado brasileiro e presidente do grupo Ultragás. Simpatizante da ditadura, Albert não só oferecia apoio financeiro à Oban, como também presenteou os militares com um instrumento de tortura o qual fora apelidado de “pianola Boilesen”. Também há relatos de que o empresário assistia às sessões de tortura com uma certa frequência, além de ser favorecido em contratos.

²⁷⁹ BRASIL. Ministério Público Federal. Crimes da ditadura militar, 2017.

²⁸⁰ Os seus restos mortais só foram identificados aproximadamente seis anos mais tarde, em 25 de maio de 1977, quando foi realizado os processos de exumação e identificação das ossadas.

²⁸¹ BRASIL. Memórias da ditadura. Joaquim Alencar de Seixas.

exame de sanidade mental, o qual buscava elucidar a razão de alguém tão obo decidir por aderir à luta armada de uma organização clandestina.²⁸²

Nas sessões conduzidas pelo médico psiquiatra Emílio José de Augustine, foram conduzidas tentativas de culpabilizar o seu pai, Joaquim, pelas experiências traumáticas que ele havia acabado de viver. De acordo com o psiquiatra, a adesão de Ivan ao MRT havia ocorrido por influência única e direta de seu pai, portanto ele poderia ser inocentado desde que renegasse as suas crenças políticas e fosse à televisão professar a sua simpatia ao governo Médici.²⁸³

Uma vez derrotado pela resistência de Ivan em aceitar o discurso e as exigências que lhe eram impostas, o psiquiatra concluiu os seus intentos com um laudo onde a estabilidade mental de Ivan era reconhecida, contudo o mesmo laudo ressaltava que para a continuidade de o seu pleno desenvolvimento psíquico, seria necessário que Ivan fosse mantido em um ambiente de proteção e tratamento, assinalando assim a sua inimputabilidade.²⁸⁴

No entanto apesar da indicação do laudo psiquiátrico, Ivan continuou a circular dentre os presídios, chegando a passar pelos presídios de Tiradentes, do Hipódromo e sendo conduzido ao DOPS, conforme afirmado pelo próprio Ivan em depoimento a Comissão Estadual da Verdade de São Paulo, fato que fora confirmado por outros presos políticos com quem Ivan compartilhou cárcere.

É somente no ano de 1973, que Ivan tem o seu cárcere final definido, quando o médico do Juizado de Menores, o Dr. Juvenal Guedes emite um novo laudo psiquiátrico o qual atestou uma extrema periculosidade por parte de Ivan, sendo assim decretada a sua

²⁸² GUSMÃO, Sérgio Buarque de. O rapaz que saiu do gulag tropical. *Jornal da República*, São Paulo, 27 ago. 1979.

²⁸³ *Ibidem*.

²⁸⁴ *Ibidem*.

internação na Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté até que ele completasse a idade de 21 anos.²⁸⁵

Só sairia antes se houvesse provas de haver cessado minha periculosidade. Seis meses depois que estava lá, os médicos disseram que minha periculosidade havia chegado a um nível de normalidade e indicaram minha soltura. O juiz aceitou, mas o Exército não. Por isso obrigam o juiz a voltar atrás, e assim fiquei em Taubaté sem nenhuma decisão judicial.²⁸⁶

Uma vez na instituição, que nada mais era do que um manicômio judiciário para menores de idade, Ivan teve certeza de que o destino era uma punição, certeza reforçada pelo parecer do psiquiatra da instituição que admitiu que lá não era lugar para alguém como ele.²⁸⁷

Lá eu conheci Deus, a loucura e a morte, nessa ordem. Imagina bem: estava em um lugar horrível e sem nenhuma perspectiva (...). três vezes eu pensei em fazer greve de fome, mas desisti na última hora porque não ia ter nenhuma repercussão. Se fizesse, seria massacrado.²⁸⁸

Ainda que não fosse tratado como os demais internos da instituição, ao ser poupado do uso de medicamentos, Ivan sofria outros tipos de restrição, como a proibição do acesso a livros didáticos, o acesso somente aos cadernos de esportes, amenidades e classificados dos jornais e a irônica censura aos livros de Machado de Assis, dentre eles a célebre obra “O Alienista”²⁸⁹.

Ao completar a idade de 21 anos, Ivan Seixas é submetido a uma nova avaliação psiquiátrica, a qual afirma as condições de Ivan ser colocado em regime de liberdade vigiada,

²⁸⁵ Ibidem.

²⁸⁶ SEIXAS, Ivan Akselrud de. A urgência da conquista do direito à memória e à verdade. 2013

²⁸⁷ GUSMÃO, S. B. de. op. cit.

²⁸⁸ SEIXAS, I. A. de. O rapaz que saiu do gulag tropical. Jornal da República. 27 ago. 1979. Entrevista concedida a: Sérgio Buarque de Gusmão.

²⁸⁹ O livro conta a estória do Dr. Simão Bacamarte, o alienista de uma pequena cidade interiorana que após erguer um manicômio passa a enxergar traços de loucura em cada habitante da cidade, iniciando assim um progressivo processo de internação de todos os moradores.

contudo a decisão médica é contrariada pelo juiz de Execuções Criminais, o qual defendia que o laudo sugeria apenas uma atenuação do comportamento violento de Ivan e não o fim de tal postura.²⁹⁰

Enquanto isso a sua mãe seguia atuando para que o filho pudesse alcançar a tão almejada liberdade, ao mesmo tempo em que seguia assombrada com a possibilidade de que Ivan se tornasse mais um dos inúmeros desaparecidos políticos:

O caso de Ivan é de tal gravidade. Como mãe sinto-me no direito de responsabilizar as autoridades do país pela situação. Estamos vivendo – como grande parte dos brasileiros – o pânico do desaparecimento, quero alertar a opinião pública para a possibilidade de Ivan também vir a desaparecer, sob qualquer fundamentação arbitrária.²⁹¹

Buscando atrair o máximo possível de atenção para as arbitrariedades que eram impostas ao seu filho, Fanny Akselrud redige uma carta relatando todos os acontecimentos desde a prisão de Ivan e Joaquim em 1971, até o ano de 1974, momento em que foi emitido o laudo psiquiátrico que atestava a condição de soltura de Ivan, laudo este que fora prontamente revogado:

Baseado nessa revogação repentina, fundamentada por um artigo – arbitrário, que em hipótese alguma, se amolda ao caso, o advogado recorre ao Tribunal de Justiça de São Paulo em habeas corpus. Pois bem, o Tribunal de Justiça nega unanimemente tal pretensão argumentando que Ivan é “terrorista, subversivo altamente perigoso”.²⁹²

²⁹⁰ GUSMÃO, S. B. de. op. cit.

²⁹¹ SEIXAS, Fanny Akselrud de.

²⁹² Idem.

Os assassinatos do jornalista Wladimir Herzog²⁹³ e do operário Manoel Fiel Filho²⁹⁴ por agentes do Estado em 25 de outubro de 1975 e em 17 de janeiro de 1976, respectivamente²⁹⁵, geram uma forte comoção nacional e internacional a respeito da repressão da ditadura, e o então governante Ernesto Geisel decide adotar a sua abertura lenta, gradual e segura, e para acalmar os ânimos da nação, o governo concede a liberdade para Antonio Carlos de Melo em dezembro de 1976, para Cesar Queiroz Benjamin em 04 de setembro de 1976 e para o próprio Ivan Akselrud de Seixas no dia 20 de agosto de 1976.²⁹⁶

A soltura de Ivan, contudo não fora fruto de mera benevolência ou de uma simples manobra política por parte do Estado. Aproveitando a agitação que seguiu os assassinatos de Herzog e de Manoel Filho e o apoio dos funcionários da Casa de Custódia, que mais de uma vez haviam sinalizado a permanência infundada de Ivan naquela instituição, o psiquiatra da casa em ação conjunta aos advogados de defesa elaborou um laudo no qual pontou a periculosidade como uma característica inerente a todos os seres humanos, sendo ela tão nociva quando em excesso como quando em escassez.²⁹⁷

Com o juizado de execuções criminais se julgando inadequado para lidar com a questão que tomava parte, acabou optando por encaminhar o caso para a Justiça Militar. A partir deste momento, Ivan deixava de ser apenas mais um mero portador de transtorno mental e reassumia a sua identidade de preso político, sendo enfim posto em liberdade restrita, sendo obrigado a assinar semanalmente um livro de controle na Auditoria.

²⁹³ Preso no dia 25 de outubro de 1975 após ser convocado a se apresentar ao DOI-CODI/SP para prestar esclarecimentos a respeito de sua suposta ligação com o Partido Comunista do Brasil (PCB). Uma vez nas instalações, o jornalista fora torturado vindo a óbito naquele mesmo dia em função das agressões sofridas.

²⁹⁴ Preso no dia 16 de janeiro de 1976 por agentes do DOI-CODI sob a acusação de integrar o PCB, suspeita tal que fora levantada por ele receber o jornal “Voz Operária”, o qual era editado pelo próprio PCB. Manoel fora então conduzido até a sede do DOI-CODI/SP onde foi submetido a sessões de tortura, as quais resultaram na sua morte no dia 17 de janeiro de 1976.

²⁹⁵ PERNAMBUCO. Grupo Tortura Nunca Mais Pernambuco. Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964.1995.

²⁹⁶ SEIXAS, I. A. de. A urgência da conquista do direito à memória e à verdade. 2013.

²⁹⁷ GUSMÃO, S. B. de. op. cit.

Uma vez fora do manicômio, Ivan percebeu que ainda não estava realmente livre, pois mesmo que fora do cárcere, ele ainda era acompanhado de perto por seus algozes:

Na hora em que estava saindo, um delegado entrou na sala, me apontou o dedo e disse: "Tu sabe que nós vamos te matar, né?". Respondi a primeira coisa que me veio à cabeça: "Sei, mas vou dar trabalho". Obviamente que essa frase ficou martelando na minha cabeça por muito tempo.²⁹⁸

E de fato desde então Ivan vem dando trabalho, de modo a expor os horrores aos quais ele, os seus familiares e diversas outras pessoas foram submetidas durante os anos da ditadura civil-militar, histórias que nem sempre são contadas e que por vezes são forçadas ao esquecimento.

Mesmo com os revezes das investigações que viriam a ser conduzidas desde então, os quais serão devidamente abordados mais adiante, Ivan Seixas seguiu em sua luta, conclamando também os profissionais de saúde a se debruçar sobre a história de suas práticas no período da ditadura civil-militar, principalmente os profissionais da área de saúde mental:

Um dos torturadores que atuavam em São Paulo, o médico psiquiatra Dr. Carlos Vitor Mondaine, usava a alcunha de Dr. José. Ele era o capitão psiquiatra, que trabalhava no Hospital Geral do Exército, torturava no DOI-CODI e se excitava nas sessões de tortura. A ação da Psicologia nesse período merecia ser mais estudada.²⁹⁹

Ainda no contexto de suas atuações, Ivan Seixas integrou a Comissão de Familiares, Mortos e Desaparecidos Políticos, a qual conduziu buscas no Complexo Hospitalar do Juqueri em busca de identificar a passagem de presos políticos naquela instituição, no entanto a busca encontrou poucos resultados oficiais, que diziam respeito à passagem de apenas quatro presos políticos naquele complexo, informação que vai a favor das declarações do ex-diretor da casa

²⁹⁸ SEIXAS, I. A. de. op. cit.

²⁹⁹ Ibidem.

Paulo Fraletti e na via contrária dos depoimentos de ex-presos políticos e de ex-funcionários da instituição.

3.4 – Paulo Fraletti e algumas considerações sobre o Complexo Hospitalar do Juquery

O médico psiquiatra Paulo Fraletti esteve durante a década de 1970 a frente da direção do Complexo Hospitalar do Juqueri e do Instituto Médico Legal (IML) de São Paulo e ambas as instituições se encontram no cerne do aparato repressivo daquele Estado ditatorial.

Se por um lado o Juqueri é cercado por casos (uns concretos e outros que ainda aguardam por uma maior elucidação dos fatos e de provas concretas) de ter abrigado presos políticos e suas instalações, o IML foi o responsável por construir laudos falsos em relação ao assassinado de presos políticos pelos agentes da repressão, buscando assim corroborar a versão das mortes oferecidas pelas autoridades.³⁰⁰

Segundo Fraletti, o Complexo Hospitalar teria abrigado apenas quatro presos políticos, os quais cumpriram pena no Manicômio Judiciário ao serem enquadrados na LSN, sendo eles: Antonio Carlos Melo Ferreira, acusado de esquizofrenia; João Adolfo Castro da Costa Pinto, o qual a semelhança de Melinho, também fora transferido em sob o pretexto de ter surtado em função das torturas que sofreu.

João permanecera internado por aproximadamente um ano e cinco meses, sendo a sua admissão datada de fevereiro de 1971. Quando de sua admissão, João relatou aos psiquiatras daquela instituição: “eu apanhei muito, me deram choque na cabeça, nos testículos

³⁰⁰ COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “Milagre”. 1995.

e acho até que estou impotente... Não consigo dormir, não tenho fome, só tenho vontade de ficar deitado”.³⁰¹

Os outros dois presos políticos a terem dado entrada no Manicômio Judiciário teriam sido Dorgival de Sousa Damasceno, militante da ALN que fora encaminhado do Presídio de Tiradentes, sendo admitido na instituição em 15 de agosto de 1970 por apresentar comportamento suicida e Adão Martins Braga, cujo nome não fora identificado na lista oficial de mortos e desaparecidos da ditadura e nem em nenhum outro documento oficial disponibilizado on-line, que fora encaminhado a instituição no dia 05 de fevereiro de 1968, sendo também oriundo do Presídio Tiradentes, vindo a óbito no mesmo dia e sendo sepultado de forma irregular no próprio Manicômio.³⁰²

Ao analisar a trajetória de um grupo de presas políticas que deram entrada na Penitenciária Feminina de São Paulo, a autora Janaína Teles constatou que: “assim que chegavam, as presas eram submetidas ao isolamento em solitária por alguns dias. O castigo mais usual às presas comuns era o confinamento nas solitárias por alguns dias, mas também a transferência para o Juqueri”.³⁰³

Através dos estudos conduzidos por Maria Costa³⁰⁴, podemos constatar ainda que a prática de internação de opositores políticos no Complexo do Juqueri não é uma história nova e tampouco exclusiva do período da ditadura civil-militar, com documentos apontando para o então recém-inaugurado Manicômio Judiciário de Franco da Rocha como local de prisão política na década de 1930, a exemplo do Manicômio Judiciário de Barbacena, em Minas Gerais.

³⁰¹ TAVOLARO, Douglas. A casa do delírio, 2002. p. 52.

³⁰² TAVOLARO. A casa do delírio, 2002.

³⁰³ TELES, Janaína de Almeida. Memórias do cárcere da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil. 2011.

³⁰⁴ COSTA, Maria Izabel Sanches. Política de saúde mental – políticas de segurança: manicômio judiciário, entre o hospital psiquiátrico e a prisão. 2009.

3.5– Investigações no Complexo do Juquery

Um levantamento realizado a partir dos documentos da instituição aponta para um número de 12.500 óbitos contabilizados entre os anos de 1965 e 1989³⁰⁵, tendo aproximadamente 7.600 destes sido enterrados no próprio complexo hospitalar, com o paradeiro dos demais ainda sendo desconhecido.

Por exemplo, temos aqui um dado de 1972 de ossadas vindas diretamente de delegacias no Cemitério de Perus, ou seja, não era um corpo, na verdade. Era um corpo em decomposição, ou só os ossos. E a primeira imagem mostra uma ossada vinda diretamente do Hospital Psiquiátrico de Juqueri, com laudo feito pelo Harry Shibata³⁰⁶. Essa ossada é transferida, não identificada, direta do Hospital do Juqueri e entra no Cemitério de Perus.

No entanto constatou-se que os documentos relacionados ao óbito de 33.977 pacientes da instituição foram perdidos devido a um incêndio que destruiu parte do arquivo hospitalar na data de 14 de maio de 1978³⁰⁷. Já no ano de 1991, uma comissão da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) presidida pelo deputado Roberto Gouveia (PT), a qual estava encarregada de avaliar a condição dos hospitais psiquiátricos paulistas recebeu

³⁰⁵ SAKAGUCHI, Douglas Sherer; MARCOLAN, João Fernando. A história desvelada no Juquery: assistência psiquiátrica intramuros na ditadura cívico-militar. *Acta paul. enferm.*, v. 29, n. 4, p. 476-481, ago. 2016 .

³⁰⁶ Médico-legista cujo nome é citado diversas vezes no “Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964”, sob a acusação de assinalar laudos necroscópicos falsos de presos políticos assassinados pelos agentes da repressão.

³⁰⁷ Outros incêndios atingiram posteriormente a instituição, sendo o segundo no ano de 1991 e o mais recente em 2005, dessa vez devastando aproximadamente 136 mil prontuários, 15 mil outros documentos, dentre eles o acervo bibliográfico da instituição e uma carta enviada por Sigmund Freud na qual ele parabenizava o médico Osório César, então diretor do complexo pelas experiências conduzidas com os internos nos trabalhos agrícolas. Para maiores informações, consultar LEITE, 2005.

um dossiê anônimo o qual requisitava uma relação nominal dos presos políticos abrigados no complexo do Juqueri e uma relação numérica referente aos presos comuns:

Esta Comissão investigou o uso das instituições psiquiátricas para esconder e sumir com desaparecidos políticos. Foi descoberto um documento encaminhado pela Justiça Militar, no dia 27 de dezembro de 1973, ao Manicômio Judiciário de Franco da Rocha, região oeste da Grande São Paulo, cujo teor era a solicitação de uma relação nominal de presos políticos e outra relação apenas numérica de presos comuns. A partir deste documento, levantou-se a suspeita de que aquele manicômio teria sido usado para eliminar presos políticos.³⁰⁸

A documentação obtida fora devidamente encaminhada, mas devido a falta de um aparato legal que possibilitasse a condução de um processo adequado de investigação acabou por impedir o avanço dos trabalhos.

(...) o assunto que me traz à tribuna no dia de hoje, que diz respeito à denúncia que fizemos aqui, em maio deste ano, e dá conta da utilização do Complexo Juqueri no processo de confinamento e de tortura a presos políticos no período mais difícil da ditadura – 1968 a 1976. Tivemos uma audiência com o Governador Luiz Antônio Fleury Filho junto com a Prefeita Luiza Erundina e com o atual Secretário da Segurança. Nessa audiência tivemos a oportunidade de entregar ao Governador um dossiê completo dos documentos que recebemos anonimamente. Deste dossiê fazia parte um ofício onde o Chefe Permanente da Guarda Militar do Juqueri pedia, a mando de seu superior hierárquico, a relação nominal dos presos políticos existentes naquela instituição.³⁰⁹

Somada à falta de um sistema que possibilitasse uma adequada investigação, há de se considerar também a própria movimentação dos militares em função de manter oculta tal história:

³⁰⁸ BRASIL. Vala Clandestina de Perus: desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da história brasileira. São Paulo: Instituto Macuco, 2012.

³⁰⁹ ESTADO DE SÃO PAULO. Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. Tomo I - Parte II - Ditadura e Saúde Mental. São Paulo, 2015.

Depois de meses de busca para localizar a resposta do referido documento, o deputado Roberto Gouveia tomou conhecimento de que, em 1983, o II Exército transferiu todos os arquivos da P2 (serviço reservado) para a sede do Comando Militar do Sudeste. O comandante, general Freitas Almeida, se recusou a receber a comissão parlamentar para os devidos esclarecimentos.³¹⁰

Atualmente é investigada³¹¹ a existência de cemitérios clandestinos no Complexo do Juqueri, em seus arredores e a relação da instituição com tais localidades.

(...) levantou-se a suspeita de que aquele manicômio teria sido usado para eliminar presos políticos. Ali havia um cemitério clandestino onde foram enterradas mais de 30 mil pessoas. Foram levantados nomes de presos políticos que comprovadamente foram internados naquele manicômio judiciário.³¹²

Um exemplo que cabe ser ressaltado é o da Vala Clandestina de Perus localizada no Cemitério de Dom Bosco, o qual fora construído com o intuito de abrigar a população tida como indigente, estando convenientemente afastado dos centros urbanos, o cemitério também não possui uma clara organização de suas sepulturas, o que torna o processo investigativo ainda mais complicado e por fim, cabe ressaltar que o espaço se encontra a apenas 13 quilômetros de distância do complexo hospitalar do Juqueri, onde foram encontradas aproximadamente mil ossadas.

Figura 5- Escavação da Vala de Perus

³¹⁰ BRASIL. Vala Clandestina de Perus, 2012.

³¹¹ No ano de 2014 foi criado através da portaria nº 620 de 09 de outubro de 2014, o Grupo de Trabalho de Perus (GTP), integrado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), pela prefeitura de São Paulo e pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Em 2017 o GTP firmou, através do Ministério dos Direitos Humanos, uma parceria com o *International Commission on Missing Persons* (ICMP), laboratório localizado na Bósnia e referência na identificação de corpos desaparecidos. Naquele mesmo ano foram enviadas amostras das ossadas recuperadas da vala clandestina e amostras de material genético dos familiares que ainda procuram por seus entes desaparecidos.

³¹² BRASIL. Vala Clandestina de Perus, 2012.



Fonte: Instituto Macuco

Figura 6 - Ossadas reunidas pelo GTP



Fonte: Paula Paiva – G1.³¹³

Em 2018, o GTP em parceria com o laboratório ICMP conseguiu identificar, através da primeira remessa³¹⁴ de amostras enviadas, as ossadas relativas ao desaparecido político Dimas Antônio Casemiro, assassinado durante uma sessão de tortura no ano de 1971, estando o seu corpo desaparecido desde então.³¹⁵

Figura 7- Amostras sendo entregues ao ICMP

³¹³

³¹⁴ Ainda em 2018 foi enviado uma segunda remessa de amostras biológicas, além de ter sido realizada a identificação de mais um desaparecido político, Aluísio Palhanos, contudo não há nenhum indício que algum dos identificados tenha dado passagem pelo complexo do Juqueri ou por qualquer outra instituição psiquiátrica.

³¹⁵ ONU. Laboratório parceiro do PNUD identifica ossada de desaparecido político da ditadura. 23 fev. 2018.



Fonte: BBC.³¹⁶

Conclusão

Em 1978, eclode no Rio de Janeiro o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM). O movimento nasce em decorrência do episódio conhecido como “Crise da Divisão Nacional de Saúde Mental” quando bolsistas, residentes e trabalhadores do Centro Psiquiátrico Pedro II³¹⁷, localizado no bairro de Engenho de Dentro – R, desencadearam uma greve em função das condições insalubres de vida de seus internos, situação fruto do sucateamento do espaço hospitalar e também pelas péssimas condições de trabalho.

É sobretudo este Movimento, através de variados campos de luta, que passa a protagonizar e a construir a partir deste período a denúncia da violência dos manicômios, da mercantilização da loucura, da hegemonia de uma rede privada de assistência e a construir coletivamente uma crítica ao chamado saber psiquiátrico e ao modelo hospitalocêntrico na assistência às pessoas com transtornos mentais.³¹⁸

Em conjunto à paralisação, os grevistas também redigiram uma carta a respeito de suas reivindicações, contudo este ato dos profissionais é respondido com a imediata demissão

³¹⁶ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46429950>

³¹⁷ Atual Instituto Municipal Nise da Silveira.

³¹⁸ BRASIL. Ministério da Saúde. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Brasília, 2005. p. 7.

de 260 funcionários da Divisão. O que deveria servir de retaliação, acabou por inflamar ainda mais o movimento, além de atrair a atenção da imprensa.³¹⁹

O MTSM eclode no contexto da redemocratização brasileira, momento em que a organização dos movimentos sociais em luta pelo fim da ditadura civil-militar estavam a ganhar fôlego. Se faz necessário nos atermos a este fato, uma vez que as pautas de luta por melhores condições de trabalho, por um serviço de saúde público e de qualidade e por um cuidado humanizado em saúde preconizado pelo MTSM (e posteriormente pelo movimento de luta antimanicomial), estava em plena consonância com as lutas de direitos humanos, trabalhistas e de reforma sanitária.³²⁰

Com a articulação com outros movimentos e a adesão de profissionais de diferentes classes e regiões, o MTSM rapidamente passa a crescer e transforma-se em uma frente nacional de luta antimanicomial, ao reconhecer que a necessidade imperativa não é a de (apenas) intervir nos espaços hospitalares, mas sim a de reformular toda a lógica política e prática da assistência psiquiátrica brasileira:

A princípio com um caráter corporativista, reivindicando melhores condições de trabalho aos profissionais da área, o movimento progressivamente direcionou-se para a reformulação profunda dos paradigmas sobre a loucura e sua assistência, em que a violência das instituições psiquiátricas se relaciona de modo mais amplo com a violência do Estado militar contra os cidadãos.³²¹

A crise previdenciária na década de 1980 ocorre de forma a impulsionar o movimento de reforma psiquiátrica encabeçada pelo Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA), uma vez que a recessão econômica e a inflação passam a dificultar cada vez mais a política de repasses financeiros aos leitos psiquiátricos privados, abrindo

³¹⁹ Ver anexos E e F.

³²⁰ AMARANTE, P; NUNES, M. de O. A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. *Rev. Ciência & Saúde Coletiva*. v. 23, n. 6, p. 2067 – 2074. 2018.

³²¹ FARINHA, Marciana Gonçalves; BRAGA, Tatiana Benevides Magalhães. Sistema único de saúde e a reforma psiquiátrica: desafios e perspectivas. *Revista da Abordagem Gestáltica*. v. 23, n. 3, set-dez. 2018.

assim caminho para que as demandas de criação de um sistema de saúde público e de qualidade proposto pelo movimento de reforma sanitária encontrasse e unisse forças com as reivindicações do MNLA.³²²

Dentre as denúncias, os profissionais do MTSM também alertaram para a utilização do espaço manicomial para fins escusos e úteis às ações repressivas da ditadura ao denunciar não apenas os “maus-tratos aos ‘pacientes psiquiátricos’, mas também a presos políticos que, a exemplo dos gulags da Rússia stalinista³²³, eram internados e torturados nessas instituições”.³²⁴

Em entrevista ao periódico Repórter, o psiquiatra Paulo Duarte Amarante dissertou a respeito do viés de controle social assumido pela psiquiatria não só naquele momento de uma ditadura civil-militar, mas bem como durante toda a história de sua existência:

Quando o psiquiatra consegue segurar as bases dos pacientes, ou seja, cuidar da cabeça quando o que deveria ser cuidado era a fome ou outro problema social qualquer, a psiquiatria entra como fator e repressão. (...) E se historicamente a psiquiatria tem um papel repressivo, no Brasil ela é mais repressiva ainda, pois a situação social desenvolve uma loucura social.³²⁵

O mesmo Paulo Amarante também afirmara que no Instituto Philippe Pinel, localizado no bairro de Botafogo-Rj havia dois psiquiatras chamados Pedro Paulo Matos e Nelson de Almeida que constantemente afirmavam trabalhar para o SNI, além de ter havido constantes revistas nas dependências da residência médica durante o período em que a instituição fora dirigida pelo general Hugo.³²⁶

³²² Ibidem.

³²³ Sobre a relação entre os gulags e a psiquiatria ver PICCINI, Walter J. “Abusos da prática psiquiátrica na URSS e o VI Congresso Mundial de Psiquiatria”.

³²⁴ AMARANTE, P. D. Rumo ao fim dos manicômios, 2006.

³²⁵ Idem. Psiquiatria na repressão. Repórter, n. 11, out. 1978. Entrevista concedida a: Chico Júnior. p. 21-22.

³²⁶ Ibidem.

Tal como pudemos constatar através dos casos apresentados neste trabalho, ainda na passagem dos anos 1970 para os anos 1980, já havia denúncias e indícios de que as instituições psiquiátricas estariam sendo utilizadas com locais de prisão política. Entretanto alguns casos só foram repercutir anos após o fim da ditadura, com muitos outros casos ainda carecendo de documentos oficiais expedidos pelas instituições responsáveis pelas internações, documentos que nem sempre são entregues no momento da alta.

Ao estudar o uso do Complexo Hospitalar do Juqueri como local de prisão política, Sakaguchi nos fala sobre a dificuldade em conseguir encontrar ex-funcionários da instituição que estivessem dispostos a falar sobre as suas vivências durante o período da ditadura civil-militar por medo de sofrer represálias:

Houve convidados que se recusaram a participar ao ouvir o objetivo do estudo e demonstraram medo. Para segurança e confiança dos pesquisadores e entrevistados foi acordado que não haveria menção sobre dados que pudessem identificá-los como sexo, idade, período e local de trabalho embora o questionário tivesse dados sociodemográficos esses não podem ser publicizados.³²⁷

Também deve-se levar em consideração o esforço por parte das Forças Armadas para que tais casos continuem ocultos e impassíveis de obter acesso à documentação produzida. No ano de 1991, uma comissão representativa³²⁸ da ALESP liderada pelo deputado estadual Roberto Gouveia recebeu uma denúncia anônima de que um documento expedido pela Justiça Militar em 27 de dezembro de 1973, solicitava à direção do Manicômio Judiciário de Franco da Rocha, uma relação nominal de todos os presos políticos que estivessem lá internados. Após meses de investigação, foi constatado que o documento estaria desde 1983 em posse do

³²⁷ SAKAGUCHI, D. S; MARCOLAN, J. F. A história desvelada no Juquery, 2016.

³²⁸ Também compuseram a comissão os deputados Antenor Chicarino (PT), Edinho Araújo (PMDB), Jaime Gimenes (PSDB) e Jamil Murad (PCdoB).

Comando Militar do Sudeste, entretanto ao ser contatado, o comandante Gen. Freitas Almeida se recusou a receber a comissão a fim de prestar maiores esclarecimentos.³²⁹

Em depoimento à CNV, os ex-militares Adir Figueira e José Bezerra da Silva, os quais também foram presos e torturados, nos trazem a questão do medo que muitas vítimas da ditadura sentem até hoje e que as impedem de vir a público para relatar os seus sofrimentos:

Nesse dia não, eu tomei conhecimento no dia seguinte pelos colegas que lá estavam, que lá participaram, foram vários. E esse rapaz, ele tem medo de depor e eu o conheço, mas ele tem medo de vim depor.³³⁰

Não, não, graças a Deus, não. Aí ia trabalhar paisano, a gente conhecia, ia trabalhar paisano, barbudo, cabeludo e fazendo esse serviço medíocre que está aí. Muitos estão vivos, mas não querem falar. – Não querem falar.³³¹

A ditadura civil-militar ainda é uma cicatriz recente na nossa história, indo do ano de 1964 ao ano de 1985 tendo o seu fim, portanto há apenas 34 anos atrás. Além disso, foi somente mais tarde que os primeiros órgãos legais de pesquisa sobre os crimes cometidos durante a ditadura foram criados. A Comissão Nacional da Verdade, que tem por objetivo investigar os crimes contra os direitos humanos praticados em solo brasileiro entre os anos de 1946 e 1988, foi instituída há pouquíssimo tempo atrás, no ano de 2012.

A participação dos profissionais e das instituições que supostamente deveriam zelar pela saúde e pelo bem-estar da população requer mais estudos, conforme pontuado pelas Comissões da Verdade de São Paulo e de Juiz de Fora.

Assim como tivemos em outrora profissionais que se recusaram a empregar os seus saberes de forma a reproduzir a violência do Estado dentro do espaço manicomial, que se organizaram de forma a repensar os seus saberes e práticas dentro de um contexto de extensa

³²⁹ BRASIL. Vala Clandestina de Perus, 2012. p. 69.

³³⁰ SILVA, J. B. da. Depoimento à CNV, 2014. p. 31.

³³¹ SILVA, J. B. da; FIGUEIRA. A. Depoimento à CNV, 2014. p. 32.

violação dos direitos humanos, atualmente se faz necessário olhar para o passado e trazer à tona tudo aquilo que tem se tentado manter no esquecimento durante todos estes anos.

O que os (as) psicólogos (as) têm a ver com memória e verdade? O que têm a ver com a ditadura? [...] Não é porque fiquei preso em um manicômio judiciário, mas é que o arsenal do setor psíquico foi usado como instrumento para a ditadura.³³²

A citação apresentada acima fora proferida pelo ex-presos político Ivan Akselrud de Seixas durante o seminário “Psicologia e Direitos Humanos: Direito à Memória e à Verdade”, realizado no ano de 2013 através de uma parceria entre o CRP-SP e o Instituto de Psicologia da USP.

O evento buscou conclamar a classe profissional a refletir não apenas sobre a relevância de um resgate da memória social e histórica para o país como forma de lembrar as violações do passado para conhecer as suas reverberações no presente, mas também chamou a classe a repensar as suas próprias atuações, seja durante os anos da ditadura-civil militar ou no tempo presente ao dar voz às narrativas daqueles que expressam às suas próprias verdades.³³³

O direito à verdade conforme preconizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), é elaborada por Theo van Boven, que ao estudar medidas sobre o direito a restituição, compensação e reabilitação destinada às vítimas de violações dos direitos humanos e de liberdades fundamentais, observou que a revelação da verdade sempre surge como sendo a primeira demanda de justiça:

A verdade foi considerada absoluta e de valor irrenunciável por inúmeras razões. A fim de fornecer medidas de reparação e prevenção,

³³² SEIXAS, Ivan Akselrud de. A urgência da conquista do direito à memória e à verdade, 2013.

³³³ DARÉ, Maria Orlene. Apresentação.

deve-se saber exatamente o que deve ser reparado e prevenido. Além disso, a sociedade não pode simplesmente bloquear um capítulo de sua própria história; não se pode negar os fatos de seu passado, independente do quão diferentes tais fatos possam ser interpretados. Inevitavelmente o vazio seria preenchido com mentiras ou com versões conflitantes do passado^{334 335}.

Já Ignacio Dobles ao discursar sobre as relações entre memória e direitos humanos a partir das experiências das comissões da verdade instauradas nos países latino-americanos no período pós-ditatorial nos traz uma nova definição de verdade, desenvolvida pela comissão da verdade peruana como forma de orientar os seus trabalhos, onde:

A verdade seria o relato fidedigno, eticamente articulado, cientificamente respaldado, contrastado intersubjetivamente, alinhavado em termos narrativos, afetivamente perfeito, sobre o ocorrido no país nos últimos 20 anos compreendidos pelo mandato.³³⁶

Ambas as definições, salvas as devidas divergências, apontam para a solidez de um conceito de verdade, objetivo que só poderá ser alcançado através do resgate da memória da época que se estuda, pesando todas as forças em disputa naquele momento, buscando sempre compreender as razões e os motivos de cada ação.

Partindo destes conceitos, podemos entender que para haver verdade e justiça, é antes de tudo necessário haver uma memória, a qual através do desenvolvimento de um trabalho adequado a respeito de tais experiências e do direito à vivência do luto é poderão

³³⁴*Truth was considered an absolute, unrenounceable value for many reasons. To provide for measures of reparation and prevention, it must be clearly known what should be repaired and prevented. Further, society cannot simply block out a chapter of its history; it cannot deny the facts of its past, however differently these may be interpreted. Inevitably, the void would be filled with lies or with conflicting, confusing versions of the past.*(tradução nossa)

³³⁵ VAN BOVEN, Theo. *Study concerning the right to restitution, compensation and rehabilitation for victims of gross violations of human rights and fundamental freedoms*, 1993.

³³⁶ Comisión de la Verdad y Reconciliación Atún Willakuy, 2004. Apud. OROPEZA, Ignacio Dobles, 2013.

permitir a devida superação dos eventos passados e uma possível adoção de medidas adequadas para o presente e os tempos vindouros.³³⁷

No entanto, considerando a anistia brasileira, “ampla, geral e irrestrita”³³⁸, é possível notar um conflito entre as medidas adotadas, que além de terem se revelado insuficientes para amenizar os sentimentos conflitantes dentro de uma sociedade marcada por uma temática tão sensível, também promoveu um esquecimento público apressado, objetivando a superação dos eventos passados através do esquecimento de algo inesquecível para uma parcela da população, em prol da conciliação e do bem-estar geral da nação, onde não haveria lugar para o conflito, nem para o crime e nem para o ressentimento.³³⁹

Nota-se, portanto que tal ação, acaba por privar a sociedade de uma reflexão adequada sobre tais eventos, o que por sua vez acabou por reforçar, em certos aspectos, sentimentos e práticas que se desejava deixar para trás.³⁴⁰

Compreendendo a potência da memória enquanto fator de justiça de transição essencial na consolidação da democracia brasileira em um pós-período autoritário e de elucidação das dinâmicas do contexto histórico. Mas como agir de forma a promover o devido resgate e preservação das experiências e narrativas dos indivíduos vitimados pela violência estatal, quando este mesmo período histórico fora marcado não apenas pelo autoritarismo, mas também por uma política de ocultamento pautado em uma:

prática sistemática de detenções ilegais, arbitrárias e de tortura, assim como o cometimento de execuções, desaparecimentos forçados e de ocultação de cadáveres por parte dos agentes do Estado brasileiro.³⁴¹

³³⁷ SANGULAR, F. N.; NEVES, T. C. da C. Memória, esquecimento e a (res)significação da ditadura pela CNV e pela imprensa. *Estudos em jornalismo e mídia*, v. 14, n. 1, jan-jun. p. 8-24, 2017.

³³⁸ O lema fora o mote da campanha em prol da anistia aos presos políticos, no entanto a aprovação da lei 6.683. de 28 de agosto de 1979, popularmente conhecida como lei da anistia, não surtiu o efeito desejado, chegando tarde para aquele que já haviam sido perseguidos, cumprido penas e mortos, com a lei contemplando além disso os agentes da repressão.

³³⁹ LORAUX, Nicole. *La ciudad dividida*, 2008.

³⁴⁰ SANGULAR op. cit.

O tempo da história é homogêneo e vazio, constituído por uma sequência de séries e pontos semelhantes circunscritos em um espaço previamente vazio e que agora se encontra preenchido por uma linha de acontecimentos lineares, ocasionando a postulação de uma história pretensamente universal na qual é mascarada a luta de classes e tem-se uma história que versa apenas sobre a história dos vencedores, enquanto a história dos vencidos permanece oculta, resistindo ao mesmo tempo em que aguarda para ser redescoberta.³⁴²

O silêncio dos mortos e dos desaparecidos se transformou em um ruído cada vez maior. A esperança era que esse ruído se tornasse um grito que todos escutariam: que essas mortes não fossem em vão, mas anunciassem um novo devir que nos cabia realizar.³⁴³

Reconhecendo a importância do direito à memória e à verdade, a CNV e as CEV são instituídas com a incumbência de modificar políticas e práticas a partir de certos tipos de ocorrência que tiveram lugar na história recente da nação brasileira. Promovendo uma rememoração destes eventos no intuito de colocar em confronto, memórias e eventos soterrados e que até então não encontravam espaços abertos para o debate público.

A partir deste momento, presencia-se uma série de esforços para colher documentos, relatos e toda sorte de material que permitam não somente remontar a época em que tais ocorridos tiveram parte, como também que venham a permitir a identificação das agressões cometidas e a responsabilização dos agentes da repressão, além de permitir também o desenvolvimento de medidas de reparação às vítimas e de promover a reinserção de tal temática no debate público.

³⁴¹ Comissão Nacional da Verdade, 2014.

³⁴² GAGNEBIN, Jeanne Marie. Cacos da história, 2018.

³⁴³ GAGNEBIN, J. op. cit.

Assim podemos perceber que ações como a desenvolvida no evento citado no início deste capítulo representam não apenas a adoção de um compromisso de uma classe profissional para com a sua própria história, mas também simboliza um compromisso frente a uma sociedade que ao fim de um período traumático, encontrou no silêncio e no esquecimento, uma forma de “preparar o país para o futuro, e não para o passado”.³⁴⁴

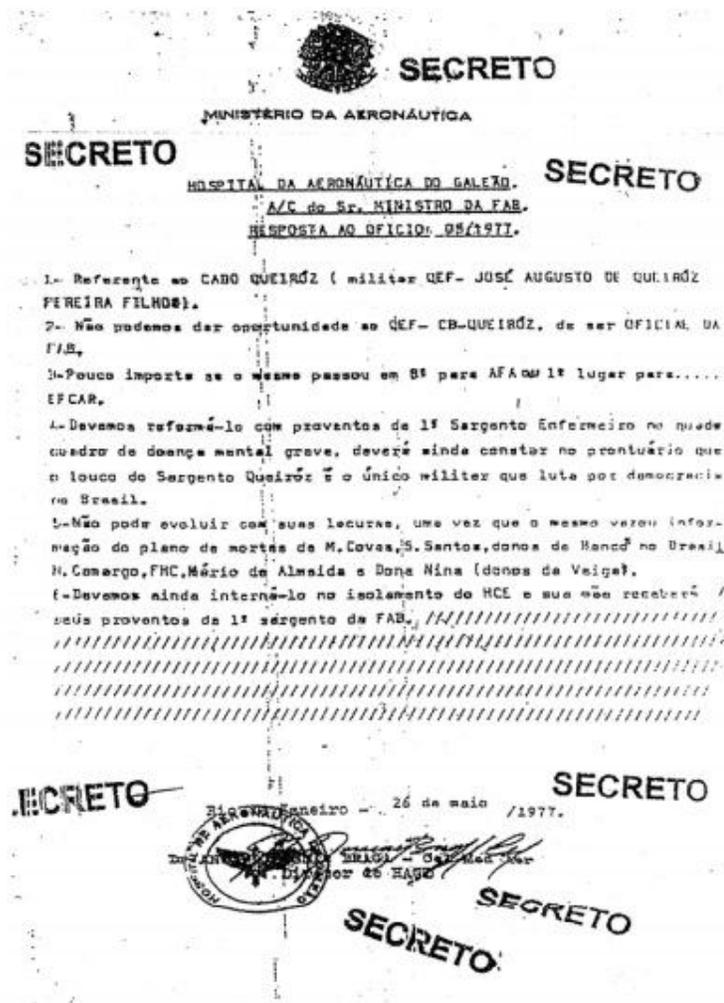
Ainda se tratando do seminário, certamente a fala mais valiosa para o presente trabalho fora a de Ivan Akselrud de Seixas, onde embora tenha dirigido a sua fala especificamente para as psicólogas e os psicólogos, a sua convocação é, em face dos fatores que foram aqui apresentados, algo que diz respeito a todos nós, profissionais de saúde mental.

³⁴⁴ MELLO, Marco Aurélio. Anistia é perdão em sentido maior e não deve ser revisada. 2014.

Anexos

ANEXO A – Ofício solicitando a internação psiquiátrica do Cbo. Queiroz

267



ANEXO B - Carta endereçada de Fanny Akselrud à Comissão de Justiça e Paz

São Paulo,
EXMO. SR.
Comissão de Justiça e Paz
Piedade Senhor,

Como mãe de IVAN AKSELRUD DE SELNAS, tenho dever de tornar pública a situação arbitrária em que se encontra meu filho nesses últimos 4 anos.

Em 16 de abril de 1971, minha família - meu marido DORACIL ALENCAR DE SELNAS, minhas duas filhas maiores, eu e meu filho menor IVAN AKSELRUD DE SELNAS - foi presa pelos órgãos de segurança por motivos políticos. Tendo esta prisão como resultado, o saque e a devastação de nossa casa, encarceramento durante 1 ano e 5 meses para mim e minhas filhas (embora tenhamos sido absolvidas posteriormente), a morte de meu marido e a situação particular de meu filho IVAN.

IVAN contava 16 anos quando foi preso, juntamente com seu pai, por agentes do DOI-CODI - II Exército (e.-GRAN). Além de ter sido barbaramente torturado, assistiu ao início das torturas que culminaram - com a morte de seu pai.

Embora cessadas as torturas físicas - pau-de-arara, croques - elétricos nos órgãos genitais, ouvidos, língua, etc. - as torturas psicológicas curam até hoje, com idas ao DOI-CODI e UDPS, para novos espancamentos e ameaças de morte.

Depois de 6 meses de incomunicabilidade ilegal, passou então IVAN à custódia da Justiça Militar. Em Novembro de 1972, apesar de - ter sido atestado pelo próprio Instituto de Biotipologia Criminal da Penitenciária do Estado de São Paulo, tratar-se IVAN, de rapaz normal, equilibrado, sem nenhum distúrbio psicótico, afastando qualquer hipótese de periculosidade, seu caso foi transferido para o Juizado de Menores, que determinou seu internamento na Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté até que cessasse sua "periculosidade".

Na Casa de Custódia, onde permanece até hoje, além de se encontrar entre presos, na grande maioria, desequilibrados mentais, IVAN ainda sofre discriminações, pois ele é preso político quando se trata de direitos de preso comum e é considerado preso comum no tocante aos direitos de preso político. Significando com isso, que IVAN não tem direito nenhum.

Vejamus: a soltura de um preso da Casa de Custódia se baseia em laudo psiquiátrico. Em julho de 1974, este laudo foi expedido no caso de IVAN e concluíram os médicos pela sua libertação. O sr. Juiz de Menores substituto (Zona Leste), expediu a ordem de soltura de IVAN para que fosse colocado em liberdade vigiada; ordem essa ratificada - pelo Juiz Titular (Zona Leste).

Restava que IVAN viesse da Casa de Custódia para a sede do - Juizado de Menores a fim de ser colocado em liberdade vigiada. Vinha para São Paulo e voltava para Taubaté, por ordem do Juiz Corregedor e

Fonte: Laboratório de Ensino Material e Didático - USP

<http://lemad.fflch.usp.br/node/5403>

ANEXO C – Continuação da carta.

Juiz de Menores, sempre passando pelo DEIC e Recolhimento Provisório de Menores (onde foi espancado). Depois dessas idas e vindas, quando se fazia necessário apenas a transferência de uma cela para a sala do Juiz, para ser consumada a libertação, as forças policiais cercam todas as dependências e a decisão até então mantida, foi revogada sem maiores explicações.

Baseado nessa revogação repentina, fundamentada por um artigo - arbitrário, que em hipótese alguma, se aplica ao caso, o advogado advogado recorre ao Tribunal de Justiça de São Paulo, em habeas corpus.

Pois bem, o Tribunal de Justiça nega unanimemente tal pretensão argumentando que IVAN é "terrorista, subversivo altamente perigoso;" Mas nesse recurso já não se tratava de julgar IVAN e sim do cumprimento da Lei pura e simplesmente.

Acrescenta o Tribunal de Justiça que o Juiz de Menores tem poderes tanto para determinar a liberdade como para revogar essa determinação. Desses poderes estou ciente. Mas pergunto se esses poderes lhe permitem mudar, em segundos, uma decisão amadurecida e mantida durante pelo menos 3 meses - desde o laudo até a negação do próprio laudo-; e pergunto também se esses poderes lhe permitem, o que é gravíssimo, infringir a lei.

Outro passo é dado. Desta vez se recorre ao Supremo Tribunal Federal, e o panorama não se modifica, isto é, também é negado por unanimidade e sob a mesma fundamentação.

Com tudo isso, tornou-se claro que no caso de IVAN o que menos importa é a Lei.

Se uma pessoa está presa e a Lei lhe dá liberdade, mas o arbítrio consciente dos srs. Juizes a mantém presa, é de se perguntar até que ponto essa prisão não está submetida a interesses *n* *x* *t* *r* *a* *l* *e* *g* *a* *i* *s* e alienígenas. E havendo interesses alienígenas, também é de se perguntar até que ponto a vida de IVAN não corre perigo. Basta vermos que, mesmo a Lei lhe facultando o direito da liberdade, os srs. Juizes o mantem condenado a PRISÃO PERPÉTUA.

O caso de IVAN é de tal gravidade. Como sua mãe, sinto-me no direito de responsabilizar as autoridades do país pela situação.

Estando vivendo - como grande parte dos brasileiros - o pânico do desaparecimento, quero alertar a opinião pública para a possibilidade de IVAN também vir a desaparecer, sob qualquer fundamentação - arbitrária.

FANNY ARSENIANO DE SEIXAS
Rua Batista Cepellos, 303 ap. 13
04.103 - Aclimação
São Paulo - São Paulo

Fanny Arseniano de Seixas

ANEXO D – Relatório à CEDMP

Ato - 17-4 p 11/26

Exmo. Sr. Presidente da Comissão Especial

Maria Corina Abreu Lima da Rosa , brasileira , viúva , pensionista do INSS , residente no Hospital São José , sito à Rua Presidente Lucena , nº 3598 , em Ivoti , RS , portadora da Carteira de Identidade RG nº 9040307218 - SSPRS , inscrita no CPF sob nº 645 898 030 / 20 , na qualidade de mãe de Ary Abreu Lima da Rosa , vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria , requerer o benefício de indenização previsto na Lei 9140 / 95 .

Informa , outrossim , que Ary Abreu Lima da Rosa foi referido no dossiê dos mortos e desaparecidos políticos , tendo falecido em 28 de outubro de 1970 , nas dependências da Base Aérea de Canoas , onde estava cumprindo pena .

Por outro lado , declara a sua inconformidade com as circunstâncias que ocasionaram sua morte , pois :

- sua condenação deveu-se à sua ideologia política , que se contrapunha ao sistema vigente na época no país , estando encarcerado sem ter cometido nenhum crime contra a sociedade ;
- não foram à época , suficientemente esclarecidos os fatos que o levaram ao suicídio , se é que realmente este acontece. Sabe-se que foi visitado por pessoa pertencente ao seu grupo de militância política , no dia anterior a sua morte , e que no momento não apresentava nenhuma sintomatologia depressiva , que o levasse a tomar tal atitude . Apesar de permanecer durante um período na Clínica São José , em Porto Alegre , mais como um recurso para evitar sua condenação e posterior detenção , não possuía nenhuma doença de origem psiquiátrica ;
- considera que qual o jovem , com espírito lutador e ajustaneiro como possuía , vendo-se privado de sua liberdade e sofrendo pressões de ordem psíquica e física , não seria levado a cometer tal ato .

Cumpra pois , que se reanalise os fatos , os documentos , se pesquise com isenção de sentimentos e se conclua a bem da verdade se a declaração de suicídio se coaduna com a realidade .

Nestes Termos ,
Deferimento .
Porto Alegre , 08 de abril de 1996
P/P Ana Luiza Abreu Lima da Rosa Gavioli

RECONHEÇO (ou AUTENTICO) a(s) assinatura(s) de _____
Indicada (s) em a(s) _____
Doutor(a) _____
Em teste de _____ da verdade
em Porto Alegre, _____ de _____ de 1996

Fonte: Arquivo Nacional.

**ANEXO E – Entrevista com o psiquiatra Paulo Duarte Amarante sobre
internações por razões políticas (1/2)**

Coisas estranhas acontecem nos hospícios do Rio de Janeiro. Casos de lavagem cerebral, de internamento até segunda ordem, sem motivo aparente, enquadramento na Segurança Nacional, médicos que se dizem agentes do SNI, diretor de hospital procurando armas e simpatizantes do "credo vermelho". Casos que surgem a partir das histórias contadas pelos psiquiatras, a maioria com medo de aparecer e entrar em maiores detalhes. Uma indicação assustadora de que estão usando os hospitais de psiquiatria para torturar e/ou fazer a cabeça dos dissidentes.



Psiquiatria na Repressão
**HOSPÍCIO FAZ
LAVAGEM CEREBRAL**

foram submetidos a tratamento psiquiátrico, principalmente com a utilização de doses elevadas de medicamentos e eletrochoques.

Uma dessas histórias é contada por Paulo Duarte, que, em 1976, quando trabalhava no Engenho de Dentro, recebeu a visita de um ex-paciente, pedindo para ser reinterrado. Isso, segundo o psiquiatra, é muito normal.

ANEXO F - Entrevista com o psiquiatra Paulo Duarte Amarante sobre internações por razões políticas (2/2)

A utilização da psiquiatria (e da medicina, de um modo geral) na repressão não é nenhuma novidade. Historicamente, a psiquiatria sempre exerceu um papel repressivo, na medida em que é usada como paliativo de um problema social. Quando se enlouquece de fome, de desamparo, ou de ideologia, surge a ciência salvadora, rotulando o paciente mais próximo de doente mental. Fôrtulo, que, para receber, a pessoa não precisa nem estar doente, basta ser dissidente do sistema ou simplesmente um dissidente doméstico, alguém que possa prejudicar a imagem da família bem situada.

Quando o psiquiatra consegue segurar as pernas dos pacientes, ou seja, cuidar da cabeça enquanto o que deveria ser cuidado era a fome ou outro problema social qualquer, a psiquiatria entra como fator de repressão. É um tampão, um paliativo para o problema social que não é resolvido. E se, historicamente, a psiquiatria tem um papel repressivo, no Brasil ela é mais repressiva ainda, pois a situação social desenvolve uma loucura social. Paulo Duarte, psiquiatra.

Por essas e outras é que no sistema de saúde mental brasileiro para o espectro da Segurança Nacional, nada no papel, mas da boca para fora

todos os médicos sabem que o assunto é patético. Além do mais, quem constantemente dos diretores de hospitais (a maioria se diz agente do SNI), que não se pode falar nada sobre tratamento psiquiátrico.

Recomendações do tipo "internar até segunda ordem" são comuns nos hospitais do Rio de Janeiro. A razão não importa. E, além dos diretores, são vários os médicos que exibem carteira de políticos, dizendo que trabalham para o SNI, como os doutores Pedro Paulo Maros e Nelson de Almeida, ambos do Pinel. Este último, inclusive, não esconde sua condição de agente. Durante uma com fusão acontecida no hospital, puxou uma carteira e disse que aquela barra ele segurava, pois trabalhava para o Serviço Nacional de Informações.

Contam os médicos psiquiatras que, no tempo em que o general Hugo era diretor do Pinel, a barra era realmente pesada. O general, anticomunista convicto, entrava na Residência Médica à procura de armas.

A procura de dissidentes do sistema e de simpatizantes do credo vermelho estão há muito tempo, pois a ideia de segregá-los não é nova no Brasil. Em 1920, o psiquiatra Rodrigues Caldas, primeiro diretor da Colônia de Aliados de Jacarepaguá (hoje Juliano Moreira) pediu ao



Foto Custódio Coimbra

A internação e o tratamento, muitas vezes, criam uma dependência no paciente, que o obriga a voltar sempre. (Ao paciente foi perguntado por que queria voltar para o hospital).

Em 1964, ele e mais um grupo de presos políticos tinham sido levados para aquele hospital, onde foram submetidos a torturas, principalmente choques. Além da tortura, o isolamento e a convivência com doentes mentais, quase todos os presos acabaram se tornando doentes mentais também.

Em a história de outro psiquiatra que impediu a internação no Pinel de um operário que tinha sido preso em uma manifestação política. O médico verificou que o paciente não tinha nada de maluco e não acatou a ordem policial de interná-lo.

Existia alguma coisa no ar, isso é certo. Carolina, filha de David Capistrano da Costa, desapareceu em março de 1974, já recebeu informações de que seu pai estaria internado em um hospital psiquiátrico do Rio de Janeiro, possivelmente em Jacarepaguá. O que não é nada difícil, pois existem locais na Colônia Juliano Moreira onde é proibido o acesso até para os médicos que trabalham ali.

Chico Júnior

Fontes

Acervo do Arquivo Nacional.

Acervo CEV-Rio. **Testemunho de Aírton Joíl Araújo para a CEV-Rio**, 2014.

_____. **Testemunho de Antônio Rodrigues da Costa para a CEV-Rio**, 2015.

AMARANTE, P. D. Psiquiatria na repressão. **Repórter**, n. 11, out. 1978. Entrevista concedida à Chico Júnior. Acervo pessoal.

BRASIL. Código Penal Militar. **Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm>.

_____. Comissão Nacional da Verdade. **Depoimento de Adir Figueira e José Bezerra da Silva a CNV**. 16 abr. 2013. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/Adir_Figueira_e_Jose_Bezerra_da_Silva_16.04.2013_-_rp.pdf>. Acesso em: 20/04/2019

_____. Comissão Nacional da Verdade. Depoimento de José Bezerra da Silva à Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, 12 de ago. de 2013. In: **Quadro parcial das instalações administrativamente afetadas às forças armadas e que foram utilizadas para perpetração e graves violações de direitos humanos**, 2014.

_____. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório – Comissão Nacional da Verdade**. Volume I. Brasília: CNV, 2014 [on-line]. Disponível em: <http://biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/dilma/comissao-nacional-da-verdade-relatorio-volume_i_2014.pdf>. Acesso em: 20/04/2019

_____. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório – Comissão Nacional da Verdade**. Volume II – Textos Temáticos. Brasília: CNV, 2014 [on-line]. Disponível em: <http://biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/dilma/comissao-nacional-da-verdade-relatorio-volume_ii_2014.pdf>. Acesso em: 20/04/2019

_____. Comissão Nacional da Verdade **Relatório – Comissão Nacional da Verdade**. Volume III – Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: CNV, 2014 [on-line]. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf>. Acesso em: 20/04/2019

_____. **Decreto 142-A, de 11 de janeiro de 1890**[on-line]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-142-a-11-janeiro-1890-513198-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 16 de jul. de 2018.

_____. **Decreto 206-A, de 15 de fevereiro de 1890** [on-line]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-206-a-15-fevereiro-1890-517493-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 16 de jul. de 2018.

_____. **Decreto nº 82, de 18 de julho de 1841** [on-line]. In: Colleição de leis do Império do Brasil. vol. 1, p. 36. 1841. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=385725&id=14391578&idBinario=15742236&mime=application/rtf>>. Acesso em 16 de jul. de 2018.

_____. **Decreto nº 1.132, de 22 de dezembro de 1903** [on-line]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1132-22-dezembro-1903-585004-publicacaooriginal-107902-pl.html>>. Acesso em:

_____. **Decreto nº 5.125, de 01 de fevereiro de 1904** [on-line]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-5125-1-fevereiro-1904-503179-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em:

_____. **Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923** [on-line]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4682-24-janeiro-1923-538815-publicacaooriginal-90368-pl.html>>. Acesso em:

_____. **Decreto nº 3.171, de 02 de abril de 1941 [on-line]**. Disponível em:<
[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3171-2-abril-1941-413188-
publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3171-2-abril-1941-413188-publicacaooriginal-1-pe.html)>. Acesso em:

_____. **Decreto nº 8.550, de 03 de janeiro de 1946 [on-line]**. Disponível em:<
[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8550-3-janeiro-1946-
416491-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8550-3-janeiro-1946-416491-publicacaooriginal-1-pe.html)>. Acesso em:

_____. **Lei de 03 de outubro de 1832 [on-line]**. In: Colleção de leis do Império do Brasil.
vol. 1, p. 87. 1832. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-
1899/lei-37274-3-outubro-1832-563716-publicacaooriginal-87775-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37274-3-outubro-1832-563716-publicacaooriginal-87775-pl.html)>. Acesso em 16 de
jul. de 2018.

_____. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937 [on-line]**. Disponível em:<
[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-
publicacaooriginal-1-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html)>.

_____. **Lei nº 5.439, de 22 de maio de 1968 [on-line]**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L5439.htm>.

BRASIL. Memórias da ditadura. **Joaquim Alencar de Seixas**. Disponível em:
<<http://memoriasdaditadura.org.br/memorial/joaquim-alencar-de-seixas/>>. Acesso em:
18/04/2019.

CARVALHO, R. O dissidente do Juqueri. **Folha de São Paulo**. 14 jan. 1979. Disponível em:
<<https://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1979/01/14/348//4224498>>. Acesso em: 18/04/2019

GUSMÃO, S. B. de. O rapaz que saiu do Gulag tropical. **Jornal da República**, São Paulo. 27
ago. 1979. Disponível em:
<[http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=194018&pagfis=13&url=ht
tp://memoria.bn.br/docreader#](http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=194018&pagfis=13&url=http://memoria.bn.br/docreader#)>. Acesso em: 18/04/2019

JACINTO, A G. O dissidente do Juqueri. **Folha de São Paulo**: 14 jan. 1979. Entrevista concedida a Ricardo Carvalho. Disponível em: <<https://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1979/01/14/348//4224498>>. Acesso em: 18/04/2019

MELLO, M. A. Anistia é perdão em sentido maior e não deve ser revisada, diz ministro do STF. Brasília: 2014. **Folha de São Paulo**, 10/12/2014. Entrevista concedida a Severino Motta. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1560301-anistia-e-perdao-em-sentido-maior-e-nao-deve-ser-revisada-diz-ministro-do-stf.shtml>>. Acesso em: 26/04/2019

MONTES, G. **Militar anistiado José Bezerra revela hospital-prisão em Petrópolis durante a ditadura**. 2015. (02m28s). Disponível em: <<https://youtu.be/hpQu9UZp5w0>>. Acesso em: 25/04/2019

OAB/RJ. **Depoimento de César de Queiroz Benjamin à Comissão da Verdade da OAB/RJ** [vídeo]. Publicado em: 17/07/2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NQBq1qamC5k>>. Acesso em: 23/05/2019.

O JORNAL. Antonio Carlos Muricy adverte a EAO: “mente vence a guerra revolucionária”. **O Jornal**, 08 nov. 1969. Caderno 1, p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=110523_06&pasta=ano%20196&pesq=mente%20vence%20a%20guerra%20revolucion%C3%A1ria>. Acesso em: 23/04/2019

PASSOS, A. Escolhido para delatar Dilma foi torturado até enlouquecer e levado ao Juquery. **iG São Paulo**, 17 dez. 2014. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-12-17/escolhido-para-delatar-dilma-foi-torturado-ate-enlouquecer-e-levado-ao-juquery.html>>. Acesso em: 23/04/2019

PERNAMBUCO. Grupo tortura nunca mais Pernambuco. **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos desde 1964**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/dados/dossiers/dh/br/dossie64/br/dossmdp.pdf>>. Acesso em: 26/04/2019

Programa Lugares da Memória. **Hospital Psiquiátrico do Juqueri e Manicômio Judiciário.** Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/upload/memorial/bancodedados/131470315589936000_FICHA_REVISADA_JUQUERI.pdf>. Acesso em: 26/04/2019

RICKLY, A. Ex-militar reconhece local onde foi internado em Petrópolis, na ditadura. **G1 Região Serrana**, 06 abr. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2017/04/ex-militar-reconhece-local-onde-foi-internado-em-petropolis-na-ditadura.html>>. Acesso em: 26/04/2019

RIO DE JANEIRO. Comissão da Verdade do Rio. **Relatório – Comissão da Verdade do Rio.** Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

SÃO PAULO. **7ª Audiência pública da comissão da verdade do estado de São Paulo “Rubens Paiva”.** 21 fev. 2013. Disponível em: <<http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/upload/017-transcricao.pdf>>. Acesso em: 14/04/2019

_____. **Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”.** Tomo I - Parte II - Ditadura e Saúde Mental. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/relatório/tomo-i/parte-ii-cap8.html>>. Acesso em: 14/04/2019

SILVA, J. B. da. **Galeão: vítimas reconhecem locais de prisão e tortura durante visita da CNV à base aérea.** Entrevista concedida a Comissão Nacional da Verdade. 30 mai. 2014. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/outros-destaques/491-vitimas-reconhecem-locais-de-prisao-e-tortura-durante-visita-da-cnv-a-base-aerea-do-galeao.html>>. Acesso em: 26/04/2019

SILVA, J. B. da. In: LISBOA, V. **Ia reclamar com quem?, diz militar torturado na ditadura militar em depoimento a Comissão da Verdade.** 12 ago. 2013. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/08/12/ia-reclamar-com-quem-diz-militar-torturado-na-ditadura-em-depoimento-a-comissao-da-verdade.htm>>. Acesso em: 26/04/2019

Referências Bibliográficas

AMARANTE, P. D.; NUNES, M. de O. A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. **Rev. Ciência & Saúde Coletiva**. v. 23, n. 6, p. 2067 – 2074. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232018000602067&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 20/09/2018

AMARANTE, P. D. **Memórias da psiquiatria no Brasil** - um projeto de história oral: Depoimento. [fev. 1998]. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. Entrevistadoras: Anna Beatriz de Sá Almeida e Laurinda Rosa Maciel.

AMARANTE, P. D. Rumo ao fim dos manicômios. **Revista Mente & Cérebro** [on-line], set. 2006. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/vivermente/reportagens/rumo_ao_fim_dos_manicomios.html>. Acesso em: 20/09/2018.

AMARANTE, P. D. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 3ª Ed. 2011.

BENJAMIN, C. de Q. **Os filhos do Brasil**. Especial para a Folha de São Paulo, 27 de novembro de 2009. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2711200908.htm>>. Acesso em: 24/05/2019.

BENJAMIN, I. Q. **Iramaia Queiroz Benjamin (depoimento, 1999)**. Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 2001. p. 10 Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista50.pdf>>. Acesso em: 22/05/2019.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Crimes da ditadura militar**. Brasília: MPF. 2017.

_____. **Vala Clandestina de Perus**: desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da história brasileira. São Paulo: Instituto Macuco, 2012.

BRUSCHI, M. E.; GUARESCHI, N. M. de F. **Psicologia social nos estudos culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social.** Petrópolis: Vozes, 2013.

CASTEL, R. **A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo.** Rio de Janeiro: Graal, 1978.

COHN, A; NUNES, E; JACOBI, P. R; KARSCH, U. S. As heranças da saúde: da política da desigualdade à proposta de equidade. In: **A saúde como direito e como serviço.** São Paulo: Cortez Editora, 2010.

COIMBRA, C. M. B. Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência. **Psicologia em Estudo**, v. 5, n. 2, p. 1-22, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v5n2/v5n2a02.pdf>>. Acesso em: 29/03/2019

_____. **Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “Milagre”.** Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1995.

_____. Práticas “psi” no Brasil do “milagre”: algumas de suas produções. **Mnemosine**, v. 01, n. 0, p. 48-52, 2004. Disponível em: <https://mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/.../20/pdf_6>. Acesso em: 29/03/2019

_____. Tortura ontem e hoje: resgatando uma certa história. **Psicologia em Estudo**, v. 6, n. 2, p. 11-19, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pe/v6n2a03.pdf>>. Acesso em: 29/03/2019

CORREIA, A. M. B.; DANTAS, C. N. C. B. O fazer psicológico na ditadura civil-militar. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 37, n. esp., p. 71-81. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pcp/v37nspe/1414-9893-pcp-37-spe1-0071.pdf>>. Acesso em: 29/03/2019

COSTA, J. C; OLIVEIRA, P. A. de; FERRAZZA, D. de A. Psicologia social e direitos humanos: a atuação da psicologia diante da ditadura militar e das manifestações atuais no

Brasil. **Revista de psicologia da IMED**, v. 6, n. 2, p. 70-80, 2014. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5155074.pdf>>. Acesso em: 29/03/2019

COSTA, M. I. S. **Política de saúde – política de segurança: manicômio judiciário, entre o hospital e a prisão**. São Paulo, 2009, 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/4047/1/Maria%20Izabel%20Sanches%20Costa.pdf>>. Acesso em: 12/04/2019

_____. **Política de saúde – política de segurança: manicômio judiciário, entre o hospital e a prisão**. **Revista do arquivo**, n. 05, 2017. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/05/artigo_11.php>. Acesso em: 12/04/2019

CRESTANI, L. de. A. O surgimento do inimigo interno: ditadura militar no Brasil (1964 a 1985). **Revista História em Reflexão**. v. 5, n. 9, jan-jun. 2011. Disponível em: <ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/1157>. Acesso em: 02/05/2019

DALGALARRONDO, P. **Civilização e loucura: Uma introdução a história da etnopsiquiatria**. São Paulo: Lemos. 1996.

DE-SIMONI, L. V. Importância e necessidade da criação de hum manicômio ou estabelecimento especial para o tratamento dos alienados. **Revista médica fluminense**. n. 6. set. 1839. Disponível em: <<http://www.ccms.saude.gov.br/hospicio/text/prmf5n6.php>>. Acesso em 16 de jul. de 2018.

DIAS, M. T. G. História e reflexão sobre as políticas de saúde mental no Brasil e no Rio Grande do Sul. **Estudos e pesquisa em psicologia**, v. 12, n. 3, dez. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812012000300019>. Acesso em: 12/04/2019

ENGEL, G. M. **Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2001

ESQUIROL, J. E. D. *Des maladies mentales, considérées sous les rapports médical, hygiénique et médico-légale*. 1838. In: DALGALARRONDO, P. **Civilização e loucura: uma introdução à história da etnopsiquiatria**. São Paulo: Lemos. 1996.

FABRÍCIO, A. L. da C. **A assistência psiquiátrica no contexto das políticas de saúde (1930-1945)**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 137f. 2009. Disponível em:<<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6104>>.

FIGUEIREDO, J. J. de; SOARES, E. P. Parecer psiquiátrico de 03 de novembro de 1975.

FONSECA, C. M. O. **Saúde no governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

FOUCAULT, M. **A história da loucura na idade clássica**. São Paulo: Editora Perspectiva. 1978.

_____. **História da sexualidade**. Vol. I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal. 1999.

GAGNEBIN, J. **Cacos da história**. 2018.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

GONÇALVES, M. de S. **Mente sã, corpo são: disputas, debates e discursos médicos na busca pela cura das “nervoses” e da loucura na corte imperial (1850-1880)**. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em:< <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/17736/2/120.pdf>>.

_____. Os primórdios da psiquiatria no Brasil: o Hospício Pedro II, as casas de saúde particulares e seus pressupostos epistemológicos. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de História da Ciência**. v. 6, n. 1, p. 60 – 77, jan – jun. 2013

HUR, D. U. Políticas da psicologia: histórias e práticas das associações profissionais (CRP e SPESP) de São Paulo, entre a ditadura e a redemocratização do país. **Psicologia USP**, v. 23, n. 1, p. 69-90, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v23n1/v23n1a04.pdf>>. Acesso em: 10/04/2019

_____. **Políticas da psicologia de São Paulo:** as entidades de classe durante o período do regime militar à redemocratização do país. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-11072006-224031/pt-br.php>>. Acesso em: 10/04/2019

JUIZ DE FORA. Comissão Municipal da Verdade. **Memórias da repressão:** relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: MAMM, 2015 [on-line]. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/comissaodaverdade/documentos/relatorio_final_cmv_jf.pdf>. Acesso em: 26/04/2019

LACERDA JR, Fernando. Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica. **Teoría y crítica de la psicología**, 3, p. 216-263. 2013. Disponível em: <<https://teocripsi.com/documents/3LACERDA.pdf>>. Acesso em: 12/04/2019

LEITE, F. Fogo destrói história de pacientes do Juquery. **Folha de São Paulo**, 21 dez. 2005. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2112200529.htm>>. Acesso em: 17/04/2019

LIMA, J. T. de S. **A Casa do Fonseca:** Caminhos possíveis para a reabilitação psicossocial assistida em saúde mental. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social. Rio de Janeiro.

2010. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16958/16958_1.PDF>. Acesso em 16 de jul. de 2018

LORAUX, N. *La ciudad dividida: el olvido de la memoria de Atenas*. Buenos Aires: Katz, 2008.

MAGALHÃES, M. D. B. de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**, v. 17, n. 34, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200011>.

MEDEIROS, T. A. **Formação do modelo assistencial psiquiátrico no Brasil**. Dissertação – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil. Rio de Janeiro. 1977.

MOREIRA, J. **Notícia sobre a evolução da assistência a alienados no Brasil**. São Paulo: Revista latino-americana de psicopatologia fundamental [on-line]. vol. 14, n. 4, dec. 2011. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142011000400012>. Acesso em 16 de jul. de 2018.

OLIVEIRA, W. V. de. **A assistência a alienados na capital federal da primeira república: discursos e práticas entre rupturas e continuidades**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Niterói – Rio de Janeiro. 2013. Disponível em:<<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1489.pdf>>.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Laboratório parceiro do PNUD identifica ossada de desaparecido político da ditadura**. 23 fev. 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/laboratorio-parceiro-do-pnud-identifica-ossada-de-desaparecido-politico-da-ditadura/amp/>>. Acesso em: 17/04/2019

OROPEZA, I. D. Memória e direitos humanos: algumas considerações acerca das experiências das comissões da verdade. In: Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (org). **Psicologia e o direito à memória e à verdade**. 2012. Disponível em:

<http://www.crsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/13/frames/caderno_13.pdf>. Acesso em: 21/01/2019

PAULIN, L. F; TURATO, E. R. **Antecedentes da reforma psiquiátrica no Brasil:** As contradições dos anos 1970. Rio de Janeiro: História, Ciências, Saúde-Manguinhos. vol. 11, n. 2, mai/ago. 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702004000200002>>. Acesso em 16 de jul. de 2018.

PAULINO, A. de S. S; BATISTA, G. B. de M. O conceito penal do inimigo durante a ditadura militar brasileira. *Acta Semiotica et Lingvistica*, v. 20, n. 2. 2015. Disponível em: <www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/actas/article/view/27994>. Acesso em: 02/05/2019.

PUC-SP. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Cardeal da resistência, In: **Igreja e a PUC**. Disponível em: <<https://w.pucsp.br/comissaodaverdade/igreja-e-a-puc-cardeal-da-resistencia.html>>. Acesso em: 25/04/2019

REISHOFFER, J. C.; BICALHO, P. P. G. de. Insegurança e produção de subjetividades no Brasil contemporâneo. *Fractal*, v. 21, n. 2, p. 425-444, mai-ago. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/fractal/v21n2/15.pdf>>. Acesso em: 21/01/2019

RIBEIRO, P. R. M. **Saúde mental no Brasil**. São Paulo: Arte & Ciência 1999.

RODRIGUES, R. N. A loucura epidêmica de Canudos: Antônio Conselheiro e os jagunços. *Revista latino-americana de psicopatologia fundamental*, v. 3, n. 2, abr-jun. 2000. Disponível em: <dx.doi.org/10.1590/1415-47142000002011>. Acesso em: 06/07/2018

SAKAGUCHI, D. S; MARCOLAN, J. F. A história desvelada no Juquery: assistência psiquiátrica intramuros na ditadura cívico-militar. *Acta paulista de enfermagem*, v. 29, n. 4, p. 476-481, ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002016000400476&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20/04/2019

SANGLARD, F. N.; NEVES, T. C. da C. Memória, esquecimento e a (res)significação da ditadura pela CNV e pela imprensa. **Estudos em jornalismo e mídia**, v. 14, n. 1, jan-jun. p. 8-24, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2017v14n1p08/35217>>. Acesso em: 03/02/2019

SANTOS, L. A. de C; BARBOSA, I. da C; GOMES, M. de L. **A saúde pública sob Getúlio Vargas: notas de leitura**. Cadernos de saúde pública. vol. 25, n. 9, set. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2009000900023>.

SCARPARO, H. B. K.; TORRES, S.; ECKER, D. D. Psicologia e ditadura civil-militar: reflexões sobre práticas psicológicas frente a violência de Estado. **Revista EPOS**, v. 5, n. 1, p. 57-78. Disponível em: <<https://pepsic.bvsalud.org/pdf/epos/v5n1/04.pdf>>. Acesso em: 12/04/2019

SCHWARCZ, L. M. **Lima Barreto: Triste visionário**. São Paulo: Companhia das Letras. 2017.

_____. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.

SEIXAS, I. A. de. A urgência da conquista do direito à memória e à verdade. In: Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (org). **Psicologia e o direito à memória e à verdade**. 2012. Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/13/frames/caderno_13.pdf>. Acesso em: 10/04/2019

SILVA, J. B. da. In: LISBOA, V. **Ia reclamar com quem?, diz militar torturado na ditadura militar em depoimento a Comissão da Verdade**. 12 ago. 2013. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/08/12/ia-reclamar-com-quem-diz-militar-torturado-na-ditadura-em-depoimento-a-comissao-da-verdade.htm>>. Acesso em: 20/04/2019

TAVOLARO, D. **A casa do delírio**: reportagem no Manicômio Judiciário de Franco da Rocha. 2a. ed. São Paulo: SENAC, 2002.

TELES, J. de A. Memória dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil. São Paulo, 2011. 519 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

TEIXEIRA, M. O. L; FILHO, J. F. da S. A psiquiatria e a Universidade do Brasil: Nascimento, ciência e identidade nacional. In: FILHO, J. F. da S. (Org.). **1968 e a saúde mental**. Rio de Janeiro: Contra Capa. 2008.

TREVISAN, L. **O pensamento militar brasileiro**. São Paulo: Editora Global, 1985.

VAN BOVEN, T. *Study concerning the right to restitution, compensation and rehabilitation for victims of gross violations of human rights and fundamental freedoms*. 1993. Disponível em: <<https://www.ilsa.org/Jessup/Jessup17/Batch%202/Study%20Concerning%20the%20Right%20to%20Restitution%20Compensation.pdf>>. Acesso em: 23/03/2019

VENANCIO, A. T. A. **Da colônia agrícola ao hospital-colônia**: configurações para a assistência psiquiátrica no Brasil na primeira metade do século XX. História, Ciências, Saúde-Manguinhos. vol: 18, n. 1, dez. 2011. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702011000500003>.